



Biblioteca Breve

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

IMAGENS
DE PORTUGAL
NA CULTURA FRANCESA

COMISSÃO CONSULTIVA

FERNANDO NAMORA
Escritor

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

HUMBERTO BAQUERO MORENO
Prof. da Universidade do Porto

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
Doutor em Filologia Clássica pela Univ. de Lisboa

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ÁLVARO SALEMA

DANIEL-HENRI PAGEAUX

Imagens
de Portugal
na Cultura Francesa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título

**Imagens de Portugal
na Cultura Francesa**

Tradução de Álvaro Manuel Machado

Biblioteca Breve / Volume 81

1.^a edição — 1983

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*
Divisão de Publicações
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa
Direitos de tradução, reprodução e adaptação
reservados para todos os países

Tiragem
5000 exemplares

Coordenação geral
Beja Madeira

Orientação gráfica
Luís Correia

Distribuição comercial
Livraria Bertrand, SARL
Apartado 37, Amadora – Portugal

Composição e impressão
Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio
de Veiga & Antunes, Lda.
Tr. da Oliveira à Estrela, 10

Janeiro 1984

Amicis utrisque

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	7
I / TERRA INCÓGNITA	12
II / ENCONTROS SECULARES.....	38
III / CONVITES À VIAGEM.....	63
IV / ESPAÇOS IMAGINÁRIOS.....	86
V / UMA HISTÓRIA EM IMAGENS	110
CONCLUSÃO	135
BIBLIOGRAFIA	138

INTRODUÇÃO

Este pequeno livro não pretende ser um “estudo”, no sentido universitário do termo. Não tem dele nem as dimensões, nem a amplitude bibliográfica (reduzida aqui ao essencial, para orientar o leitor), nem as abundantes notas críticas que tradicionalmente ornamentam um “estudo” de profunda investigação. Trata-se, antes, de um ensaio. E porque o livro foi concebido em francês por um espírito francês, trata-se de um ensaio nos dois sentidos que a palavra tem na sua língua francesa: *essai* como *estudo literário* e *essai* como tentativa, experiência. É também uma espécie de antologia, já que foi nosso desejo “escutar” autores franceses, num largo leque de citações.

Simultaneamente, pretendemos propor uma interpretação, uma “leitura” das imagens que os franceses, sobretudo através da sua literatura, formaram a partir da realidade portuguesa, ou melhor, do que os franceses puderam conhecer dessa realidade. Trata-se de facto de um tema de estudo especificamente *comparativista*, com evidentes implicações históricas, sociais, culturais e antropológicas. Como e por que razão se formou esta ou aquela *imagem* do homem português, da história portuguesa, da civilização e da cultura lusitanas; em que

sentido evoluiu, se desencadeou a imaginação criadora dos franceses ao pensarem em Portugal, ao “fantasiarem” Portugal — eis as interrogações básicas que nortearam a nossa análise.

Para dar uma resposta a essas interrogações, enveredamos pelo caminho mais seguro, que é o do exame dos meios de conhecimento de que dispuseram os franceses nas suas relações com Portugal, relações quer intelectuais, quer comerciais, quer políticas. Mas deverá notar-se que, em qualquer destes domínios, apenas destacamos as linhas-mestras desses meios de conhecimento. Atentos às lições dos historiadores, tentámos igualmente exprimir os diferentes ritmos da história das relações franco-portuguesas: os ritmos seculares, as grandes tendências e as evoluções intra-seculares, efémeras, quando estas nos pareceram relevantes e pertinentes.

Convenhamos, desde já, que esses ritmos seculares dominam o curso das relações que a França tem mantido com Portugal: uma espécie de vasto mar parado, atravessado por várias gerações, parece desafiar qualquer mudança. Estas tendências seculares têm nomes: ignorância, indiferença ou mesmo desprezo. É penoso para o autor destas linhas, que se considera um amigo de Portugal — e de alguns portugueses — utilizar tais palavras, verdadeiramente traumatizantes para o leitor, impedindo uma reflexão serena. Todavia, foi a própria análise das reacções francesas predominantes ao longo dos séculos que o obrigou a tal constatação. O desprezo verificou-se essencialmente no século XVIII. Quanto à ignorância e à indiferença, repartiram-se pelos séculos XIX e XX, não poupando séculos mais recuados.

Teria talvez sido fácil, recorrendo a nomes e títulos, preencher as lacunas, os vazios, animar os silêncios. E sempre que nos pareceu que a inclusão de nomes ou de factos não vinha deformar aquilo que considerávamos as tendências predominantes da época estudada, cedemos à tentação das enumerações e das acumulações. Todavia, o que mais nos interessou foi compreender — em termos literários — as imagens, por vezes elementares (quer dizer, essenciais) com as quais os franceses formaram uma ideia e também tiveram uma experiência de Portugal.

O que significa que este breve ensaio, apesar de ser breve, tem uma ambição: a de ser uma “tese”. Não, obviamente, pelas suas dimensões ou pelo material de investigação apresentado, mas sim pelas orientações de “leitura” que apresenta. Aliás, será fácil verificar se a centena de páginas que propomos é de facto aquilo que designamos, ousadamente, por “tese”. Omitimos bastantes pormenores, bastantes títulos, bastantes factos. Mas a verdade é que não pensamos que esses pormenores, esses títulos, esses factos pudessem pôr em causa as conclusões que fomos formulando à medida que avançámos no nosso trabalho.

Tais conclusões dirigem-se, afinal, mais aos franceses do que aos portugueses. Poderíamos quase dizer que elas representam a versão francesa de *O Labirinto da Saudade* de Eduardo Lourenço (Lisboa, 1978; 2.^a ed., 1982), pois Eduardo Lourenço quis propor uma explicação de auto-imagens e aqui pretende-se propor perspectivas sugeridas por algumas hetero-imagens.

De facto, trata-se de tentar perceber as razões que levaram os franceses a elaborar certas representações mentais e ideológicas a partir da *imagem* de Portugal. É claro que falar assim dos franceses em geral é muito

discutível, pois a verdade é que há orientações ideológicas diversas, diferentes grupos de pensamento. Sem dúvida. No entanto, a partir do esquema que seguimos, foi obviamente o mais genérico que nos interessou, ou seja: pôr em relevo, dentro de enquadramentos cronológicos pertinentes, as manifestações essenciais de uma ideologia, se não “dominante”, pelo menos “marcante” ou “generalizada”.

Uma última observação, que não deve ser considerada paradoxo ou provocação: não reivindicamos a objectividade. Por duas razões. Primeira: porque hoje em dia já não se pode acreditar, apesar de alguns pretensos espíritos “científicos”, que exista um trabalho verdadeiramente objectivo em literatura e na análise dos textos. Os historiadores ensinaram-nos — e é essa mais uma lição que nos deram — que as suas obras não passavam, afinal, de *leituras possíveis* de factos, de fenómenos, e que a concatenação desses factos entre si (a explicação) era da sua inteira responsabilidade. Foi esse o caminho que decidimos seguir aqui.

Uma segunda razão nos levou a preferir à pretensa objectividade científica “outra coisa”, outra *démarche* intelectual, outra exigência, outra lógica. Poder-se-ia supor que o estudo das imagens de cultura que um país tem de outro deriva de um simples jogo intelectual, bem como de numerosas actividades literárias. Puramente literárias, note-se. Ora, aqui, não nos limitamos a mergulhar em diferentes camadas de cultura, ao longo dos séculos, mergulhámos também, forçosamente, em nós próprios. Porquê? Porque o aparecimento de uma imagem, de uma interpretação do Outro, esta ou aquela “leitura” de Portugal, não podem deixar indiferente o investigador.

Em todo o caso, o tipo de investigador que somos. A imagem, isolada, explicada, interpela, interroga, faz pressão sobre o investigador para que ele penetre fundo em si mesmo, para que ele analise as suas próprias formas de representação, as suas preferências, os seus entusiasmos, os seus silêncios. Assim, não é a objectividade que pretendemos atingir aqui, mas sim uma verdadeira análise autocrítica: diz-me como vês o Outro, dir-te-ei quem tu és... Terrível regra do jogo, esta regra imposta pela imagética literária, ou como se diz em francês, pela *imagologie*. Todavia, esta regra é a razão de ser das nossas actividades universitárias a nível da Literatura Comparada, ainda considerada por alguns (que de facto a desconhecem) demasiado afastada do real e das suas preocupações...

Consequentemente, em suma, este livro não se dirige apenas — para utilizar uma fórmula convencional — a todo o leitor de boa-vontade. Dirige-se também, e sobretudo, a todo o homem de boa-fé.

Rennes / Paris, Março de 1983

I / TERRA INCÓGNITA

Há, paralelamente aos mapas pendurados nas paredes das escolas, aos mapas dos guias turísticos ou ainda aos atlas internacionais, outros mapas, traçados pela imaginação, pelo entusiasmo ou pela indiferença, pelo sonho e pelo desejo: não se trata de questões geográficas, de realidades físicas ou políticas, mas sim de espaços mentais, de realidades intelectuais, morais, sentimentais.

As mulheres letradas do “Grand Siècle”, ou seja, do século do Rei Sol, imaginaram, para tornar mais precisa a análise dos sentimentos, um mapa em que se inscrevessem os diversos pontos de referência correspondentes aos diferentes episódios que o Amor — única preocupação, além das cartas, dessas damas chamadas *précieuses* — ia desencadeando. Assim, havia nesses mapas o rio “Inclinação”, o mar da “Antipatia”, o lago da “Indiferença”, etc.

Poder-se-ia traçar um mapa semelhante a partir das relações literárias e intelectuais entre países, mapa no qual muitas das designações reservadas aos sentimentos amorosos seriam igualmente aplicadas. Nesses mapas, que variam segundo as épocas, os escritores surgiram como nos antigos *portulanos*, esses mapas marítimos do

final da Idade Média e do princípio da Renascença que indicavam os portos ao longo das costas e que tornaram célebre a nação portuguesa: figuras e emblemas, estranhas designações reservadas às terras recém-descobertas, vastos espaços em branco, espaços enigmáticos, fascinantes para os raros espíritos temerários ou errabundos. Surgiriam como sendo *terrae incognitae*, terras que os conhecimentos e a curiosidade dos homens ainda não tinham explorado.

Onde situar Portugal nesse mapa semelhante à *carte du tendre* cara às antigas *précieuses*? Como traçar um outro Portugal, um Portugal imaginário, aquele que ao longo dos séculos gerações e gerações de franceses compuseram ao sabor dos seus conhecimentos (ou das ignorâncias) das preocupações ou dos sonhos?

Num mapa da Europa que se torna mais preciso no final da Idade Média, a imaginação francesa — aquela que é dominada menos pela política do que pelas ideias e pelos sentimentos, diferentes por vezes dos dados políticos do momento — traçou vivamente ou, pelo contrário, apagou com não menor ardor os traços de países inteiros, de vastos domínios do mundo intelectual e moral, segundo os humores e as modas. No Século das Luzes, graças aos filósofos e aos enciclopedistas, uma imensa mancha branca tornou-se rapidamente colorida, plena de vitalidade, servindo de tema para os sonhos e as reflexões de numerosos pensadores: a Rússia de Pedro o Grande e de Catarina II. Na época romântica, uma terra vizinha da França transformou-se, mais ainda do que outrora, num verdadeiro reservatório de exotismo, num espaço misterioso, esquecido pelo presente: a Espanha. No final do século XIX, os intelectuais franceses apresentavam-se divididos, sendo levados a situar-se num

mapa mais filosófico do que político ou económico: foi a grande oposição dos países do Norte (anglo-saxões, germânicos) aos países ditos “latinos”. Poderíamos assim multiplicar os exemplos que momentaneamente ou duravelmente modificaram aquilo a que chamamos o mapa mental ou sentimental das relações internacionais.

Mas pode dizer-se que há, neste vasto mapa constantemente em modificação, elaborado pelos franceses de século para século, um país que nunca sofreu alterações profundas, bruscas mudanças de aspecto: esse país é precisamente Portugal, tal como os franceses tentaram concebê-lo, “vê-lo” desde o alvorecer do mundo moderno.

De facto, Portugal permanece, nessa “longa duração”, para utilizar uma terminologia de historiador, como uma *terra incógnita*, um país desconhecido pela maior parte dos franceses, um país que praticamente não tem lugar na cultura francesa. Que aqueles que leiam estas palavras, conhecendo, por necessidade de estudo ou por simples prazer, os exemplos de intercâmbio intelectual franco-portugueses não se indignem: evocamos aqui *apenas* os grandes equilíbrios (ou desequilíbrios) culturais que definem cada século e que compõem, num dado momento histórico, uma cultura, uma ideologia, um sistema de pensamento e de valores, estéticos ou morais. E é nesse plano e nesse contexto que atribuímos a Portugal o lugar, sem dúvida original mas pouco invejável, de *terra incógnita*.

Numerosos foram os escritores que, no final do século XIX, ironizaram — por vezes dolorosamente — sobre o seu pequeno país, esquecido ao fundo da Europa. Os “Vencidos da Vida” não foram nada meigos para um

Portugal que consideravam “vencido”. Da mesma maneira, os romancistas que evocam Portugal após 25 de Abril de 1974 foram severos para com uma prática que procuram apaixonadamente explicar, compreender, possuir, enfim. Nesta procura, que implica um certo desencanto, *Lusitânia* de Almeida Faria ou *Finisterra* de Carlos Oliveira representam algumas das recentes — e mais notáveis — tentativas de análise e de autodefinição. Mas este “fim de terra” que é Portugal, este facto geográfico insofismável não chegam para explicar as razões pelas quais os franceses confundiram *finis terrae* e... *terra incógnita*. Vendo bem, o Oriente das *Mil e Uma Noites* está muito longe e, no entanto, não há obra mais presente na cultura francesa desde que o texto foi traduzido, no final do século XVII.

No que se refere a Portugal, o afastamento geográfico real, a distância que existe entre Paris e Lisboa funcionam, para a mentalidade francesa, como um elemento negativo. Afastamento significa aqui, de facto, ignorância, ou melhor, indiferença.

Todavia, o que significa realmente país “longínquo”? Longe de quê, longe em relação a quê? Indiscutivelmente, Portugal é uma terra “longínqua” para o francês que, durante séculos, viajou por terra para chegar a Lisboa. Em comparação, o inglês dispunha de meios mais cómodos e mais rápidos, apanhando um barco que atravessava a Mancha e o Atlântico, beneficiando de ventos amenos e favoráveis. Quanto ao francês, obrigado a ir de burro ou, desfeito, enterrado numa carruagem, chegava extenuado e enraivecido à cidade de Ulisses, isto na hipótese de se ter dignado atravessar a fronteira espanhola.

Do século XVI ao século XX, da era do burro à era do automóvel, a viagem na Península Ibérica era para o francês uma grande aventura. Uma aventura que, praticamente, começa em Bordéus. É necessário afrontar até Bayonne paisagens que a sensibilidade do tempo descreve como sendo vastos desertos e que, de facto, não sairão da miséria senão em meados do século XIX, durante o Segundo Império. Uma vez atravessados os Pirenéus, o viajante descobre a Espanha. Ou melhor, redescobre-a, pois as estradas ou as estalagens do país são há muito tempo um tema crítico e satírico amplamente divulgado. Aquilo que ele vê vem confirmar a ideia de que esse real romanesco espanhol não mudara desde o Dom Quixote ou dos heróis pícaros. Come-se mal, dorme-se pior ainda... Aos incómodos da expedição vêm juntar-se os excessos do clima. Quando o Marquês de Argenson é informado de que iria partir como embaixador para Lisboa, em Novembro de 1736, fica preocupado com as dificuldades da travessia da Espanha. Chega à conclusão de que o melhor é partir na Primavera, “para evitar os grandes calores, passando pelos planaltos da *Estramadoure* [sic] a perder de vista”. Esta terrível característica, assinalada pelo marquês nas suas memórias, explica-se pelo acidente ocorrido com um pobre diplomata, o abade Mornay de Montchevreuil, que cegara por se ter exposto demasiado ao sol. D’Argenson não deixa de convir que o abade já deveria sofrer bastante dos olhos à partida de França para que isso lhe acontecesse! Dois séculos mais tarde, um jornalista parisiense da *Illustration* parte precipitadamente para a capital portuguesa: o rei D. Carlos acabara de ser assassinado. Na série de artigos que escreve para os seus leitores, o nosso repórter queixa-se antes de mais das condições da

viagem: 36 horas, “mesmo em comboio de luxo”, é uma expedição cansativa... E acrescenta: “Nunca vi tanto granito num único dia!”

A distância a que o francês situa Portugal relativamente à França é tanto maior quanto é certo que se trata de atravessar um obstáculo interminável: a Espanha. Duma realidade geográfica evidente, passa-se logo para uma reacção psicológica e daí para uma conclusão de ordem cultural: é impossível “pensar” em Portugal sem “pensar” também em Espanha. Associação de ideias constante, inquebrantável no espírito francês: a imagem de Portugal surge *com* a imagem da Espanha, mas surge sempre *depois*.

Daqui resulta, obviamente, que a imagem que os franceses têm de Portugal está em absoluta dependência da imagem de Espanha. A este facto acrescenta-se o de a Espanha estar, por múltiplas razões, muito mais presente no campo mental dos franceses do que Portugal. Dir-se-ia uma espécie de fatalidade histórica e cultural: Portugal é para os franceses uma segunda Espanha (em “miniatura”, ousaríamos dizer) ou então uma Espanha “ao superlativo” (os defeitos apontados pelos franceses quando falam dos espanhóis, aumentam desmesuradamente quando se referem a Portugal) ou, enfim, no melhor dos casos, Portugal é apenas um “apêndice” da Espanha.

Se na verdade Portugal é para os franceses um país “longínquo”, reconheçamos que a Espanha tem grande parte da responsabilidade desta situação: a Espanha, quer dizer, a imagem que os franceses têm da Espanha. Por diversas razões, que se relacionam essencialmente com a história, a Espanha está de tal maneira presente no espírito dos franceses que apenas fica para o “pequeno”

Portugal um espaço reduzido, um lugar secundário, acessório. Por vezes, uma falsa presença: ser o vago duplo da Espanha, a cópia mais ou menos fiel da Espanha e, frequentemente, uma presença-ausência, um Portugal *in absentia*, completando uma Península Ibérica inteiramente dominada pela Espanha.

A verdade é que a Espanha foi, durante muito tempo, inimiga hereditária da França. Já terão reparado em que há sempre, seja qual for o século e o país, um “inimigo hereditário”? Até ao final do século XVII, aproximadamente, a Espanha desempenhou esse papel: uma Espanha inimiga, mas também muitas vezes secretamente invejada, ora repulsiva ora atraente. Reconheçamos que Portugal nunca teve esta “sorte” histórica: a de ser o “inimigo” da França e, portanto, de poder guindar-se a uma posição privilegiada, estratégica no espaço mental francês, posição de que beneficiaram sucessivamente a Espanha, a Inglaterra e a Alemanha.

Afastado das preocupações políticas dos franceses, Portugal esteve também raramente presente no campo cultural francês. Ainda nesse domínio, a comparação com a Espanha é inevitável e significativa. Não falemos ainda das esferas letradas, das relações literárias: fiquemos pelo domínio daquilo a que historiadores como Fernand Braudel chamam “a civilização material”. Aí, a ausência de Portugal em relação à presença da Espanha é evidente.

Durante todo o Antigo Regime, a Espanha mantém-se como *partenaire* privilegiado do ponto de vista económico e comercial. Para muitos franceses que nem sequer pensam em ler ou em reflectir, a Espanha continua a ser uma realidade pelos seus produtos: as lãs dos carneiros espanhóis, tão importantes para muitas manufacturas, os seus vinhos amplamente conhecidos e até recomendados

como medicamentos (quer se trate do *jérez*, quer se trate do vinho de Málaga), os seus cavalos, considerados pelos franceses os mais fogosos, feitos à imagem do *hidalgo*, que é para eles o espanhol tipo. Isto sem falar do tabaco ou do ouro, outros dos produtos-símbolos que, melhor do que um livro ou uma tradução, concorrem para criar uma imagem elementar mas essencial de um país estrangeiro. Quanto a Portugal, se atentarmos nos testemunhos parisienses do século XVIII, só a laranja portuguesa tem *droit de cité* (hoje em dia, ela é substituída pela laranja espanhola ou pela marroquina). Louis-Sébastien Mercier evoca esse fruto que é o objecto de um *cri de Paris* nos seus *Tableaux de Paris* (1782). Teremos de esperar pelo século XIX e mesmo pelo século XX para que o uso do vinho do Porto se generalize em França. Esta é, de facto, actualmente, de longe o primeiro cliente de Portugal.

Dos produtos, passemos agora a outras realidades culturais no sentido lato do termo, como, por exemplo, a cozinha. Há para o francês do século XVIII uma realidade culinária que se chama “cozinha espanhola”. Ela torna-se ao longo de todo o século cada vez mais típica, ou melhor, estereotipada: o alho, o azeite e o pimentão representam os componentes obrigatórios do prato espanhol. Será que alguém fala da ou “duma” cozinha portuguesa? Não, ninguém, e ainda actualmente é apenas por contacto directo com portugueses que vivem em França, sobretudo com os emigrantes, que os franceses descobrem as sopas (diferentes do *consommé* espanhol) ou os variados e célebres pratos nacionais feitos com bacalhau...

Há, na mentalidade francesa, alguns estereótipos profundamente enraizados que servem para uma definição estável do psiquismo espanhol: a literatura, a

pintura, as guerras dos séculos XVI e XVII contribuíram para a elaboração dessas imagens. As famosas *espagnolades* — canções, operetas — foram poderosas difusoras de imagens que definiam e simbolizavam o homem espanhol (Dom Quixote, Fígaro, o *hidalgo*, o marido ciumento...) ou a mulher espanhola (raramente bela, mas sempre “fatal” para o homem pelos seus atributos emblemáticos — o olhar de fogo, o seio farto e os pés miúdos pela dança, etc.). Quanto ao “homem” ou à “mulher” de Portugal, não encontramos nenhum testemunho na cultura francesa da época. Assim, repita-se, para o francês do século XVIII o português não passa de um “duplo” do espanhol, um pálido reflexo da Espanha. Será necessário esperar pelo século XIX, particularmente pelo final do século, para encontrar testemunhos que levam a opor uma certa alegria espanhola à melancólica saudade portuguesa, tão cara a Teixeira de Pascoaes, ou ainda o orgulho castelhano a uma certa “doçura” portuguesa... Atente-se neste texto:

[...] le Portugal est une femme étendue au flanc de l’Espagne; mais ce pays qui reste quand même à l’écart, qui brûle seul et qui est fou, empêche le Portugal de dormir...”

Estas palavras que a Infanta espanhola dirige a Inês na peça *La Reine Morte* (acto II, cena 5) de Montherlant, podem com justeza, apesar da sua coloração erótica, servir para resumir, de maneira simbólica, o papel desempenhado pela Espanha na elaboração difícil e confusa de uma “imagem” de Portugal em França: um *écran*, um obstáculo.

Quando muito, dizíamos, Portugal é um “apêndice” da Espanha. Este papel secundário que os franceses lhe impõem é facilmente verificável através das narrativas de viagem feitas pela Península. Estas narrativas referem-se sempre primeiro à Espanha, incluindo, acessoriamente, um “desvio” por Portugal, ou melhor, exclusivamente, por Lisboa. Um dos grandes guias do século XVIII intitula-se precisamente *Délices de l’Espagne et du Portugal*, de Juan Alvarez de Colmenar (2 edições em 1707 e 1741) em 4 volumes *in-octavo*, consagrando três quartos do texto com ilustrações à Espanha... e o resto a Portugal. Em 1835, um grupo de letrados, instigados pela Duquesa de Abrantes, que tinha conhecido bem Lisboa, publica em Paris uma revista, *La Péninsule*, consagrado, como o título indica, aos dois reinos peninsulares que acabavam de recuperar a sua liberdade política. Mais uma vez, é a Espanha e não Portugal que beneficia largamente da iniciativa. Portugal é apresentado no prefácio da maneira seguinte:

“Nous explorerons aussi [o sublinhado é nosso] le Portugal, cette terre déçue, si belle, si féconde, si douce au coeur de Child [sic] Harold, cette terre d’où partirent les premiers conquérants de l’Inde et d’où s’exila le Camoens pour y revenir mourir à l’hôpital.”

O encadeamento breve de estereótipos históricos é bem significativo da variedade das *imagens* portuguesas que então circulavam em França. E sabe-se que ao longo de todo o século XIX são a rude Castela e sobretudo a Andaluzia que atraem os viajantes franceses. Mais ainda: na chamada “Belle Epoque” é muito mais fácil prolongar uma viagem a Tânger do que fazer um circuito por

Lisboa. O Barão Taylor, amigo de Charles Nodier, é uma das exceções, indo a Portugal e dando também a conhecer ao público francês um “outro Oriente” que inclui Marrocos no seu périplo meridional.

Atravancadora Espanha, omnipresente Espanha sempre que os franceses tentam situar e apreender uma realidade portuguesa! Sendo difícil de localizar no espaço geográfico, Portugal visto pelos franceses tem dificuldade também em atingir uma autonomia no espaço cultural e linguístico. A Espanha é o elemento primeiro, primordial, mediador sempre que os franceses procuram um vestígio de civilização característico de Portugal. Ao longo dos séculos, a tendência é a de fazer coincidir iberismo e hispanismo, deixando na sombra a “lusitanidade” perante uma “hispanidade” multiforme.

O francês não só conhece mal a paisagem e o povo portugueses, mas também ignora completamente a língua portuguesa, considerada geralmente como uma espécie de *patois* castelhano. A ignorância da língua portuguesa é mesmo das grandes constantes culturais da França. Temos de reconhecer que o facto de Portugal ter sido ocupado pelos espanhóis entre 1580 e 1640 contribuiu fortemente para tornar ainda mais confuso o já vago conhecimento que os franceses tinham das letras e das línguas ibéricas. A utilização do castelhano por letrados e poetas portugueses acentuou esta confusão nos espíritos franceses relativamente à diferença entre o espanhol e o português.

Em pleno século XVII, depois de ter recuperado a independência, Portugal não tem para o letrado francês especificidade literária ou artística. Fala-se indiferentemente de poetas espanhóis ou de poetas

portugueses. A explicação do “gênio” poético através dos factores climatéricos e psíquicos reforçará a identificação entre espanhóis e portugueses: são povos que têm o mesmo clima, que têm os mesmos costumes — eis como os franceses vêem as duas nações. Rafael Bluteau, português de origem francesa, lamentar-se-á das imensas gralhas feitas pelos tipógrafos franceses no seu *Vocabulario portuguez*; o livro acabará por ser impresso em Portugal a partir de 1712, em Coimbra, assinalando o início de trabalhos eruditos do Século das Luzes.

Muitos franceses poderiam passar pelas mesmas desventuras de que foi vítima o geógrafo francês Paganel, herói de um romance de Julio Verne, *Les enfants du capitaine Grant* (1868). Este sábio desembarca no Chile e põe-se a falar um espanhol que os naturais do país não compreendiam. Mais tarde, ele apercebe-se de que aprendera “espanhol” lendo... os *Lusiadas* de um tal Camões! Note-se que normalmente sucede o contrário: o francês não aprende português, estando persuadido de que o espanhol que conhece (ou pelo menos os rudimentos da língua espanhola que possui) lhe serve amplamente para se fazer compreender dos portugueses. Acrescente-se mesmo que o eventual conhecimento da língua portuguesa é qualquer coisa de imprevisto, de misterioso, digamos mesmo de mágico. Se não, repare-se, por exemplo, numa passagem de um texto de um grande escritor francês, Valery Larbaud, que nos surpreende ao querer aprender a língua portuguesa depois de ter comprado o romance de Eça de Queirós *A Capital*:

“Je pensais en lire à coup de dictionnaire, de dix à vingt pages par jour; au bout de quatre jours je l'avais terminé 573: pages de texte absorbés avec voracité, sans

une panne, sans une seconde de découragement. Je savais lire le portugais! Et je venais de lire l'oeuvre d'un maître..."

Estranha confiança esta feita por Larbaud nesta passagem de *Ecrit dans une cabine du Sud-Express*, confiança que retoma as reflexões fantasistas sobre o léxico português reagrupadas no texto significativamente intitulado *Divertissement philologique*, texto em que, apesar de tudo, se atribui ao português uma inegável originalidade, mas uma originalidade definida... *a partir do espanhol*:

"L'espagnol est le guide; oui, mais prenons garde. Souvent ce "masque portugais" tient bien. Plutôt qu'un masque, c'est un air de famille. (Il suffit du reste de regarder une page imprimée portugaise pour sentir immédiatement la personnalité très forte de cette langue."

A história cultural das relações franco-portuguesas prova à sociedade que poucos franceses quiseram ou puderam "regarder une page imprimée portugaise". E, conseqüentemente, raros foram os franceses que tiveram consciência da "personalidade" da língua portuguesa. Mas esta ignorância da língua portuguesa pode ter, senão uma justificação, pelo menos uma explicação. Durante muito tempo foi difícil, em traduções, descobrir em França o rasto do idioma português.

No entanto, os especialistas dirão que as relações franco-portuguesas foram desde há muito servidas por tradutores: Castanheda foi traduzido por Nicolas de Grouchy em 1553 e Frei Heitor Pinto, o autor da *Imagem da Vida Cristã*, foi traduzido por Guilherme de Cursol em

1580. Se é verdade que este último caiu no esquecimento, o primeiro foi uma das figuras importantes do humanismo europeu. Originário de uma família nobre de Ruão, poliglota, foi — como assinala o artigo do *Dictionnaire* de Moreri — “o primeiro que explicou em grego Aristóteles”. O dom das línguas não parece ser compatível com a boa disposição, note-se de passagem, pois Nicolas de Grouchy é, no mesmo artigo, considerado “um espírito amargo e crítico à *outrance*”. Convidado por D. João III, Nicolas de Grouchy foi ensinar para Coimbra e editou uma *História das Índias* de Castanheda. Mas as duas figuras originais que são, sem dúvida, Grouchy e Cursol não devem iludir-nos: os franceses levaram tempo a traduzir obras de língua portuguesa.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, numerosas obras portuguesas chegaram à França escritas em latim, mas, no final do século XVI o único escritor português conhecido dos franceses é... “Osorius”! Outros textos passaram primeiro pelo italiano, sendo então traduzidos desta língua, muito mais conhecida pelos franceses. Depois de 1640, as traduções do português recomeçam, mas o castelhano continua a dominar — e o *Triunfo lusitano*, que relata a sumptuosa recepção dada por Luís XIII aos embaixadores de D. João IV, é impresso em espanhol (1641). Será que os franceses da época se interessaram pela história de Portugal? A biografia de D. João II feita pelo português Vasconcelos, é impressa em espanhol, em Madrid, no ano de 1639, e traduzida em Paris dois anos depois. Foi em 1645 que um “gentil-homem português” (Bernard Figuiet, nome evidentemente afrancesado...) publicou a versão francesa dedicada ao Cardeal de Richelieu da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto

intitulada *Voyages aventureux de Fernand Mendes Pinto*. E teremos de esperar quase um século pela primeira tradução francesa d'*Os Lusíadas* (1735), feita por um diplomata, Jean du Perron de Castera, isto enquanto os ingleses já tinham publicado uma tradução da obra de Camões há meio século!

A aprendizagem do português em França, quer no século XVIII quer no século XIX, permanece como um fenómeno raro e quase inexplicável. É evidente que du Perron de Castera se valeu do castelhano, que conhecia muito bem, para fazer a sua tradução de Camões. As gramáticas, os compêndios são inexistentes. É apenas graças aos portugueses que querem aprender francês que dispomos de obras didáticas. Mas a situação evolui no princípio do século XIX, com a *Grammaire française et portugaise* de Siret, impressa no ano VIII da República e que servirá ainda de base para um certo Joseph de Fonseca editar novas edições “aumentadas” em 1854. Um *Nouveau guide de conversation* surge em 1817 e este género de obra reaparece frequentemente ao longo do século XIX, decerto por ser de fácil acesso e barata (1 franco e 50, 1 franco e 80 entre 1854 e 1877). Em contrapartida, a *Grammaire* de Siret-Fonseca custa 4 francos em 1854 e o *Dictionnaire* bilingue de J. de Fonseca custa, em 1861, 10 francos, enquanto que o de Castro Freire, publicado em 1879, custa 20 francos. Todavia, pode-se aprender português por um método novo, *Le Portugais tel qu'on le parle*, livro publicado em 1877 e vendido ao preço de 2 francos e 50. Em 1894, o hispanista Foulché-Delbosc publica uma *Grammaire portugaise*, obra sólida, vendida ao preço de 4 francos. Teremos de esperar por 1938 para que o português seja matéria obrigatória na agregação, por decisão do

Conselho Superior de Instrução Pública e do ministro da época, que tem outros títulos de glória no seu activo: Jean Zay. Camilo Castelo Branco e as suas *Novelas do Minho* foram escolhidos como texto para o exame. Em 1940, quatro universidades ensinavam regularmente o português (Rennes, com Chagas Franco, Bordéus, Toulouse e Montpellier, onde ensinava J.-B. Aquarone.) Mas só em 1973 é definitivamente consagrada a agregação de português representando a autonomia e a importância de uma língua considerada em França, no ensino secundário, “língua rara”, da mesma maneira que o italiano ou o russo... Se é verdade que a língua é de facto a nossa pátria, como pretende Fernando Pessoa, reconheçamos que ainda hoje a pátria portuguesa não tem lugar na pátria francesa...

Portugal não é apenas uma terra desconhecida, um país cuja língua é praticamente ignorada pelos franceses. Portugal é também um país misterioso devido à ignorância característica dos franceses em tudo o que respeita a política no sentido amplo do termo. É significativo constatar que Portugal começa a interessar verdadeiramente uma certa “opinião” francesa a partir do momento em que deixa de ser independente e em que cai sob o domínio espanhol. Acontecimento histórico importante, sem dúvida, mas sobretudo acontecimento que ilustra bem o que dissemos atrás sobre o papel desempenhado pela Espanha na consciência francesa. De facto, são as preocupações dos franceses relativamente à Espanha que explicam a súbita importância que passa a ter Portugal. A anexação de Portugal torna-se então um exemplo suplementar da tirania de Filipe II, verdadeira *bête noire* de numerosos políticos franceses devotados à

Coroa (enquanto que a Liga era relativamente favorável à Espanha). Portugal surge, portanto, subitamente, na história agitada das relações hispano-francesas, como surgiu a Holanda, também ela vítima da Espanha e das campanhas sangrentas do Duque de Alba.

Pode dizer-se que graças às tensões diplomáticas há verdadeiramente uma autêntica presença de Portugal na cultura francesa; e alguns letrados, bem como alguns políticos, tomam consciência de que paralelamente à antipatia entre franceses e espanhóis há uma “antipatia de feitios” entre espanhóis e portugueses, criando-se a favor destes um preconceito favorável e uma ideia de autonomia cultural possível: em todo o caso, uma autonomia política desejável e a atingir através da luta contra os espanhóis. O Cardeal de Richelieu dará o exemplo, apoiando como se sabe o Duque de Bragança, futuro rei de Portugal, e esta “ajuda” será frequentemente citada pelos historiadores franceses como representando um dos grandes momentos da rivalidade franco-espanhola.

Os letrados franceses defenderão então a causa de Portugal. Mas será de facto *por* Portugal? Não, verdadeiramente, não será uma atitude *por* Portugal mas sim *contra* a Espanha e contra todos aqueles a que os historiadores chamam “le Démon du Midi”. Assim, Portugal é apenas arrastado numa imensa polémica, servindo para condenar os abusos de poder e os crimes de Filipe II, não propriamente os cometidos em terra portuguesa, mas sim aqueles que foram provocados em França, devido ao apoio concedido aos *ligueurs* durante as guerras de religião. O historiador protestante De Thou, um dos mais elevados espíritos do século XVII, escreverá páginas furibundas que serão lidas e imitadas durante

todo o Século das Luzes. Portugal passa a ser um *cliché* inserido num arsenal de ideias filosóficas, o objecto de um reflexo cultural que surge sempre que surgem Filipe II ou a Espanha do Século de Ouro. Ao visitar a Itália, o abade Coyer, filósofo e economista, depara com uma inscrição que celebra os méritos católicos de Filipe II: “Defensor fidei, potius justus et clemens...”. É demais; e o nosso viajante elabora logo um texto em forma de diatribe contra o opressor da Holanda e de Portugal. Dir-se-ia que nada mudou desde o tempo em que se atacava em Paris, pouco antes da revolta de 1640, o jesuíta Caramuel Lobkowitz por ter defendido “Philippus Prudens, Lusitaniae legitimus Rex demonstratus” (1639).

Quando o século XVIII esquece as misérias de Portugal no tempo de Filipe II ou as da Inquisição Portuguesa, considerada ainda mais severa do que a espanhola (sempre esse Portugal superlativo da Espanha!), as suas preocupações nada têm a ver com Lisboa. É preciso haver o tremor de terra de 1755, seguido do atentado contra o rei D. José, para que ascenda a primeiro plano, mas por breve espaço de tempo, a política portuguesa e aquele que a conduz de uma maneira diferente, mais europeia: o Marquês de Pombal. Não se pode negar a importância do tremor de terra de Lisboa. No entanto, note-se que nos jornais da época e mesmo nos diários, a cidade de Cadiz, também vítima de um terramoto, ocupa um lugar quase tão importante como o de Lisboa. Isto porque Cadiz está mais ligada ao espaço francês do que Lisboa: aí vivem ou estão de passagem numerosos negociantes franceses, sobretudo de Lyon e da Bretanha. Em 1755, o tremor de terra de Cadiz dá um golpe mortal nos negócios franceses e, além disso, todos os jornais assinalam que o bisneto do grande Racine

morreu na cidade espanhola vítima do sismo. Mais uma vez, Lisboa não tem tantas desgraças interessantes a propor à França...

No século XIX, depois do “parêntese” napoleónico, os franceses — alguns deles — vão de novo voltar-se para Portugal e interessar-se sobretudo pelos liberais portugueses refugiados em França, sobretudo no Oeste, vítimas da tirania miguelista. Os jornais da época atacam D. Miguel, ao qual chamam “o tigre coroado”, “Calígula português”. Balzac condena o “Nero português” num *compte rendu* publicado no *Fenilleton des journaux politiques* (17 de Março de 1830). Mas o partido miguelista tem também os seus partidários em França, monárquicos convictos, legitimistas. E há testemunhos da ajuda por parte de oficiais franceses na guerra civil portuguesa, como é o caso do Barão de Saint Pardoux, que sobre o assunto publicou uma narrativa em 1835. Todavia, o miguelismo não teve a mesma intensidade, ao nível das reacções francesas, que o “carlismo” espanhol, o qual marcará profundamente a opinião pública francesa e provocará, entre os extremistas franceses, entusiasmos duráveis.

No decorrer do século XIX, após o período das lutas entre liberais e absolutistas, Portugal cai no esquecimento em França. Em 1880, o terceiro centenário da morte de Camões despertará um certo interesse, bem como em 1898 o quinto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Fotografias e gravuras dão das cerimónias e das festas em Lisboa o reflexo passageiro de uma realidade portuguesa bem limitada. Conhece-se muito mal em França as dificuldades políticas portuguesas, que são subestimadas. A anarquia, vista de França, parece só poder existir em Espanha. O

movimento republicano é muito vagamente assinalado nos órgãos de ampla difusão. Em Abril de 1890, o magazine *L'Illustration* fala de perturbações provocadas pelos republicanos: o jornalista que faz a reportagem espanta-se do que se passa, pois supunha que o provérbio “os povos felizes não têm história” se podia aplicar também a Portugal. Em Fevereiro de 1894, ainda no mesmo magazine, o leitor com curiosidade poderá descobrir, numa longa lista relativa à imprensa anarquista na Europa, que até em Portugal há um jornal anarquista, *A Revolta*, de Lisboa. Que curiosidade pode, de facto, despertar esta informação, perdida num deserto de ignorância e mesmo de indiferença? A mesma observação se poderia fazer a propósito de qualquer outra informação difundida em França sobre Portugal, por exemplo, esta publicada na *Illustration* de 2 de Janeiro de 1904, intitulada “Un grand romancier portugais”.

“Un monument vient d’être érigé à Lisbonne en l’honneur du charmant et regretté romancier Eça de Queiroz, l’auteur du Cousin Basile, de l’Illustre Maison de Ramirès et de plusieurs autres chefs d’oeuvre de la littérature portugaise.”

A que referência poderá recorrer o leitor francês, que nunca leu uma linha sequer, em tradução, dos romances citados? Quando muito, poderá notar que a estátua de Eça é obra de Teixeira Lopes, assinalado no texto como sendo “discípulo de Cavelier” (a referência francesa sempre esclarece um pouco o leitor...), premiado com uma medalha no Salon parisiense de 1890 e na Exposição Universal de 1900. Se o leitor francês for verdadeiramente curioso e mesmo sensível, ainda poderá interrogar-

se sobre a proveniência das palavras inscritas na base da estátua: “Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”...

Em suma, do Portugal da “Belle Époque”, o que poderá conhecer o leitor francês que não participou em 1898 no *Album commémoratif* consagrado a Vasco da Gama (em companhia de Mistral e de Stéphane Mallarmé) ou que não conhece os “portugueses de Paris”, activos desde a Exposição de 1900, reunidos sobretudo à volta de Xavier de Carvalho? Este leitor conhecerá, de facto, muito pouco sobre Portugal. De vez em quando, ouve falar do rei D. Carlos I, vê numa gravura a sua silhueta maciça e jovial; sabe igualmente que a Rainha D. Amélia, filha de Luís-Filipe, vem regularmente fazer compras no Paris chique e mundano. Também viu o pavilhão de Portugal na Exposição de 1900, onde se evocavam vagas imagens desse país “longínquo”. O *Guide de l'Exposition* descreve nestes termos o pavilhão português:

“C’est un grand magasin, une sorte d’entrepôt maritime plutôt qu’un pavillon. Il est orné à sa base de cordages et d’anneaux, comme on en voit sur le quai des ports, et à sa frise de décorations de chasse et de pêche, de poissons, de lièvres, d’écureuils. Le trottoir de petits cailloux blancs qui l’entoure est le travail d’ouvriers portugais spécialement appelés à Paris pour donner un échantillon de ce pavage usité dans les villes portugaises.”

Esse leitor francês curioso, se tiver boa memória, cinquenta anos de idade ou um antepassado igualmente com curiosidade por Portugal, lembrar-se-á do pavilhão de 1878, que tinha sem dúvida melhor aspecto, sendo uma reconstituição do Mosteiro dos Jerónimos.

No Outono de 1905, o Presidente da República Francesa, Émile Loubet, vai a Espanha e a Portugal. É uma visita um tanto sensacional, esta de um Presidente de uma República laica e mesmo anti-clerical a duas monarquias católicas. O “charme” de Émile Loubet será amplamente divulgado pelos jornais da época. Portugal é para ele “um palácio das Mil e uma noites”. Decididamente, dirá o francês médio, há no extremo da Europa um reino fabuloso! Mas a verdade é que a imagem que esse francês médio tem de Portugal, imagem que se torna momentaneamente “miragem”, não é profundamente modificada por essa aproximação franco-portuguesa. Eis a razão por que, quando D. Carlos é assassinado, em 1908, os jornalistas franceses se espantam: “Le Portugal aurait-il cessé d’avoir cette douceur de moeurs si vantée?” (*Illustration* de 15 de Fevereiro de 1908). Dois anos depois, é a abdicação de D. Manuel II, a proclamação da República; isolado na Europa, tendo por única companhia a França, Portugal escolhe o regime republicano. Reconheçamos que os sucessivos governos franceses pouco ou nada fizeram para proteger ou ajudar os primeiros passos do novo regime: mais uma vez, é a indiferença que predomina.

Para ilustrar esta atitude da França, que tornará cépticos muitos leitores, cite-se *in extenso* um texto verdadeiramente de antologia. Trata-se do texto escrito por Henri Lavedan, membro da Academia Francesa, reflectindo (se assim se pode dizer) sobre o novo Portugal republicano. O académico francês pretende responder à pergunta: o que sabe o francês de Portugal? Eis a resposta:

“Pour la plupart de ceux auxquels ce pays est inconnu, son nom qui a la couleur et l’odeur de l’orange, son nom qui laisse à la bouche un parfum comme aux doigts l’onctueuse écorce du fruit — son nom n’ouvre pas d’immenses steppes. Le petit dictionnaire des notions générales que chaque ignorant porte en soi ne consacre à cet aimable royaume que quelques lignes, vite épuisées. On a entendu parler de Camões et de Vasco da Gama... Les cordes d’une vieille harpe accompagnent Fleuve du Tage... Le vers fameux d’Hugo passe en déroulant ses plis:

Plus délabré que Job et plus fier que Bragance.

Un imbécile refrain d’opérette bourdonne à nos oreilles... La silhouette d’un caballero en plaza, avec le chapeau à la Henri IV et le court manteau roide, piaffe dans du sable... Une croix de l’Ordre du Christ fait étinceler son émail rouge-feu... Plusieurs syllabes brûlantes et sonores montent dans l’air en le faisant vibrer: las Necessidades, Cintra, Belém. Et puis c’est tout. Non, ce n’est pas tout. La dernière et la plus saisissante image évoquée par le mot Portugal est celle d’une reine, debout dans une calèche, entre son mari et son fils frappés à mort, et souffletant un de leurs meurtriers avec un bouquet de roses. Moins nombreux qu’on ne pense sont ceux qui seraient capables d’en fournir plus long. Pourquoi, en effet, la masse qui ne sait déjà pas l’histoire de France saurait-elle celle du Portugal? Je viens, tout le premier, vide que j’étais sur cette question, d’ouvrir les livres et de feuilleter des dictionnaires qui ne m’ont même pas appris mon insuffisance, car j’en avais déjà auparavant la complète certitude (...).”

(L’Illustration, 15-X-1910)

Com serenidade e boa-consciência, o académico francês fez um bom inventário do reduzido *stock* de estereótipos culturais de que pode dispor o francês sobre Portugal antes de 1914. Note-se, de passagem, os nomes transcritos à espanhola, o esquecimento, surpreendente num homem de letras, de Byron e do *Glorious Eden* de *Childe Harold*; enfim, esse famoso *couplet* que Lavedan não menciona porque é já conhecido de todos os seus leitores: “Les Portugais sont toujours gais”, *couplet* extraído da ópera cómica *Le jour et la nuit*, de Charles Lecocq, o autor de *La fille de Madame Angot*, ou seja, um clássico do repertório lírico... Estamos, portanto, em 1910, em França, muito longe da “saudade” lusitana e do desencanto dos poetas românticos que precisamente nessa época viviam refugiados em França...

A participação de Portugal na Primeira Grande Guerra ao lado da França será rapidamente esquecida pela opinião pública francesa. O regime ditatorial de Salazar asfixiará Portugal no meio de uma grande indiferença; só a opinião de direita, aliás poderosa, se apaixonará pelo Estado Novo. A tendência para a generalização e para a simetria permitirá elaborar um belo conjunto ideológico que vai de Roma a Lisboa, conjunto fascinante para alguns franceses. Pouco depois, Madrid ocupará o centro desse conjunto, é sem dúvida caso para dizer... — e assim, mais uma vez, a Espanha fará sombra a Portugal.

Se exceptuarmos alguns “incidentes” que despertam momentaneamente a opinião pública francesa — caso da perda de Goa, da odisseia do “Santa Maria”, do assassinato do general Humberto Delgado —, não há nada que perturbe verdadeiramente este oceano de indiferença, enquanto que o menor incidente madrilenho desencadeia, entre os porta-vozes da opinião pública francesa, virtuosos movimentos de indignação. Portugal continua a ficar reduzido a alguns estereótipos que vêm

substituir — ou completar — os da “Belle Époque”: a cantora Amália Rodrigues (que os franceses pronunciam Rodriguez!), as vitórias futebolísticas do Benfica, a célebre canção turística *Avril au Portugal...* As *Lavandières du Portugal* substituem *Le jour et la nuit* no plano cinematográfico e Fátima acrescenta-se à curta lista para justificar o célebre *slogan* dos “três F” (Fado, Fátima, Futebol) que os portugueses conheceram tão bem durante a ditadura de Salazar...

Em 1974, a surpresa é enorme. Uma surpresa que só pode ser medida pela ignorância dos franceses relativamente a Portugal. Durante mais de um ano, muitos espíritos esclarecidos, intelectuais parisienses, supõem compreender a “revolução” portuguesa em função de situações por eles melhor conhecidas, mais caracteristicamente “terceiro-mundistas”. O resultado viu-se: afastar Portugal, de facto, ainda mais do conjunto europeu, identificando o exército português em revolta com qualquer força revolucionária africana ou do Extremo Oriente. Em 1976, pode dizer-se, sem ser simplista, que a França deixara de se interessar por Portugal; ou pelo menos, interessava-se mais pela jovem monarquia liberal espanhola do que por “uma das raras experiências de restauração das liberdades registadas na época contemporânea” como escreveu o escritor André Fontaine no jornal *Le Monde* de 12 de Dezembro de 1976, na véspera de novas eleições.

Como no tempo de Émile Loubet, as viagens presidenciais em nada fizeram progredir o conhecimento de Portugal, quer se trate da viagem de Valéry Giscard d’Estaing em Julho de 1978 ou da de Mitterrand em Dezembro de 1981. O mesmo aconteceu em sentido inverso com as viagens dos generais Costa Gomes e Eanes. Eis uma prova do que afirmamos, entre muitas que poderíamos citar. O *Journal du Dimanche* falava, em

primeira página, a 13 de Dezembro de 1981, da visita de Mitterrand a Lisboa, com o seguinte título: “Saúde de Mitterrand: 41% inquietos, 24% tranquilos, 35% sem opinião”. E explicava-se a sondagem da seguinte maneira: “O Presidente falou ironicamente em Lisboa sobre os rumores que corriam...” Dá-se importância ao estado de saúde do Chefe do Estado na sua visita a Lisboa, mas quanto aos problemas de Portugal, às suas relações com África, à dificuldade da sua entrada no Mercado Comum, nem uma linha! Tudo isso se passava muito longe...

Resumindo: é num fundo de ignorância e de indiferença que teremos de situar estas primeiras imagens francesas de Portugal. Não se trata de agressividade, como aconteceu frequentemente quanto à Espanha. Trata-se pura e simplesmente de desprezo, um desprezo que se torna afinal, mais “activo”, mais “motivado” do que a ignorância. É evidente que Portugal não mobilizou as energias e as paixões, não cristalizou imagens contrastantes como a Espanha, levando os franceses a dividir-se quando nela pensam entre o desprezo e a fascinação.

A situação é tanto mais surpreendente quanto é certo que numerosos portugueses (a elite intelectual, por um lado, os emigrantes, por outro) privilegiam a França, indo aí procurar razões de pensar ou simplesmente de viver. Mas as relações diplomáticas ou intelectuais ignoram quase sempre a reciprocidade. Como observou Eduardo Lourenço, em Outubro de 1982, quando da realização de um colóquio internacional sobre as relações franco-portuguesas na Fundação Gulbenkian, em Paris, a história dessas relações é um dos casos mais flagrantes de *assimetria* intelectual.

II / ENCONTROS SECULARES

“Il est plus aisé de dire des choses nouvelles que de concilier celles qui ont été dites” — Este aforismo do moralista Vauvenargues parece-nos convir perfeitamente para abrir o capítulo das relações e dos encontros que compõem, desde a Idade Média, a tranquila história das relações franco-portuguesas. Desde há exactamente um século que esta história é incessantemente escrita, acumulando-se factos e nomes de viajantes, de artistas, de diplomatas, de negociantes, de poetas que, de França, passaram por Portugal, ou inversamente.

Estas pesquisas entusiásticas, por vezes minuciosas, devem ser continuadas. Todos os investigadores, *a fortiori* todos os espíritos persuadidos da riqueza e da originalidade da civilização portuguesa, devem, através do estudo de casos específicos, esclarecer e diversificar um circuito pouco conhecido de trocas internacionais. Todavia, reconhecamos que, por mais legítima que seja esta pesquisa (e nós próprios nos temos entregue a ela), não se modifica a imagem que a França tem de Portugal, enraizada como está na opinião pública ou, se se prefere, no mais fundo da “consciência” francesa.

Foi em 1882 que R. Francisque-Michel publicou em Paris uma obra intitulada: *Les Portugais en France, les Français en Portugal*. Dez anos depois, em Portugal, Manuel Bernardes Branco decidiu editar de maneira apaixonada (mas também bastante trapalhona) um dicionário, uma espécie de espesso anuário, intitulado *Portugal e os estrangeiros* (Lisboa, 1894-95), privilegiando a presença francesa. A obra, se bem que desordenada, constituía uma verdadeira mina de informações e serviria a Bernardo Xavier Coutinho para elaborar a sua preciosa *Bibliografia franco-portuguesa*, editada no Porto em 1939. Entretanto, alguns eruditos universitários recolhiam dados sobre um nome, uma determinada época, avançando nesse vasto domínio dos estudos comparativos que é o conhecimento mútuo dos países. Entre esses eruditos universitários deveremos desde já citar Vitorino Nemésio, Hernâni Cidade, Marcel Bataillon, Georges Le Gentil.

É altamente significativo, simbólico mesmo, constatar que o primeiro volume do *Bulletin des Etudes Portugaises*, publicado em Coimbra em 1931, abre precisamente com uma conferência pronunciada em 1928 por Georges Le Gentil intitulada “*Les Français en Portugal*”. Através de múltiplos pormenores e da apresentação de factos inéditos, Georges Le Gentil reelaborou uma verdadeira “lenda dourada” franco-portuguesa que nós devemos agora retomar nas suas fases essenciais.

Não há nada de mais fácil do que caracterizar as primeiras manifestações do diálogo franco-português. Basta empreender algumas apropriações e modificações da história. Para aqueles que pretenderem “provar” o carácter antigo e solene das relações franco-portuguesas, invocar-se-á a presença da Borgonha no século XI (mas a

Borgonha ainda não era a França!), uma Borgonha que assiste ao nascimento de um reino (o futuro Portugal). Pois não é verdade que Hugo de Cluny, o “Abade dos Abades”, esteve na origem do casamento das duas filhas de Afonso VI de Castela com dois fidalgos borgonheses que se tornariam, respectivamente, conde de Galiza e conde de Portugal? Evocando este facto histórico, aquele que pretender aderir a ele e assim fazer história, apenas prova uma coisa: não a antiguidade das relações franco-portuguesas, mas sim uma fidelidade sentimental que então já unia o que viriam a ser a França e Portugal, *já* unidos pelos laços de um casamento celebrado na alvorada da época medieval.

Este primeiro “encontro” entre França e Portugal merece, sem dúvida, alguns comentários, dado que ele implica já uma certa interpretação de certas *imagens* francesas de Portugal. O facto histórico (casamento, seguido do “nascimento” de um novo reino, Portugal, proclamado pelo filho de Henrique de Borgonha, D. Afonso Henriques) tem pouca importância em si mesmo para aquilo que pretendemos analisar. Em contrapartida, o que deve reter a nossa atenção é a leitura interpretativa que pode ser feita, no decorrer dos séculos, de uma história não tanto profundamente e amplamente conhecida, mas sim imaginada, ou melhor, re-interpretada à luz de imperativos presentes ou pessoais.

Não deixa de ter interesse, aliás, saber que Guimarães teve desde muito cedo o seu bairro borgonhês e que também desde muito cedo vieram instalar-se em Portugal monges provenientes de um espaço a que se chamaria mais tarde França. Eles vieram de Rocamadour, de Cluny e depois de Citeaux. Estes últimos, os filhos de São Bernardo, é que construíram o Mosteiro de Alcobaça, o

qual permanece, enquanto que a Abadia de Clairvaux, em França, já não existe. Este “diálogo” permite estudos de história de arte, como os que propôs José-Augusto França numa admirável comunicação intitulada *Arte francesa, arte portuguesa: um diálogo de nove séculos* (Colóquio Internacional sobre as Relações Culturais e Literárias entre Portugal e a França, realizado de 11 a 16 de Outubro de 1982 no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian em Paris.) Nessa comunicação, José-Augusto França assinala precisamente o facto de Alcobaça marcar “um ponto alto desse diálogo, permitindo a leitura histórica de Clairvaux desaparecido”. O “diálogo” aqui é visto como um elemento flexível, rico e variado que contribui para o desenvolvimento pleno das formas artísticas — eis a visão desse erudito exemplar e desse espírito de síntese que é José-Augusto França.

Todavia, a vinda para Portugal, durante vários séculos, de monges “franceses” pode *também* suscitar outras leituras, diametralmente opostas. No período de mais intensa “moda” salazarista em França — voltaremos a examinar, mais em pormenor, este fenómeno —, um intelectual francês apresenta a seguinte interpretação “histórica”: Portugal apelou para os monges franceses na Idade Média; e, actualmente, foram os padres de Betharram (perto de Pau) que o Cardeal Cerejeira (grande amigo de Salazar) convidou para reorganizar os seminários portugueses... Pergunta-se: que é feito do “diálogo” franco-português? Não só um facto histórico serve aqui de caução a uma decisão “política”, mas também se poderá duvidar do carácter bilateral das relações franco-portuguesas: ao fim e ao cabo, se a França pôde “servir” assim o tão católico Portugal, não

será porque a França (esquecêramos esse pequeno pormenor...) é, ontem como hoje, a “filha mais velha da Igreja”?... Eis, sem dúvida, o que queria dizer Robert Valléry-Radot num texto publicado no *Bulletin des Études Portugaises* (I, 1939).

Monges, cavaleiros, artistas franceses transitam, portanto, durante toda a Idade Média, de França para Portugal. Entre os últimos, como não citar os nomes de Jean de Rouen e de Nicolas Chanterene? Outros franceses, anónimos, virão diversificar a população do jovem Portugal, a pedido de D. Sancho I, chamado por isso mesmo “O Povoador”. Uma activa circulação de ideias, mas também de produtos, liga Montpellier e Toulouse a cidades portuguesas de intenso movimento comercial. Assim, às peregrinações seguem-se as vias do comércio, da medicina, do direito.

Encontramos este mesmo espírito dinâmico após 1640, quando Colbert funda em Lisboa um empório de comércio. Negociantes franceses instalam-se então na capital. Mais tarde, virão os artesãos e os artistas convidados pelo Marquês de Pombal, as indústrias fundadas pelos franceses (o célebre Ratton, amigo do letrado Lécussan-Verdrier, de que falaremos mais adiante). Em 1766, Dumouriez (o futuro general revolucionário) escreve ao voltar da sua missão em Lisboa: “A nação com que os portugueses mais simpatizam é a francesa”. Opinião confirmada trinta anos depois por Carrère no seu *Tableau de Lisbonne* (Paris, ano VI):

“Il y a plus de Français que de toutes les autres nations ensemble: tous les parfumeurs, la plupart des horlogers, beaucoup de perruquiers, plusieurs peintres, doreurs,

orfèvres, metteurs en oeuvre sont Français; on en trouve encore parmi les relieurs, les serruriers, les menuisiers et les autres artisans.”

De entre esta massa de trabalhadores manuais, não esqueçamos os úteis intermediários intelectuais. O lorenense Charles-François Garnier, geógrafo do rei da Polónia, Estanislau, deixa Nancy em 1750 e torna-se, quinze anos depois, capelão de Saint Louis des Français até morrer, em 1804. O embaixador de França, em vésperas da Revolução, Marquês de Bombelles, aprecia muito o seu saber e os seus conselhos. Antes disso, o Abade Garnier fora durante algum tempo correspondente de várias gazetas parisienses, em especial do *Journal économique* e do *Journal étranger*. No primeiro periódico, dá informações sobre as ciências e o comércio em Portugal, resume as teorias de Severim de Faria sobre as causas do despovoamento de Portugal e sobre a necessidade de desenvolver as “artes mecânicas”, como se dizia no tempo da *Encyclopédie*.

Na passagem do século XVIII para o século XIX, Timothée Lecussan-Verdier define-se como sendo um homem de duas culturas: é um “lusofrancês”. Letrado subtil, bom conhecedor dos clássicos gregos e latinos, é amigo de Filinto Elísio, membro da Academia das Ciências de Lisboa e correspondente do Instituto de França. Dará provas da sua ligação profunda a Portugal ao vir morrer a Lisboa, em 1813. Depois da retirada das tropas napoleónicas, Lecussan-Verdier teve de se exilar em Paris. Aí encontra Filinto Elísio e entra em contacto com o Morgado de Mateus, a quem provavelmente ajudou na elaboração da sua sumptuosa edição de *Os Lusíadas*. Por outro lado, ele é também autor de uma

tradução em português da *Ode a Camões* de Raynouard e de uma tradução anotada do *Hissope* (em francês *Le Goupillon*) de António Dinis da Cruz e Silva.

No século XIX, por uma espécie de estranho destino, Portugal só tem em França, como defensores, mulheres, apaixonadas pela poesia e pelas belas letras. Foi primeiro Pauline de Flaugergues, em pleno romantismo, depois a Duquesa de Abrantes, ao escrever os seus *Souvenirs* e na sua efémera revista *La Péninsule*, já citada. Deixemos de lado Madame Ratazzi e o seu demasiado célebre *Portugal à vol d'oiseau* que provocou algumas reacções no meio cultural português, para citar Madame J. Adam, autora de uma vibrante homenagem pró-latina, *La Patrie portugaise* (1884, livro reeditado em 1896). Foi a Juliette Adam que ficamos também a dever o luxuoso album comemorativo do IV centenário de Vasco da Gama (1898), “homenagem do pensamento francês” em que vemos citados os nomes de Loti, Mallarmé, Sully-Prudhomme, F. Coppée, L. Daudet, Mistral e Paul Adam. A esta lista, poderíamos ainda acrescentar Madame Jane Dieulafoy, casada com o grande especialista da arte espanhola e portuguesa, que dá uma eloquente conferência na Sorbonne, em 1912, intitulada *Le Portugal héroïque*. Mas ainda aí desconfiemos da paixão ou do entusiasmo demasiado veementes. De facto, o que significa exactamente o amor que Madame Dieulafoy tem por Portugal? Vejamos a sua resposta:

“En vérité, aimer le Portugal, c'est aimer une émanation du génie de la vieille France, c'est aimer quelque chose de notre patrie, toujours triomphante par ses sciences, ses lettres et ses arts”.

Afinal, a quem se dirige a homenagem? À pátria de Camões e de Vasco da Gama ou à Sorbonne? Temos razões de sobra para duvidar... Paralelamente, para outros, a homenagem será menos dirigida a Portugal do que a um grande ideal de latinidade.

Em 1927, é fundado em Portugal o Instituto Francês. Só será oficialmente instalado e inaugurado dez anos depois, no Palácio de Abrantes. O seu director foi o crítico Raymond Warnier, ao qual se devem numerosos artigos sobre a literatura portuguesa. Duas filiais do Instituto são criadas no Porto e em Coimbra, tendo como responsáveis Pierre Hourcade e Jean-Baptiste Aquarone. Foi nesta época que se expandiu o *Bulletin des Études Portugaises*, no qual foram então publicados importantes estudos de conjunto: em 1937, uma bela síntese em francês de Fidelino de Figueiredo sobre o romance português (*Après Eça de Queiroz*) e no ano seguinte um estudo de Adolfo Casais Monteiro intitulado *Introduction à la poésie de F. Pessoa*. No mesmo ano, em eco de amizade, a *Revue de Littérature Comparée* publica um número especial sobre Portugal, notando-se entre outros os nomes de Paul Hazard e de Hernâni Cidade.

1937-1938 são para as relações franco-portuguesas um verdadeiro período fulcral. Uma cadeira de estudos camonianos é criada no Centro Cultural de Nice, iniciativa que muito deve a Paul Valéry. O escritor francês, que “agradara” a António Ferro ao prefaciar o livro de panegírico a Salazar, é consagrado como Doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra. Apesar da ausência do mestre, grandiosas cerimónias académicas são organizadas. Escritores e jornalistas franceses vêm de propósito a Portugal e Jean-Marie Carré, professor de

Literatura Comparada em Lyon, afirma, numa conferência inteiramente consagrada à amizade franco-portuguesa:

“Depuis quelque temps ce sont nos écrivains qui prennent à leur tour le chemin de Lisbonne. [...] Depuis Edgar Quinet, en effet, la littérature française ne s’était pas beaucoup dérangée!”

Confissão significativa, suplementar — se ainda fosse necessário — da falta de interesse dos letrados franceses por Portugal.

É então que alguns escritores franceses vêm a Lisboa — Jacques de Lacretelle, Henri Massis, François Mauriac — e fazem breves excursões a Sintra ou ao Buçaco. Recebe-os e interroga-os um jovem intelectual português que vai a Paris entrevistar estes e outros (Jules Romains, George Duhamel, Gabriel Marcel, Francis Carco). Trata-se de Luis Forjaz Trigueiros, que a partir da recolha desse material jornalístico escreve um livro-testemunho de reflexão sobre a França e sobre a sua infância em Portugal: *Capital do Espírito*. Publicado em 1939, numa altura em que, como nota um jornalista português, se estava “em pleno período de fetichismo germanista”, o livro foi saudado com entusiasmo pelos dois países: em França, Raymond Warnier no jornal *Le Temps*, Luc Durtain nas *Nouvelles Littéraires*, Philéas Lebesgue, veterano do lusitanismo, no *Mercure de France*, Pierre Hourcade nos *Cahiers du Sud*, etc. Durante um breve período, o “regresso à inteligência”, ou seja, à França (tese de Luís Forjaz Trigueiros) cria um verdadeiro eixo espiritual entre intelectuais dos dois países. Este período coincide (por acaso?) com a guerra de Espanha.

Acrescenta-se, enfim, que este fenómeno de intercâmbio literário e cultural, muito mais complexo e *nuancé* do que parece à primeira vista, foi consideravelmente utilizado por todos aqueles que tinham então nas suas mãos os destinos de Portugal.

Vejam agora o que terá acontecido com o movimento em sentido inverso — o dos portugueses em França — e a sua possível influência no conhecimento que os franceses têm de um Portugal tornado subitamente menos “longínquo”. Remontemos ao final da Idade Média e, por curiosa coincidência, teremos então de lidar novamente com a dinastia de Borgonha. Na corte de Filipe o Bom, depois na corte de Carlos o Temerário descobrimos o primeiro letrado português “imigrado”. Chamam-no “*Vas de Lusane, portugalois*”. Trata-se de Vasco de Lucena, cuja erudição foi celebrada pelo cronista Olivier de la Marche. Deve-se a Lucena uma tradução francesa da *Vida de Alexandre Magno*, de Quinto-Cúrcio, e da *Ciropedia* de Xenofonte. Poeta da corte, compõe também o epitáfio da Isabel de Portugal, terceira mulher de Filipe o Bom e canta a glória do Temerário, comparando-o ao Grande Alexandre. Morre em 1512, tendo aberto o caminho para uma longa e rica tradição.

Mas, pondo de parte, momentaneamente, o mundo privilegiado das letras, convém lembrar a presença, senão em massa pelo menos importante, de portugueses em algumas cidades francesas: Ruão, Nantes, onde encontramos impressas em português, em 1640 e 1644, as *Trovas* de Bandarra, documento de base para a difusão do mito sebastianista; e ainda Baiona, ponto de encontro dos judeus portugueses até ao final do Antigo Regime. Estes

judeus são mercadores, fabricantes de chocolate, mas também médicos reputados mesmo na corte. O mais conhecido desses médicos é sem dúvida Jacob Rodrigues Pereira, inventor de um método de educação de surdos-mudos. Torna-se célebre nos salões parisienses e nos meios esclarecidos, onde lhe chamam “o judeu que faz falar os mudos”. Antes de morrer, em 1780, conseguirá que seja instalado um cemitério judeu em La Villette, então arrabalde de Paris.

Mas voltemos aos princípios do humanismo na Europa, período particularmente fecundo para as relações franco-portuguesas. Foi em 1499 que o rei D. Manuel I instituiu duas bolsas destinadas a portugueses que partiram para o Colégio de Montaigu. O primeiro beneficiário foi Diogo de Gouveia (dito o Antigo) que se tornará director do Colégio de Santa Bárbara em Paris. Em 1527, o Rei D. João III amplia consideravelmente o sistema de bolsas, isto numa época que é difícil em matéria política: os marinheiros e os corsários franceses atacam continuamente as caravelas portuguesas e Jean Ango, rico armador de Dieppe, empreende, à sua própria custa, com dezanove navios, o bloqueio do porto de Lisboa.

Entre 1490 e 1550, há cerca de 250 estudantes portugueses que estão a acabar os seus estudos em Paris ou na província. Cinco portugueses foram reitores da Universidade de Paris, de entre os quais três da família Gouveia. Mas encontramos também Gouveias em Bordéus. André de Gouveia, erasmista, zanga-se com o seu tio Diogo o Antigo e parte para Bordéus, tornando-se Director do Colégio de Guyenne. Foi aí que Montaigne o conheceu e admirou. Montaigne considera-o “sans

comparaison le plus grand principal de France” (*Essais*, I, XXVI.) Este “principal” foi, de facto, um renovador obstinado da pedagogia. Foi também amigo de Nicolas de Grouchy o qual, em sentido inverso, foi ensinar em Coimbra, como já dissemos. Aos Gouveias, acrescentam-se muitos outros nomes de juristas, de filólogos, mas também de pilotos ou de peritos da marinha como João Alfonso ou João Pacheco, os quais acabaram por se fixar em França. O primeiro, Jean-Alphonse de Saintonge, foi o autor de uma *Cosmografia* preciosa para a navegação durante todo o século XVI.

Com o século XVII chega a segunda vaga de letrados portugueses que escolhem a França para viver durante um certo período da sua vida ou mesmo até morrer. São os chamados “estrangeirados”.

No século seguinte, o Paris das Luzes trava conhecimento com o Cavaleiro de Oliveira, condenado em Portugal, suspeito de protestantismo e que se tornou célebre pelas suas *Memórias históricas, políticas e literárias* (1741-43). Cite-se também Luís da Cunha, embaixador em Utrecht, que morreu em Paris em 1749: é considerado o *maître à penser* do Marquês de Pombal. Cite-se ainda o médico Ribeiro Sanches, voltado para a Rússia, mas que se tornou amigo íntimo de vários médicos parisienses. Cite-se, enfim, o Duque de Lafões, que seduziu Madame du Deffand, e o Duque de Palmela, que teve uma ligação amorosa com Madame de Staël.

Entre o final do século XVIII e o princípio do século XIX, o Cavaleiro de Brito e Filinto Elísio são bem os herdeiros desses portugueses *éclairés*. Baseando-nos em Inocêncio, podemos afirmar que ao primeiro devemos a introdução à literatura portuguesa que figura na antologia poética de Filinto Elísio, traduzida pelo francês Sané em

1808. Por seu turno, Filinto Elísio traduziu em França vários autores franceses (Fiévée, Madame Robert, Bette d’Etienville), e tornou-se amigo do então jovem Lamartine, que lhe consagrou uma homenagem poética após a sua morte.

A França romântica é também um centro difusor de numerosas edições em português. Sem falar da edição dos *Lusíadas* do Morgado de Mateus, realizada pelo impressor Firmin Didot em 1817, cite-se, por exemplo, os *Annaes das Sciencias das Letras e das Artes*, publicados entre 1818 e 1822.

Com Filinto Elísio, que é o representante mais dotado da sua geração (dividida entre aquilo a que poderíamos chamar “neoclassicismo” e “pré-romantismo”) começa a longa lista de escritores portugueses que deixam a sua pátria frequentemente por motivos políticos, e que elaboram em França, do século XIX ao século XX, uma multiforme reflexão sobre o exílio e a dificuldade de ser e de estar: Almeida Garrett, Herculano (cujos anos de juventude foram admiravelmente estudados por Vitorino Nemésio), António Nobre, Eugénio de Castro, este último procurando em França as bases teóricas do simbolismo português e tornando-se amigo de Villiers de l’Isle Adam, de Robert de Montesquiou, de Louis Pilate de Brinn Gaubast, sendo recebido em Paris com uma homenagem presidida por Catulle Mendès. Acrescente-se ainda Mário de Sá-Carneiro e o seu suicídio parisiense e Francisco de Homem Cristo Filho, falecido em Paris em 1923, com pouco mais de trinta anos.

E se avançarmos pelo século XX fora, encontramos então os intelectuais do período da ditadura salazarista exilados ou em todo o caso marginalizados pelo regime: Urbano Tavares Rodrigues, leitor na Universidade de

Montpellier (1949-52) e na Sorbonne (1952-55); António Coimbra Martins, leitor e professor na Sorbonne; José da Silva Terra, leitor na Sorbonne e em Aix-en-Provence e depois, tendo adquirido a nacionalidade francesa, professor e director do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros na Universidade de Vincennes; Eduardo Lourenço, leitor nas Universidades de Montpellier, Grenoble e Nice, onde ocupa actualmente o cargo de *maitre-assistant*; Alfredo Margarido, formado pela École des Hautes Études, onde ensina; João Medina, doutorado pela Universidade de Estrasburgo e professor em Aix-en-Provence; Liberto Cruz, leitor na Universidade de Rennes; Álvaro Manuel Machado, formado na École des Hautes Études, leitor na Universidade de Ruão, professor convidado na Sorbonne e autor de dois romances sobre o exílio parisiense nos anos 60, *Exílio* (1978) e *A Arte da Fuga* (1983), etc. A lista é longa e particularmente significativa a nível do ensino universitário. Numerosos estudantes franceses devem a esses intelectuais portugueses preciosos conhecimentos linguísticos e culturais a que, sem eles, não teriam provavelmente acesso. E devemos também uma ampla acção em favor do desenvolvimento das relações franco-portuguesas, ensaios críticos e de investigação, poesia, ficção, enfim, toda uma expansão da cultura portuguesa em França.

Esta acção prolonga a dessa pequena colónia portuguesa de Paris tão activa em fins do século XIX e que tanto contribuiu para um melhor conhecimento de Portugal nos meios intelectuais da capital francesa. Em 1904, como consequência da actividade finissecular, fundou-se a *Société d'Etudes Portugaises*, por iniciativa de jornalistas e de diplomatas como António Portugal de

Faria, cônsul em Paris, e Xavier de Carvalho, correspondente do jornal *O Século*. O Presidente de Honra é Frederico Mistral. Homenagem que se explica facilmente: Mistral traduziu em 1895 para o provençal as *Endechas a Bárbara* de Camões e deu para o *Album* de Juliette Adam uma ode “*Au Pourtugau*” que cairá fundo no coração de muitos letrados portugueses, interessados em estreitar os laços que uniam as “províncias” da latinidade, não esquecendo que a Provença influenciara outrora, decisivamente, a lírica galaico-portuguesa. Mistral celebrava o “beu pichoun poble” e tornava-se amigo da rainha D. Amélia.

A Sociéte d’Etudes Portugaises organiza em Outubro de 1905 uma festa da “Entente Cordiale Latine”. O organizador dessa festa é Maxime Fromont, sobre o qual teremos a oportunidade de voltar a falar. A festa é presidida por Sebastião de Magalhães Lima, socialista, mação, director do jornal republicano *O Século*. O Visconde de Faria e Xavier de Carvalho lançam-se também na aventura da fundação de revistas, tais como *Latina* e *Le Portugal à Paris*. Em 1909, esses portugueses pró-latinos prestam homenagem a Mistral, comemorando o cinquentenário de *Mireille*. Mistral é nomeado sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, cujo presidente é Teófilo Braga, futuro presidente da primeira República portuguesa. Alguns anos depois, voltamos a encontrar Xavier de Carvalho quando se organiza o primeiro corpo expedicionário de voluntários portugueses que se batem lado a lado dos seus irmãos latinos. Por aqui se vê até que ponto a “miragem” parisiense (e também latina) inspirou a acção de numerosos portugueses fixados em Paris. E se quisermos procurar testemunhos de outro tipo, por exemplo, os de

anarquistas ou anarquistas (estamos a pensar em *Os meus dez dias em Paris* de Campos Lima), encontramos a mesma fascinação pela capital e pela civilização francesas.

A partir dos anos 60, é outra a “miragem” que atrai a França numerosos portugueses: a da liberdade, evidentemente, mas sobretudo a do trabalho, a do dinheiro necessário para suprir as necessidades de subsistência de famílias numerosas. É o fenómeno da emigração, fenómeno de massa, em que a lei do número domina a do indivíduo. Em 1976, um décimo da população de Portugal vivia em França. Em 1981, havia mais de 850 000 portugueses a viver em França.

Esta emigração renovou, de certo modo, o *stock* dos estereótipos que circulam em França relativos a Portugal e aos portugueses. Ela permitiu muitas vezes um conhecimento mais directo e um contacto mais íntimo entre franceses e portugueses, entre estudantes, operários, nos arredores de Paris ou noutras grandes cidades francesas, mas também nas vilas ou mesmo nas aldeias em que os portugueses trabalham como pedreiros, electricistas, canalizadores, etc. Por outro lado, convém igualmente notar que a emigração provocou aqui e ali atitudes primitivas de racismo. (Não devemos esquecer que já Zé Fernandes, um dos heróis de *A cidade e as serras* foi tratado em plena Sorbonne de “sale maure”...). Aliás um racismo moderado, quando comparado com a atitude de alguns franceses relativamente aos africanos.

Apesar de tudo, devemos reconhecer que o português, no conjunto, não é frequentemente vítima destas reacções intempestivas. A sua grande capacidade de trabalho, quer na escola quer na fábrica ou na indústria de construção civil, o seu empenho em “ganhar a vida” honestamente merecem o respeito e a admiração de

muitos franceses. Além disso, o português tem em geral tendência para se integrar facilmente na vida quotidiana francesa, embora conserve os seus hábitos próprios, juntando-se frequentemente, criando grupos ou associações (actualmente há mais de 500).

Há dois anos, havia mais de 230 000 portugueses inscritos nos estabelecimentos de ensino em França. Note-se que 2372 franceses escolheram o português desde a *sixième*, dos quais 378 optaram pelo português como segunda língua. Todavia, a maior parte desses “franceses” eram... portugueses de origem. Consequentemente, este prodigioso fenómeno escolar não fez evoluir, em quinze anos, praticamente em nada a atitude do francês relativamente ao português, isto apesar dos esforços consideráveis por parte de alguns universitários franceses, de entre os quais se deverá citar, antes de mais, Solange Parvaux, inspectora-geral do ensino do português em França.

Nada mais teremos para dizer sobre os efeitos da emigração portuguesa em França? Parece-nos que há algo ainda a acrescentar. Deveremos citar, por exemplo, a exibição de um filme sobre a “passagem” clandestina dos portugueses através da fronteira espanhola, *O Salto*, realizado por um francês, Christian de Challonges. E ainda alguns cantores ou artistas que, em França, conseguiram “vencer”. E, enfim, uma simples canção, tornada popular nos anos 70 pelo cantor Joe Dassin, com versos de Pierre Delanoë, uma canção discretamente poética e comovedora intitulada simplesmente “*Le Portugais*”.

“Avec son marteau-piqueur
Il creuse le sillon de la route de demain.

Il y met du cœur,
Le soleil et le gel sont écrits sur ses mains

Le Portugais dans son ciré tout rouge
Qui ressemble à un épouvantail
As-tu vu l'étrange laboureur
Des prairies de béton et des champs de rocaille.

Il faut en faire des voyages,
Il faut en faire du chemin...
Ce n'est plus dans son village
Qu'on peut gagner son pain.
Loin de son toit, de sa ville,
A cinq cent milles vers le Nord,
Le soir, dans son bidonville,
Le Portugais s'endort...

Il est arrivé à la gare d'Austerlitz
Voilà deux ans déjà...
Il n'a qu'une idée
Gagner beaucoup d'argent et retourner là-bas!

Le Portugais dans son ciré tout rouge
Qui ressemble à un épouvantail:
Il ne t'entend pas,
Il est sur le chemin qui mène au Portugal...

Il faut en faire des voyages, *etc...*”

O estudo das relações franco-portuguesas no domínio literário não seria completo sem a evocação de algumas figuras, os chamados “intermediários”, que, indo contra a indiferença dos seus compatriotas, indo mesmo por vezes na contra-corrente das modas, falaram, diversamente, de Portugal aos seus contemporâneos.

Esta tarefa, ingrata e nobre, não nos deve impedir, no entanto, de sermos lúcidos. Já vimos as dificuldades que há na tradução, melhor ou pior, de obras portuguesas em França: os tradutores não são numerosos nem são génios.

Aqui, a hierarquia cultural desempenha um papel predominante: os “grandes” tradutores estão reservados para aquilo que os franceses consideram as “grandes” literaturas e as “grandes” culturas. O mesmo se passa quanto aos “intermediários”.

Para falar apenas do século XIX, muitos nomes nos vêm à memória. Tradutores como Charles Magnin ou Ortaire Fournier fizeram muito para difundir em França Camões e Garrett. O seu mérito limitou-se a isso. Ferdinand Denis mal se destaca deste grupo, como tradutor que possuía vastos conhecimentos sobre Portugal e ainda mais sobre o Brasil. E no entanto reconhecemos que o esforço feito por Ferdinand Denis para dar a conhecer a civilização lusitana é digno de respeito: um *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal* (1826), um outro volume de apresentação de Portugal na coleção de *L'Univers pittoresque* em 1846; trabalhos sobre Camões, sobre Garrett e as *Chroniques chevaleresques de l'Espagne et du Portugal* (2 volumes, editados em 1839 e reeditados em 1841), isto para citar apenas os textos mais importantes. Todavia, que lugar ocupa Ferdinand Denis na epopeia romântica francesa e europeia em geral? Seguramente um lugar obscuro e secundário. E que dizer então de outros letrados que acabam por manifestar um entusiasmo negativo, simples fruto da ignorância? Que glória pode trazer a Portugal, por exemplo, um Léonce Chauvain, artesão zeloso das glórias portuguesas e mais ainda da Casa de Bragança (*Histoire du Portugal et de la Maison de Bragançe*, 1871)? E o Barão de Septenville, grande amador da Península Ibérica do tempo da cavalaria medieval? E o Conde A. de Circourt que manifesta grande admiração pela vida e pela obra de Camões? E Henry-Faure, tradutor de Camões e de Garrett? O que faltará a estes nomes para atingirem uma

glória mais substancial? Sem dúvida uma inspiração literária, poética, que lhes permitisse escrever “outra coisa”, essa “outra coisa” que daria a conhecer, pela força sugestiva das imagens, um Portugal menos erudito, talvez menos estereotipado, dando assim realidade ao mito. O que significa que teremos de citar estes “intermediários” com muitas reservas, tentando sobretudo procurar, em cada época, uma figura original.

Deixemos de lado um Grouchy, um Du Perron de Castera, e detenhamo-nos, nos alvares do século XVIII, em Jacques Le Quien de la Neuville (ou Nefville). Erudito, bom letrado, é recebido em 1706 na Académie des Inscriptions. Alguns anos mais tarde, acompanha a Portugal o Abade Mornay de Montchevreuil (o mesmo sobre o qual o Marquês d’Argenson contava as desgraças nas estradas da Estremadura). Le Quien frequenta a casa do Conde de Ericeira. O Rei D. João V agracia-o com a Ordem de Cristo e dá-lhe uma sólida renda, em recompensa da sua volumosa *Histoire du Portugal*, que constitui sem dúvida o trabalho mais sério de um francês sobre a Idade Média portuguesa. No entanto, este trabalho será criticado pelo seu continuador, La Clède, protegido de Voltaire e que conseguirá fazer esquecer esse trabalho de pioneiro (apesar de outras tentativas, desde o século XVI).

No outro extremo do século, atentemos em Antoine de Cournand, um dos raros hispanófilos e lusófilos do Século das Luzes. Nascido em Grasse, na Provença, em 1747, segue a carreira eclesiástica. Aos 37 anos consegue obter uma cadeira de literatura francesa no Collège de France. Leitor do rei, fino cortesão, publica em 1781 uma *Vie de l’Infant Dom Henri*, traduz em versos alexandrinos algumas passagens dos *Lusíadas* e celebra Camões num canto do seu poema *Les Styles (Du Sublime)*. Cournand

insurge-se contra o descrédito em que tinham caído as literaturas ibéricas: “Je ne sais pourquoi on les néglige tant aujourd’hui. Il n’y a pas un siècle qu’elles étaient presque généralement cultivées par les gens de lettres”. Apesar de por vezes se aproximar dos gostos de Voltaire, Courmand pretende fazer justiça às letras portuguesas. A lusofilia de Courmand será elogiada pelo seu amigo Florian, fabulista, entusiasta da literatura espanhola.

Em pleno romantismo, é uma jovem letrada que merece a nossa atenção: Pauline de Flaugergues. Nascida em Rodez, em 1799, cultivava a arte de versejar e recebe, em 1835, da Academia dos Jogos Florais de Toulouse um prémio (a “Violeta de Ouro”). Com uma recomendação da rainha, Pauline parte para Portugal como preceptora dos filhos do primeiro Duque de Loulé. Funda uma revista bilingue, *L’Abeille* (1836-42); frequenta Garrett, Castilho e é autora de várias composições poéticas em que tentou reconstruir o clima dos arredores de Lisboa (Quinta da Praia) onde passou alguns anos. Regressa a França em 1840 e morre em 1878, depois de ter tido uma ligação amorosa infeliz com um homem de letras, Henri de Latouche. Da sua estada em Lisboa, cite-se uma passagem do poema intitulado *Consolation*, datado de 16 de Agosto de 1836:

“Le silence descend sur la cité rieuse.
Des chars retentissants cesse le bruit lointain.
A cette heure il est doux de contempler, rêveuse,
Le ciel bleu, le vieux cloître et l’océan sans fin,
Et du phare éloigné la tremblante lumière,
Et le mont que les feux et l’onde ont sillonné
Et la tour sur les eaux dressant sa tête altièrè
Ainsi qu’un noir géant de foudres couronné.
Terre des oranges! A ma muse exilée
Longtemps tu n’as paru qu’un sauvage désert!”

O poema foi escrito, precisa Pauline, às 11 horas da noite, numa varanda do Palácio de Belém. Reconhece-se pela descrição o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, elementos discretos de um ambiente propício ao devaneio poético.

Philéas Lebesgue assegurou, através da sua longa existência (1869-1958), a transição do século XIX para o século XX. De 1896 a 1951, assinou a crónica das letras portuguesas no *Mercure de France*. Filólogo, poliglota, interessa-se também pelas culturas neo-helénicas, jugoslavas, celtas. Apaixonado pelo bretão, P. Lebesgue intitula-se “Grand Druide des Gaules”. Esta verdadeira “celtomania” permite-nos compreender melhor o seu “amor” por Portugal. Imbuído de druidismo, de simbolismo, apaixonado pelo ocultismo, P. Lebesgue é levado mais a construir um mito português do que a conhecer verdadeiramente Portugal. É certo, no entanto, que sabe falar com eloquência e precisão de numerosos escritores (Teixeira de Pascoaes, claro, mas também, entre outros, Afonso Lopes Vieira, de que traduzirá alguns poemas para francês). No entanto, o que devemos pôr em relevo no trabalho deste original das letras francesas é uma vontade de compreender Portugal, aliando, de maneira surpreendente, o mito sebastianista, o messianismo e o republicanismo. Esta curiosa aliança foi muito bem analisada num artigo que Pierre Rivas publicou na revista *Nova Renascença* (1981), no qual não deixa de assinalar os limites de uma lusofilia que abrange por vezes o Oriente e que não hesita em mergulhar as suas raízes nos sonhos célticos.

Com Philéas Lebesgue entramos em pleno século XX. Deveremos encerrar a nossa rápida análise com uma figura tão original, mas também tão desconcertante?

Como uma espécie de antecipação do capítulo seguinte e dos elementos que os viajantes nos trazem aí estudados, pareceu-nos oportuno terminar com um nome ilustre, uma exceção à lista dos autores menores acima anunciada. Trata-se de Valery Larbaud, com o qual retrocedemos um pouco, voltando aos pontos altos da literatura do século XIX. Lendo *Jaune Bleu Blanc* (1928), encontramos as páginas mais belas — e também as mais densas e as mais fantasistas — escritas sobre Lisboa e sobre a civilização portuguesa.

No entanto, Valery Larbaud ficou pouco tempo em Lisboa, tendo feito uma excursão breve ao Buçaco. Ao todo, pouco mais de um mês, entre fins de Janeiro e princípios de Março de 1926, estadia encurtada devido à morte da tia do escritor. Ao todo, cerca de seis semanas de felicidade — e esta palavra é utilizada propositalmente, pois é a palavra que parece resumir melhor a impressão de conjunto que Larbaud tem de Portugal: “Le Portugal est un pays où on est heureux, où je crois que nous pourrions vivre agréablement.” Larbaud instalou-se numa pensão perto da Avenida da Liberdade, “toute mauve de ses arbres fleuris”. Pouco a pouco, domina a cidade, os arredores imediatos, assiste à construção do Parque Eduardo VII, vai passear para o Jardim Zoológico ver o hipopótamo abrir a enorme boca quando lhe dizem “Abre mais”... Por outro lado, Larbaud encontra em Lisboa o seu querido amigo espanhol Ramón Gomez de la Serna, que acaba de escrever um dos mais belos romances que jamais se escreveram sobre Portugal, romance cuja acção se passa nos arredores de Cascais: *La Quinta de Palmyra*. Larbaud faz rapidamente amizades em Lisboa, depois de uma conferência proferida no Teatro de São Carlos sobre os poetas franceses do século XVI,

em especial Maurice Scève. Foi apresentado a António Sérgio e o banquete que lhe ofereceram foi caloroso. (Um *menu* fantasista, quase lendário, fora composto por José Osório de Oliveira.) Depois, Larbaud descobre outras realidades mais secretas: o *Ecce Homo* de Nuno Gonçalves, sentindo-se atraído “vers le regard qu’on devine [...] vers ce regard qu’on ne verra jamais”... Vai, evidentemente, ao fado, que ele define assim: “ces longs chants populaires d’une prosodie extrêmement compliquée et accompagnés d’une musique lente, triste, passionnée et tendre”.

Mas o que fascina mais Larbaud é a língua portuguesa. Como escreve justamente Bernard Delvaille no prefácio à Exposição Larbaud organizada pela Fundação Gulbenkian em Lisboa, em 1974: “Larbaud découvre une langue comme on fait d’une femme.” Quem sabe se o romance de Ramón Gomez de la Serna *La Quinta de Palmyra*, de que Larbaud se serve para a epígrafe a *Divertissement philologique*, não desempenhou aqui um papel subterrâneo e cristalizador? Teríamos de analisar uma por uma as páginas assombrosas em que Larbaud evoca as curiosidades da língua portuguesa, aquelas que mais o espantam, o encantam, o fascinam.

No comboio que o leva de regresso à França, entre Guarda e Alsasua, Larbaud traça um resumo entusiasta do romance de Eça de Queirós *A Capital*. Mais tarde, em Paris, servirá de intermediário para a tradução de *A Relíquia*.

As páginas brilhantes que na sua breve passagem por Portugal este país e a sua língua lhe inspiraram, não deixaram indiferentes os escritores portugueses. José Osório de Oliveira, Joaquim Paço d’Arcos, Paulo Osório e, mais recentemente, David Mourão-Ferreira, falaram

com justeza e entusiasmo deste amigo de Portugal, tão discreto e tão inteligente. Em 1957, num número especial da *Nowelle Revue Française* em homenagem a Valery Larbaud, Paulo Osório escrevia em francês o seguinte, num texto intitulado “*Un ami du Portugal*”:

“V. Larbaud a vu le Portugal en amoureux. C’est dire qu’il a séduit et qu’il a été conquis. Il n’oublia pas les Portugais en ses heures de douleur, de solitude, de détresse, dans son petit cabinet de travail désaffecté qui était déjà comme une tombe où cet Icare globe-trotter lentement brûlait ses ailes d’aventure au feu du souvenir. Les Portugais ne sauraient non plus l’oublier.”

Assim se encontra definida, com justeza, a verdadeira acção do intermediário, para lá da acção imediata: a amizade durável, partilhada e, para lá do sofrimento e da morte, a lembrança dum homem que ao falar de si próprio soube descobrir e exaltar o Outro.

III / CONVITES À VIAGEM

O título deste capítulo leva-nos logo a pensar no poema de Baudelaire intitulado *L'invitation au voyage*:

“Mon enfant, ma soeur,
Songe à la douceur
D’aller là-bas vivre ensemble!”

Infelizmente, a *douceur* aqui evocada pelo poeta não tem nada a ver com Portugal, é, como se sabe, holandesa: uma Holanda recriada a partir de *rêveries* provocadas pelos quadros, pelas estampas, pelas gravuras dos grandes mestres holandeses e que se perde num espaço abstracto onde “tout n’est qu’ordre et beauté/ luxe calme et volupté”...

No entanto, não há dúvida de que estes versos poderiam servir para caracterizar o espaço português se... se Portugal tivesse conseguido impor ao poeta a originalidade do seu *charme*. Nada disso se passou. É noutro poema, em prosa, de Baudelaire que vamos encontrar, furtivas, surpreendentes imagens de Lisboa, resultantes do diálogo doloroso entre o poeta e a sua alma:

“Dis-moi, mon âme, pauvre âme refroidie, que penserais-tu d’habiter Lisbonne? Il doit y faire chaud, et tu t’y ragaillardirais comme un lézard. Cette ville est au bord de l’eau: on dit qu’elle est bâtie en marbre et que le peuple y a une telle haine du végétal, qu’il arrache tous les arbres. Voilà un paysage selon ton goût; un paysage fait avec la lumière et le minéral, et le liquide pour les réfléchir!

Mon âme ne répond pas.” (N’importe où hors du monde, XLVIII).

Estranha paisagem esta que o poeta recriou! E mais estranha ainda, digamos mesmo absurda, é a acusação de que os portugueses seriam inimigos das árvores! Que é feito dos parques imersos em luxuriante vegetação e do “Glorious Eden” cantados por Byron? A não ser, como tantos outros, o poeta francês tenha também confundido Portugal com a Espanha: de facto, são os espanhóis, mais propriamente os castelhanos que desprezam as árvores da *meseta*, tendo-as sempre transformado em barcos.

A verdade é que o convite à viagem a Portugal ainda não foi aceite pelos franceses... Mesmo actualmente, nesta nossa época de turismo de massas, o “pequeno” Portugal não pode rivalizar com essa enorme concorrente que é a Espanha. Em 1973 Portugal acolheu cerca de 250 000 turistas franceses; em 1979 eram apenas 180 000... enquanto que os que foram passar as férias à Costa Brava ou à Costa do Sol contam-se por milhões. E, no entanto, nada falta ao “poema” publicitário, última manifestação escrita (com a respectiva reportagem) da imagem de um *ailleurs*: o Algarve, 850 km de praia, mais de 3000 horas de sol... E nomes que cantam... Tudo isto exposto nos “poemas” em prosa dos prospectos de publicidade, com

uma linguagem de *marketing* para o francês médio compreender mais facilmente:

ALGARVE

“Un jardin en pente sur la mer, où l’hiver fleurissent les amandiers.
Plages de sable doux et doré.
Des eaux tièdes et transparentes.
Et les soins de beauté constamment dispensés par un soleil esthéticien, habile à bronzer ses amis.
...Tel est l’ALGARVE. Véritable centre international de vacances.
Point de rencontre de touristes venus de toutes les parties du monde tâter à la joie de vivre qui règne en ces lieux. Golf, tennis, casinos à grands spectacles.
Sports nautiques: chasse sous-marine, yacting, aviron. Cadre qui met en valeur les performances des champions skieurs ou équestres.
Et cela dure toute l’année:
ALGARVE, pays des vacances sans fin!
Il faut connaître l’Algarve. Ses paysages, empreints de la beauté d’une nature vierge, forment, avec l’ambiance chaleureuse de centres touristiques cosmopolites tels qu’Albufeira, Portimão, Praia da Rocha, Quarteira, Alvor, Monte Gordo, Faro, Armação de Pêra, Lagos, et leurs restaurants, leurs bars, leurs “boîtes”, un contraste heureux et charmeur.”

O pouco interesse, mesmo a nível turístico, manifestado pelos franceses por esse Portugal que eles ainda consideram “longínquo” não é de hoje, como já dissemos. No século XVIII, o grande século das viagens, o século das visitas às cortes, às capitais, aos salões, aos

museus, às bibliotecas, Portugal, e também a Península Ibérica em geral, são praticamente postas de parte pelos viajantes franceses. Que contraste com a série de testemunhos deixados pelos ingleses! Porquê?

Ainda aqui temos que atentar na noção de afastamento interpretada pela mentalidade da época: a Espanha e mais ainda Portugal estão afastados daquilo que a Europa das Luzes considera os eixos culturais essenciais: Londres-Paris-Roma, um itinerário que vai da ciência à arte, Paris representando sem dúvida a perfeita ligação dos dois domínios... Ou ainda Amesterdão-Paris-Veneza, eixo ligando a ciência ao prazer e beneficiando ainda de um lugar privilegiado... A Península Ibérica constitui apenas um eixo político e económico secundário: Paris-Madrid-Cádiz, eixo ligando os Bourbons de França aos de Espanha e a política de Versalhes aos imperativos económicos defendidos pelos negociantes franceses, interessados em ter a sua parte do bolo das Índias. Neste espaço político e cultural não há lugar para Portugal. Ou há muito pouco. Traçando de maneira totalmente ideal e teórica um programa de viagem de formação para jovem esclarecido, um letrado francês, o Abade Ansquer, imagina o seguinte itinerário:

“Je suppose que ce voyage a duré cinq ans, c’est-à-dire qu’on a employé six mois à parcourir les villes les plus considérables de nos provinces, qu’on a passé six mois à Madrid et à Lisbonne, un an en Italie, deux ans en Allemagne et dans les Cours du Nord, enfin un an en Hollande et en Angleterre” (Variétés philosophiques, 1762).

Feliz Itália terra das artes onde se fica um ano; Norte ainda mais feliz, pois lá se deverá passar uns três anos! Pobre Península Ibérica, na qual não se deverá passar mais tempo do que nas “províncias”...

Até ao século XIX, Portugal vê passar alguns franceses apressados, vindo a Lisboa frequentemente em missões diplomáticas ou em viagem de negócios, raramente por prazer e com curiosidade. Além disso, do princípio do romantismo ao Segundo Império, os testemunhos não serão numerosos; serão também, por vezes, bem sucintos (como o de Emile Bégin em *Voyages pittoresque en Espagne et en Portugal*, 1852) ou abertamente críticos, como as impressões deixadas por J. Pourcet de Fondeyne.

A situação evolui ligeiramente no decorrer da segunda metade do século XIX, com a viagem por caminho de ferro e os bilhetes “circulares” que permitem, mais do que dantes, o “desvio” por Lisboa. No entanto, o francês está constantemente a queixar-se da lentidão e da falta de conforto dos comboios. O *Baedeker*, na versão francesa de 1900, é formal: “os caminhos de ferro espanhóis têm suscitado muitas queixas...”; “a primeira classe dos comboios portugueses deixa ainda mais a desejar...”. Decididamente, a Península Ibérica não faz parte da Europa moderna e civilizada...

Todavia, vai ser precisamente o exotismo, o *dépaysement* que procurarão os turistas da “Belle Époque”, na Andaluzia como no Buçaco ou em Sintra: um *charme* ambíguo, próprio de tempos passados (o das caravelas?), *charme* que tem os seus efeitos, inspirando narrativas de viagem que, se é certo não terem grandes qualidades literárias, tentam atingir — baseando-se nos grandes modelos, os Byron, os Barrès — uma emoção poética cultivada na época pós-romântica.

Antes de descobrirmos alguns desses testemunhos mais originais, deixando falar esses viajantes de tempos idos, folheemos — última precaução antes da partida — os manuais e os guias que serviram aos nossos antepassados, que orientaram os seus olhares, que modelaram as suas imagens de um país, que influenciaram as suas sensibilidades.

Antes de meados do século XIX, altura em que se generaliza a utilização do guia (o *Baedeker*, depois o *Guide Joanne*, para citar dois exemplos célebres), o viajante tinha à sua disposição apenas itinerários lacónicos. Para saber qualquer coisa sobre um país, no caso de não ter o testemunho directo de qualquer amigo ou pessoa de família, o candidato a viajante tinha de se voltar antes de mais para os livros de história, os quais forneciam dados sobre os costumes, os habitantes, os hábitos da corte do país visitado, etc... Havia igualmente manuais de história e de geografia (por vezes em verso, à boa maneira dos jesuítas, seguindo um método mnemotécnico), dicionários geográficos (por exemplo, os de Thomas Corneille, em fins do século XVII, de Bruzen de la Martinière, editado e aumentado de 1726 a 1768), enfim, algumas narrativas publicadas, os chamados “clássicos”. Escusado seria dizer que, no que diz respeito aos dois reinos ibéricos, os comentários eram quase sempre severos, digamos mesmo negativos. Basta citar o exemplo do famoso capítulo “Voyage d’Espagne et de Portugal” de Jouvin de Rochefort, da obra intitulada *Voyageur d’Europe* (1672).

Em 1730 é editada em Paris uma curiosa *Description de la Ville de Lisbonne*. O título completo pormenoriza: “Où l’on traite de la Cour de Portugal, de la langue portugaise et des

moeurs, des habitants, du gouvernement, des revenus du Roi et ses forces par mer et par terre, des colonies portugaises et du commerce de cette capitale.” Como se vê, trata-se de facto, não só de um guia *avant la lettre*, mas também de uma espécie de relatório diplomático e comercial. Apesar de numerosas conjecturas, não é possível descobrir o autor deste documento que deve muito, no estilo como na concepção, ao relatório diplomático mais ou menos confidencial. Tal como se apresenta, publicado, divulgado, é um dos primeiros documentos pormenorizados e honestamente redigidos sobre a capital (e, por extensão, sobre o reino).

Neste documento, não encontramos grandes efeitos de estilo; eis, no entanto, uma visão de conjunto em termos descritivos:

“Le climat de Lisbonne est admirable: il semble qu’on y soit dans un printemps continuel: le ciel y est beau et toujours serein et la chaleur de l’été fort tempérée par le vent du Nord-Est qui y règne presque sans cesse. Il pleut très rarement dans cette saison et néanmoins la fraîcheur de la nuit empêche que les fruits ne soient incommodés par la sécheresse.”

Outras passagens mereciam ser citadas, pois revelam uma “visão” favorável da civilização portuguesa, como constituem igualmente, a nível de descrições breves, os derradeiros testemunhos sobre uma cidade que será em grande parte destruída vinte e cinco anos depois, com o terramoto de 1755.

Saltemos por cima dos séculos, para descobrirmos algumas maneiras de ver Lisboa e Portugal na “Belle Époque”. A colheita é então mais abundante e variada.

Há até portugueses que, antecipando-se, propõem ao leitor francês conhecimentos precisos e novos: por exemplo, em *Le Portugal géographique*, da autoria de Brito Aranha, editado por Larousse (1900). Mas deveremos citar ainda *L'Espagne et le Portugal illustrés*, da autoria de P. Jousset, ainda nas Ed. Larousse, ou *Le Portugal inconnu*, livro publicado na “Bibliothèque de la Science Sociale”. Porquê “desconhecido”? A resposta é eloquente e confirma bem o que atrás designámos por *terra incógnita*: tratava-se de descobrir, já no século XX, um povo que tinha descoberto tantos povos.

Para P. Jousset, já é tempo de consagrar a originalidade portuguesa:

“Le Portugal, par son individualité agissante, son glorieux passé, ses espérances d’avenir, méritait une place à part: nous l’aurions voulu plus large, si les limites étroites d’un seul volume pour toute la péninsule n’eussent restreint le développement. Le sol, les ressources, ses beautés pittoresques; la population agricole si originale; Coimbre, émule de Salamanque; la région d’Aveiro, cette Hollande portugaise; Porto, son activité commerciale et le pays du vin; Lisbonne et le gouvernement; Belém et la grande épopée coloniale qui l’auréole d’une gloire impérissable; Vasco da Gama rival de Colomb; Cintra et son paradis végétal; les étendues pastorales de l’Alentejo et le littoral africain de l’Algarve; les colonies, promises, si l’on veut, à un brillant avenir: ces traits variés composent un tableau vivant du pays et du peuple portugais.”

Na mesma época, Eugène Gallois apresenta, em forma de impressões de viagem, uma compilação sobre a Península Ibérica, adoptando, tal como ele próprio

confessa, “l’itinéraire généralement suivi par les Agences de voyage” (*Espagne et Portugal*, 1899):

“Se trouver à Madrid, sans être absolument à la porte du Portugal, c’est nous estimons, en être trop près pour ne pas désirer greffer une excursion dans ce pays sur un voyage en Espagne; aussi, ami lecteur, si vous le voulez bien, nous ferons une petite fugue dans un des minuscules royaumes d’Europa, sur le trône duquel est assise une Française de sang royal, la sympathique reine Marie-Amélie d’Orléans, épouse du duc de Bragance, roi de Portugal... Le Portugal est, en effet, loin d’être sans intérêt au point de vue du tourisme simple.”

Este “complemento” (note-se bem a palavra) traz, de facto, belas surpresas, como se pode ver mais adiante:

“On a à peine pénétré sur le territoire portugais que le paysage semble plus gai; la campagne verdoyante et semée d’ormeaux... Les gares sont encadrées de verdure où se remarque l’eucalyptus. Les paysans portent encore leur costume national et sont coiffés d’un bonnet de coton noir ou d’un large chapeau de feutre. Avant Abrantès des plantes de pays chauds, aloes et autres, reparaissent. Bientôt on rejoint la vallée du Tage, chantée par les doux poètes. Un pont en fer vous met sur la rive opposée, que l’on suit pendant un certain nombre de kilomètres. Les bords accidentés offrent plus d’un joli paysage dans le cadre duquel se place quelque village avec ses chaloupes tirées à la grève. Sur l’eau, des embarcations glissent mollement. A un endroit donné, un rocher jeté en travers du fleuve porte un vieux fort, décor d’opéra-comique. Malgré la grâce des tableaux qu’il offre ainsi au voyageur,

on ne saurait établir de parallèle entre ce fleuve et notre Seine ou notre Rhône.”

Outras compilações tiram efeitos fáceis do humor ou da ironia: estes espanhóis, estes portugueses são tão “diferentes”! O “como se pode ser persa” de Montesquieu parece estar fora de moda, podendo ser vantajosamente substituído pelo “como se pode ser português?”... É esse o tipo de questão que mais frequentemente põe F. Silvestre numa compilação que pretende fazer espírito: *L’Espagne et le Portugal tels qu’on les voit* (Tours, 1912). A maneira de ver é brincalhona, mas os lisboetas é que pagam as favas, como se costuma dizer:

“Autre chose, Lisbonne, comme en général toutes les villes de la Péninsule, manque d’horloges publiques. Il est certain que l’on voit rarement des personnes consulter leur montre, et il est même très probable que celles que l’on surprend dans cette occupation ne sont que de passage, et ont importé cette habitude de leur pays d’origine. En effet, les Portugais, ainsi d’ailleurs que les Espagnols, ont coutume de regarder la position du soleil qui, depuis son lever jusqu’à son coucher, est toujours là pour permettre de déduire très approximativement l’heure, à l’aide d’une très simple observation. Je dois aussi avouer, pour être impartial, que l’on se trouve, de temps à autre, en face d’une devanture où sont suspendues quelques douzaines de montres anglaises ou américaines: mais je me suis laissé dire que les acheteurs sont assez rares et tous étrangers.

Afin de varier les plaisirs — et pour assurer le bien être de l’espèce humaine, on ne saurait trop en découvrir — le Portugais du commun crache facilement et, par ce côté, ressemble étonnamment à l’Espagnol. Pour satisfaire son

penchant, il a recours au tabac, et il est véritablement surprenant de voir avec quelle rapidité une cigarette ou un cigare allumé convertit, en un instant, un homme, qui paraissait très calme et robuste des bronches, en un agité pituitieux.

L'Allemand fume pour songer, le Belge fume pour fumer, le Français fume par habitude ou par genre, le Portugais, lui, fume pour cracher, et il crache alors avec une persistance qui tient du prodige."

Outro tema de espanto para um francês "moderno", "civilizado", homem do Norte, é a abundância de burros. Em Espanha, o *couplet* sobre Sancho Pança é obrigatório. Em Portugal, ele é mais difícil de fazer e torna-se portanto, necessário encontrar uma variante original:

"... l'âne portugais, fort bien traité par ses maîtres, sait payer, par sa docilité et sa gentillesse, les bons procédés dont on use envers lui. Il n'est pas abruti comme son voisin d'Espagne et, la preuve qu'il lui est supérieur, c'est qu'il n'est pas muet; il braie au contraire, avec enthousiasme, je dirai plus, avec volupté. Possédant partout sa pleine liberté, il a pu développer ses facultés. Aussi, il recommence volontiers son chant harmonieux trois, quatre et même cinq fois sans désemparer, montant sa gamme et la descendant avec un entrain endiablé: mais ne la descendant qu'après avoir été jusqu'au sifflement, ce qui marque, croit-on, le summum de satisfaction et de capacité dans l'art musical asinesque."

Seria um engano imaginar que este género de literatura, oscilando entre a compilação, a vulgarização e o ensaio, em suma, este género de falsa narrativa de viagem, foi

apanágio dos nossos avós. Teria de fazer uma lista bastante longa se quiséssemos enumerar todos os álbuns e guias de toda a espécie, quase sempre ilustrados, publicados desde há uns vinte ou trinta anos e tendo, aqui ou ali, um prefácio, um texto com assinatura ilustre. Cite-se, ao acaso, alguns títulos: *Portugal* (coleção “Le Monde en couleurs”, com texto de Suzanne Chantal e prefácio de Jacques de Lacretelle, 1950); *Portugal* (Editions Rencontre, 1966), devido a Gilbert Ganne; *Portugal familier* (Hachette, 1967), escrito por Yves Gandon, etc. A assinalar, em especial, duas obras de interesse literário evidente: *Portugal que j’aime* (Paris, 1963), livro escrito por Jacques Chardonne, Paul Morand e Michel Déon (teremos a oportunidade de voltar a estes “apaixonados” de Portugal, estes “três mosqueteiros” lusófilos das letras francesas); e, ocupando um lugar à parte pelo tom poético do texto e a qualidade da fotografia, *Portugal des voiles*, do escritor, poeta e jornalista Max-Pol Fouchet (Lausana, Ed. Clairefontaine, 1959). Há sem dúvida neste livro páginas que sem serem de um “especialista”, de um “lusitanista” se podem considerar, no entanto, das mais penetrantes e das mais inteligentes que se escreveram sobre Portugal.

O livro organiza-se a partir de um jogo de palavras, de uma associação de ideias, mecanismo simples da poesia familiar: as *voiles* são, evidentemente, as velas das caravelas dos Descobrimentos; mas são também as dos moinhos de vento; são ainda as dos véus das mulheres flutuando ao vento; e são, enfim, talvez, pura e simplesmente, os véus da história que o viandante e poeta tenta levantar para que lhe seja revelado um enigma fascinante: Portugal.

Enigma da *saudade*, antes de mais. Enigma de todo um povo vergado sob o peso da história, esse povo que “au bord des vagues a du vague à l’âme” (ainda um hábil jogo de palavras, aqui passando do sorriso às lágrimas). Enigma de uma cultura, tendo como guia problemático a *Ode marítima* de Fernando Pessoa... Enigma, ainda, agora artístico, perante seis painéis do políptico de Nuno Gonçalves que Max-Pol Fouchet considera “l’idéogramme d’un peuple”.

O poeta, simples e directo, deixa solta a sua fantasia, manifestando as suas preferências: “Je suis de ceux qui donneraient pour l’Alfama le reste de Lisbonne.” Noutra passagem, é a sinfonia da cor branca que deslumbra o viandante: o branco do Algarve, por exemplo, diluindo-se perante a brancura das pedras da nave do Mosteiro de Alcobaça (e ainda aqui o jogo de palavras — nave como parte do templo e nave como embarcação antiga — predomina, dando uma grande elegância à linguagem).

No final do seu périplo, da sua meditação, sem nostalgia e também sem *complaisance*, o poeta interroga-se sobre uma história, não para mas, surdamente, em marcha:

“L’Europe, jadis conquérante, jadis maitresse de l’Afrique et de l’Asie, ne s’achèverait-elle pas sur ces rocs ruineux, sur ces vestiges corrodés, au moment même que s’effondrent ses anciens empires, que s’altère sa vieille puissance?”

Pela força das imagens, pelo elevado teor da sua meditação (toda a verdadeira viagem é uma viagem quer no tempo dos homens quer como deslocação no espaço), Max-Pol Fouchet levou-nos, insensivelmente, a passar da

prosa banal e quase anónima dos guias para o testemunho vivo, único do viajante.

A primeira impressão que se tem de uma análise destes testemunhos, procurados ao longo de quase quatro séculos, é de superficialidade, de rapidez. Quantos viajantes apressados, pouco levados à confiança e à meditação! Dizendo isto, não queremos ser anacrónicos: é evidente que a descrição, *a fortiori* a confissão de uma impressão pessoal, representam conquistas recentes em literatura. De facto, até princípios do século XIX, a narrativa de viagem, em França, é quer um “quadro” histórico, a imagem breve de uma civilização, quer uma sequência ordenada de reflexões pessoais. No entanto, “Sieur” de Montaigne, viajando pela Itália, cria com o seu *Journal de voyage* um verdadeiro modelo do género — e ainda estamos em fins do século XVI... Na mesma época, Brantôme desembarca em Lisboa e dessa estada temos apenas alguns mexericos de corte e historietas cómicas. Primeira oportunidade falhada. Primeira de uma longa série...

Cinquenta anos mais tarde, não temos mais sorte com o poeta Voiture. Este modelo de preciosismo leva o espírito não conformista a atravessar as planícies da Mancha e a visitar Granada: curioso périplo ibérico, com terminus em Lisboa. Voiture ficara deslumbrado com Granada; fica-o também com Lisboa. Infelizmente, não é muito loquaz ao comentar o espectáculo que o maravilhou:

“Lisbonne est à mon gré une des plus belles villes du monde et qui mérite autant d’être vue. Ce sont trois montagnes couvertes de maisons et de jardins qui se mirent dans une rivière large de trois lieues.”

Na realidade, a narrativa da viagem a Portugal limita-se, desde logo e muito frequentemente, a uma simples escala por Lisboa: a impressão de conjunto é boa, mas não passa de uma impressão fugidia. Escala rápida, embora intensa, através da qual Lisboa se impõe ao viajante subitamente, deixando na memória alguns *flashes*, como aqueles que foram recolhidos por Jules Supervielle em *Débarcadères* (1922), sobretudo no poema intitulado precisamente *L'escale portugaise*:

“L'escale fait sécher ses blancheurs aux terrasses
Où le vent s'évertue,
Les maisons roses au soleil qui les enlace
Sentent l'algue et la rue.

Des femmes jaunes vont, de paniers de poissons
Irisés sur la tête.
Et l'on voit se mêler aux jeux de la saison
La sous-marine fête;

Le feuillage strident a débordé le vert
Sous la crue de lumière,
Les roses prisonnières
Ont fait irruption par les grilles de fer

.....

La ville en sa peinture a des airs de marché,
L'oeil élimine l'ombre,
Retenant les couleurs et leur goût de pêche
Qui, tel un sein, se bombe;

J'attire à moi l'escale entière, je la hume
En son sel et sa chair,
Comme un tunnel absorbe un brusque train qui fume,
Toutes vitres en flamme et fauve le panache
Vivace, sans broncher.”

O *record* de rapidez pertence sem dúvida a Arthur de Gobineau, que em 1869 fez escala por Lisboa, de viagem para o Brasil como agente diplomático junto da corte de D. Pedro II, do qual se tornará amigo e confidente.

Em menos de 24 horas, Gobineau ainda tem tempo para ir à ópera ver *A Africana*, uma espécie de introdução em música às grandes expedições marítimas dos portugueses. Na longa carta que Gobineau escreve então à mulher, dá conta desta visita-relâmpago:

“Nous voilà à Lisbonne, mon cher trésor. Ma foi! L’entrée du Tage est magnifique. Elle s’annonce très bien, par des côtes assez ondulées, mais médiocrement relevées; de beaux villages, le château de Cintra sur une cime, un grand fleuve immense borné de batteries; à mesure qu’on avance, plus de maisons groupées; enfin, la tour de Belem qui est un vrai bijou du XVI^e siècle, plus d’aux deux tiers moresque, et la ville en amphithéâtre dans le fond. Tout cela est très grand.

A brevidade da escala ou duma passagem pode, por vezes, propiciar assombrosos testemunhos, tanto mais impressionantes quanto é certo que, na pressa, o viajante apenas quis reter o essencial. Embora seja necessário, obviamente, que esse viajante tenha originalidade, tenha, digamos, personalidade. Vejamos dois exemplos, muito diferentes um do outro.

Em Agosto de 1911, Jean Jaurès visitou Lisboa, de onde embarcou para a América do Sul. Se é verdade que a passagem por Lisboa deste grande socialista não tem comparação com a passagem, quarenta anos antes, de Paul Lafargue, no entanto ela não deixa de ter interesse para as relações franco-portuguesas. Em França, abriu-se

um debate — mais um! — sobre o ensino dos dialectos regionais. Jean Jaurès defende o ensino do *patois* (a língua dos “pais”, dos antepassados): “Le peuple de notre France méridionale connaîtrait un sentiment plus direct, plus intime, plus profond de nos origines latines.” É neste contexto que Jean Jaurès envia ao jornal *La Dépêche* de Toulouse algumas “impressões” de Lisboa (15-8-1911):

“Dans les quelques jours que j’ai passés à Lisbonne, il m’a semblé plus d’une fois, à entendre dans les rues les vifs propos, les joyeux appels du peuple, à lire les enseignes des boutiques, que je me promenais dans Toulouse, mais dans une Toulouse qui serait restée une capitale, et qui n’aurait pas subi, dans sa langue, une déchéance historique, et qui aurait gardé, sur le fronton de ses édifices comme à la devanture de ses plus modestes boutiques, aux plus glorieuses comme plus humbles enseignes, ces mots d’autrefois populaires et royaux.”

O outro viajante de passagem que queríamos citar é Antoine de Saint-Exupéry. Em Dezembro de 1940 Saint-Exupéry vai embarcar para os Estados Unidos. Durante alguns dias, vagueia por Lisboa e arredores, captando o estranho ambiente que sentiu numa altura em que a Europa se abismava na guerra. A atmosfera da capital é resumida numa fórmula, uma constatação que se torna julgamento: “Lisbonne m’est apparue comme une sorte de paradis clair et triste.” Esta nota de tristeza dominante destaca-se, dolorosamente, do fundo factício de “felicidade” que a cidade quer continuar a apresentar, como que para justificar o estereótipo com que há tanto

tempo a marcaram: “Mais le Portugal essayait de croire au bonheur.”

Primeira fachada em *trompe l'oeil*: a exposição grandiosa que Saint-Exupéry percorre, sem compreender o que está a ver. Ou antes, compreende que este espectáculo se limita a prolongar a impressão de falsa alegria que a capital pretende dar: é desta maneira que o viajante se apercebe da sumptuosa, “ravissante” manifestação nacional. Segundo espectáculo, este mais desconcertante e também mais incómodo, no limite do absurdo: o público chique do Casino Estoril que, à margem do horrível cataclismo que se abatia sobre a Europa, continua a levar uma vida despreocupada e tranquila:

“N’ayant pu me loger dans la ville même, j’habitais Estoril auprès du casino. Je sortais d’une guerre dense: mon Groupe aérien, qui durant neuf fois n’avait jamais interrompu ses survols de l’Allemagne, avait encore perdu, au cours de la seule offensive allemande, les trois quarts de ses équipages. J’avais connu, de retour chez moi, la morne atmosphère de l’esclavage et la menace de la famine. J’avais vécu la nuit épaisse de nos villes. Et voici qu’a deux pas de chez moi, chaque soir, le casino d’Estoril se peuplait de revenants. Des Cadillac silencieuses, qui faisaient semblant d’aller quelque part, les déposaient sur le sable fin du porche d’entrée. Ils s’étaient habillés pour le dîner, comme autrefois. Ils montraient leur plastron ou leurs perles. Ils s’étaient invités les uns les autres pour des repas de figurants, où ils n’auraient rien à se dire.”

Saint-Exupéry, neste início de *Lettre à un otage*, tem razões para não encontrar em Lisboa nem a alegria nem a felicidade que foram tantas vezes sinónimos de Portugal.

Mas, um século antes, já Edgar Quinet, que acabara de atravessar a Espanha, uma Espanha agitada por dissensões internas, não podia conter uma reacção de tristeza e de desencanto ao chegar a Lisboa:

“La magnificence de Lisbonne est plus triste que les bruyères de l’Espagne: des rues somptueuses, des places immenses, la tête d’un grand empire et le silence, la solitude d’une Gomorrhe engloutie. Cette mélancolie me frappait surtout en la comparant à l’ivresse des villes de Castille et d’Andalousie. Où sont les chants de Séville?”
(Mes vacances en Espagne).

É o drama de todo um povo que emociona, mais adiante, o jovem professor do Collège de France:

“Personne en Europe ne s’occupe de ce qu’ils font; ils sont eux-mêmes si occupés à relever leurs morts que la pensée ne leur vient pas de se plaindre de l’isolement.”

Mas eis que o olhar, o espírito do viajante despertam. O autor de *Mes vacances en Espagne* (com desvio rápido por Lisboa) interessa-se pela arte — e dá-se então a descoberta apaixonada do estilo manuelino, nos Jerónimos, em Belém. Edgar Quinet interessa-se igualmente pela literatura portuguesa e pela história de ideias em geral: escreve então páginas vibrantes sobre o “génie du Midi” que se reanima graças a Garrett, Herculano, Castilho, páginas tanto mais notáveis quanto é certo que datam de 1843.

Lisboa nem sempre tem a sorte de receber viajantes sensíveis e inteligentes. Quantos diplomatas por lá passaram sem nada deixar para a posterioridade, nada a

não ser banalidades! É o caso, por exemplo, do Conde de Carné, secretário de legação, que deixa, nos *Souvenirs de ma jeunesse au temps de la Restauration* uma página extremamente medíocre sobre Lisboa: “Lisbonne c’est Naples en prose: un paysage charmant, mais que ne vient animer, comme dans l’antique Campanie, ni l’étincelante couronne du Vésuve ni l’évocation de souvenirs immortels”. É caso para perguntar se o senhor Conde de Carné, da Academia Francesa, não acharia também melhor pôr o Monte Branco em Lisboa (esse Monte Branco caro a Monsieur Perrichon, caricatura do excursionista do século XIX) para enfeitar o quadro natural da cidade...

Outra decepção — e esta talvez mais discutível: as páginas deixadas por Jean Giraudoux quando da sua viagem a Portugal, à procura do filho, em Setembro de 1940, texto que só será publicado em 1958 com o título *Portugal*. Na verdade, este texto pouca glória acrescenta ao imortal autor de *La Guerre de Troie n’aura pas lieu* e de *Siegfried et le Limousin*. Tudo aqui é secundário pouco original, mesmo a comparação, um tanto longa, entre Viseu e “ma préfecture”; ainda menos original é a meditação sobre Alcobaça, que se baseia estritamente numa descrição de guia turístico. E que dizer ainda da vista panorâmica de Elvas, sucessão de estereótipos:

“Voilà le Portugal... Les moulins à vent sur la ligne des montagnes sont passés au blanc comme des phares, les fermes comme des maisons de pêcheur. C’est un rivage et son enluminure marine que le Portugal étend sur ce haut plateau qui le soude à l’Europe.”

Enfim, nem todos podem ter o dom de escrever narrativas de viagem! Principalmente sobre um país como Portugal, que parece atrair os especialistas de banalidades, de lugares-comuns ou simplesmente de tolices. Há-os, por vezes, que não deixam de ter um certo encanto (mesmo que não lhes perdoemos). É o caso do Barão Taylor, o qual veio a Portugal por três vezes, entre 1833 e 1836. A sua *Voyage pittoresque en Espagne, au Portugal et sur la côte d'Afrique* é certamente um dos melhores documentos sobre a Península Ibérica. Porquê citá-lo aqui? Simplesmente para podermos ver o que dizia um especialista da arte ibérica ao tentar descrever e compreender o estilo manuelino:

“Le style de la Renaissance y est devenu un type particulier qui appartient à la nation, type de force et de grâce, de richesse et d'originalité qui n'a pas d'autre exemple dans l'histoire de l'architecture. Il n'est certes pas sorti tout armé du génie portugais. Cependant il n'en a pas moins produit trois monuments délicieux dont on chercherait en vain ailleurs le modèle ou la copie. Ce sont Belém, Batalha et Cintra. C'est vraiment le mélange du goût oriental et du style occidental.”

Eis o comentário que acompanha a ilustração do vestíbulo do Palácio de Sintra. Mas é preciso, evidentemente, apesar de tudo, perdoar a Taylor: estava-se em 1830. E nessa altura pouco importava ser ignorante, o importante era ser-se curioso e ter simpatia pelos países estrangeiros. E a verdade é que, no conjunto das interpretações negativas de que é vítima a Península Ibérica, as dos viajantes não são as mais frequentes... No entanto, quando menos se esperava, a crítica surge,

impiedosa, verrinosa: reacções frequentes no século XVIII, mas também ao longo do século XIX. Destaquemos, entre mil exemplos, uma observação no mínimo pouco conveniente. Ela é devida ao Marquês de Bombelles e vem no seu *Journal*, manifestando uma certa mentalidade francesa do final do Século das Luzes:

Le 6 (novembre 1787).

“Dès que le Portugais a ramassé quelques sommes un peu marquantes, il couvre promptement la terre de vastes bâtiments où le goût n’est jamais pour rien. Mauvais calculateur, l’imbécile fastueux voit bientôt que la cage qu’il s’est faite est, de beaucoup, trop grande pour un aussi petit animal que lui; les facultés de l’habiter lui échappent souvent avant que l’édifice ne soit fini; il se retrouve plus pauvre qu’avant d’avoir vu la fortune lui sourire; son château délaissé n’est bientôt plus pour lui qu’un château en Espagne, il retourne cacher dans la confusion de la capitale celle de ses idées.”

Apesar de tudo, a crítica não é muito violenta, nem verdadeiramente maldosa. Ao fim e ao cabo, o Marquês de Bombelles estava sobretudo irritado devido a certos maus cheiros das ruas e pela falta de conforto nas estradas ou ainda devido a espectáculos que a sua sensibilidade não tolerava, como por exemplo a tourada.

Seria injusto e errado terminar este inquérito pondo em relevo os aspectos negativos e algumas críticas ao fim e ao cabo secundárias. De facto, no conjunto, se compararmos as narrativas de viagem relativas à Espanha com as relativas a Portugal, uma certa preferência dos franceses é dada a este segundo país. O que se explica

pelo clima (o calor é menos violento do que em Espanha, notam os viajantes), pela amabilidade dos portugueses (ausência do orgulho castelhano, apreciado no teatro mas insuportável numa estalagem ou num hotel), a riqueza e a originalidade dos monumentos (embora aqui os conhecimentos técnicos faltem quase sempre aos viajantes), enfim, a exuberância da vegetação (os arredores de Lisboa são preferíveis aos de Madrid). Mas, com tudo isto, é preciso que o francês se decida a ir a Portugal para, enfim, descobrir *in loco* as belezas ocultas dessa terra “longínqua” — o que é raro.

IV / ESPAÇOS IMAGINÁRIOS

Enquanto vagabundeávamos pela terra portuguesa, estranhas silhuetas surgiram de súbito em cena. Que a sua aparência não nos leve a tomá-los por entes malditos, diabólicos. Na verdade, se atentarmos bem nesses seres aparentemente demoníacos, aos quais o Príncipe de Ligne dá a palavra (para se divertir, num texto, à guisa de prefácio, que precede os seus deliciosos *Contes immoraux*), descobrimos um jocoso bando de diabinhos, romanescos à maneira do Século das Luzes. Mas para contar uma história, é preciso escolher um lugar, um ambiente apropriado, um espaço romanesco, de preferência na província. Que escolha fazer? Eis o que o autor pergunta a si próprio através dos diabinhos no início da obra:

“Ce sera donc, dit Lucifer, un volcan d'idées, quelque combat de taureau, un bal paré, de l'étiquette, des beaux habits, des confessionnaux, une échelle de soie, des sérénades, des musiciens rossés, un moine en crédit, de beaux noms connus dans l'histoire des Maures, des Sarrasins...

— Non, la scène ne se passe pas en Espagne...

— Au moins, dit Dagon, des moines masqués, des religieuses bien libertines, des épées tirées dans la rue, un

*oncle tué par un amant qui escalade une muraille de douze
pieds autour d'un couvent où est pensionnaire la fille d'un
grand seigneur, quelques Juifs rôtis...*

— *Non, la scène ne se passe pas en Portugal...*”

Eis, apresentados confusamente e não sem malícia, os principais motivos de uma obra romanesca concebida na Ibéria (tal como se pretendia vê-la e descrevê-la há dois séculos). Alguns motivos parecem intermutáveis relativamente aos dois espaços ibéricos, embora a alusão aos mouros faça lembrar especificamente a moda das “nouvelles grenadines” indissoluvelmente ligadas ao espaço andaluz. No conjunto, Espanha e Portugal apresentam aqui uma mistura de religiosidade e de *galanterie*, de devoções e actos ousados (para não dizer hereges) que caracterizam o sentido romanesco conferido à Península Ibérica.

Com esta palavra *romanesco*, o francês dos séculos XVII e XVIII classifica tudo o que não é conforme à razão e à norma francesas. A Espanha do Século de Ouro era exemplo supremo da loucura romanesca através de um modelo literário de valor universal: Dom Quixote. Mas dever-se-à acrescentar as “novelas à espanhola”, com maridos excessivamente ciumentos, monges terrivelmente perversos, mulheres dramaticamente cruéis; e ainda, o teatro, a célebre *comédia*, bem conhecida do público e de muitos dramaturgos — entre os melhores — mas severamente criticada pelos vigilantes da norma clássica, essa norma imortalizada por Boileau na *Art poétique*.

À volta da noção de *romanesco*, estreitamente associada, desde o início do século de Luis XIV, ao espaço hispânico, cria-se rapidamente uma espécie de

constelação lexical: *romanesco e excesso*, *romanesco e loucura*, *romanesco e exacerbação dos contrários*, *romanesco e desordem das paixões*, *romanesco e desequilíbrio moral*, opondo-se, termo a termo, ao espaço francês: *measure*, *razão*, *juste milieu*, *ordem clássica*, *equilíbrio de vida*, etc.

Na altura em que se instaura esta profunda oposição cultural (e também psíquica, dado que os franceses estão persuadidos da existência de uma “antipatia de humores” entre eles e os espanhóis), Portugal encontra-se precisamente na órbita castelhana, privado de qualquer autonomia cultural, isto na óptica francesa. Portugal está tanto mais dependente da Espanha quanto é certo que esta é a única que estimula a imaginação francesa através de alguns tipos literários, de alguns modelos estéticos (no teatro, no género *romanesco*).

Em três quartos de século, mais exactamente, entre 1669 e 1723, a imaginação criadora compõe-se, a partir de elementos portugueses, apenas de dois textos maiores, andando à volta de duas personagens femininas míticas susceptíveis de dar à cultura francesa algo que ela não tem, que ela concebe dificilmente e que, portanto, deverá ir buscar ao estrangeiro: por um lado, a Religiosa Portuguesa (*Lettres portugaises*, 1669) e, por outro lado, Inês de Castro, segundo a tragédia homónima de Antoine Houdar de la Motte (1723). Entre estas duas datas que servem de pontos de referência básicos, antes e sobretudo depois, surgem romances medíocres, novelas banais, tragédias péssimas, dramas, melodramas ainda piores.

Temos de nos vergar perante esta evidência, ainda que ela seja dolorosa e que elimine alguns nomes menores: o século XIX, que se virou tão prontamente para a

Espanha (e também para a Itália) a fim de estimular a sua imaginação, a sua sede de exotismo histórico, a sua vontade de criar duplos psicológicos desse pálido burguês francês que se chama a si próprio *enfant du siècle*; o século XIX francês, de um extremo a outro, não deixou nenhuma obra importante que fosse inspirada, que fosse criada a partir de elementos temáticos portugueses. Quando muito, pode-se notar, aqui ou ali, alguns elementos literários gerais susceptíveis de compor um vago mito, como os relativos ao mito de Camões que reforça o mito genérico do poeta infeliz, do génio incompreendido.

Mais próximo de nós, o século XX terá trazido contributos verdadeiramente importantes? Analisaremos alguns romances, podendo desde já afirmar que os mais antigos ainda não passaram à posteridade e, provavelmente, nunca mais passarão. Falta-nos ainda a distância necessária para ver se *La Reine morte* de Montherlant (em que o hispanismo da infanta contrabalança por vezes activamente a atmosfera portuguesa, bastante difusa) representa de facto um texto maior da nossa literatura dramática. Mas é às gerações futuras que cabe fazer ou não de *La Reine morte* uma obra importante, segundo a sua vontade de se ler ou não, de encenar ou não esta peça de teatro. Nada nos leva a pensar actualmente que esta peça continue a provocar a imaginação, a emoção, numa palavra, a adesão do público, adesão sem a qual um texto morre na consciência dos homens e se afasta do domínio cultural.

Visão de conjunto, mais uma vez, rápida — injusta, superficial, cega, dirão alguns. No entanto, parece-nos ser uma visão de conjunto fiel se tivermos em conta as orientações predominantes da imaginação criadora

francesa relativamente aos elementos temáticos portugueses. Resta, através de alguns nomes e de alguns títulos, *nuancer* ou tornar mais preciso este panorama, naquilo que ele poderá ter de excessivo — de céptico.

A publicação, em pleno “Grand Siècle”, das *Lettres portugaises* representa uma mistura irritante de mistério e de evidência. O mistério refere-se, evidentemente, ao próprio autor das Cartas e também ao seu destinatário. A paixão da jovem religiosa portuguesa suscitou muitas interrogações e muitas polémicas. Com o Duque de Saint-Simon, pensou-se que se tratava de uma aventura real, de um, digamos, *roman à clef*: o amante seria esse Monsieur de Chamilly, pois ele tinha estado em Portugal, integrado no exército francês, ainda jovem. As *Lettres* continuaram a intrigar o século XVIII e autores importantes como, por exemplo, Jean-Jacques Rousseau, o qual declarou “Je parierais tout au monde que les *Lettres portugaises* ont été écrites par un homme”. Inspiraram também o romancista e poeta Dorat, o qual publicou em 1770 as *Lettres d'une chanoinesse de Lisbonne à Melcour*. Estamos em plena voga do romance epistolar e, graças a um contra-senso ao qual voltaremos mais adiante, as *Lettres portugaises*, da mesma maneira que as de Heloísa e de Abelardo, servem de modelo. No século XIX, em Portugal, eleva-se a voz veemente de Luciano Cordeiro que defende a existência real duma religiosa, em carne e osso, cheia de talento e dominada pela paixão: Mariana Alcoforado (*Soror Mariana, Freira portuguesa*, 1888-1890). Outros, antes dele, já a tinham identificado, em Beja, no Convento da Conceição. O gosto pelo realismo, pelo pormenor verdadeiro, agradava ao século XIX. No século seguinte, trabalhos eruditos (F. C. Green, depois F. Deloffre) identificaram o espírito de um nobre gascão,

Gabriel-Joseph de Lavergne de Guilleragues, muito conhecido nos salões parisienses e também amigo de Racine e de Molière. Vários documentos parecem, de facto, conferir-lhe a paternidade literária desta obra-prima. Aqui temos quanto ao mistério.

Uma vez aceite a hipótese de autoria de Guilleragues, as evidências que se seguem são numerosas. A hipótese Guilleragues não só permite uma leitura esclarecedora da obra, mas também estabelece entre esta e o seu contexto cultural e político relações explicativas. O horizonte português, que é também o horizonte (sem dúvida discreto) das *Lettres*, não surge por acaso nessa altura em que Portugal, que acaba de recuperar a independência nacional, tem interesse para a corte e para a diplomacia reais em França. Por outro lado, com Guilleragues é todo um clima intelectual que ressurgue: a literatura galante, preciosa, a tradição heróica e sentimental, bem patente nas *Lettres*. Inovação importante: Trata-se de facto de *cartas* e não de romance epistolar no sentido em que o concebe o século XVIII. Quanto a isso, não temos mais esclarecimentos e, conseqüentemente, não podemos aprofundar a questão de intercâmbio de géneros. Estas cartas são um longo monólogo, em que a paixão se consome em solidão, naquilo que transforma o amor em puro sofrimento, paixão, portanto, nos dois sentidos do termo, o religioso e o profano, como se vê pela passagem seguinte: “Vous m’avez donné une passion qui m’a fait perdre la raison; mais vous devez en tirer un peu de vanité; j’étais jeune, j’étais crédule, on m’avait enfermée dans ce couvent depuis mon enfance [...]”

Suprema ousadia: o convento em que a religiosa se refugia não lhe trará o refúgio, a consolação da religião. E é afinal a paixão da escrita que ela descobre, trans-

formando amor, tormento, paixão amorosa, em “*lettres*”, em literatura. Esse grito de amor lançado por um ser que conserva dramaticamente a lucidez e toda a capacidade de análise, é tanto mais notável quanto é certo que nasce e atravessa todo um mar de silêncio e de mediocridade.

Nesta época, Portugal continua — por intermédio da Espanha — a ocupar um lugar relativamente importante nas preocupações francesas. É a época em que o gosto pelo estudo histórico se desenvolve, propiciando a publicação de inúmeros romances chamados “históricos”, e as *histoires secrètes*, as *anecdotes*, bem como as falsas memórias, com aparência de verdadeiras. É nesta orientação recente da literatura francesa que se devem integrar algumas mediócras tentativas romanescas entre o final do século XVII e o início do século XVIII: *Histoire de Dom Antoine de Portugal* (1696) por Mademoiselle de Saintonge; *Agnès de Castro, nouvelle portugaise* (1698), atribuída a uma certa Mademoiselle de Brillac e que inaugura, mediocramente, o tema de Inês de Castro em França; *Histoire de Don Juan de Portugal* (1724), do Abade Desfontaines.

Ao longo do século, voltaremos a encontrar esta mistura de história e de romanesco em novelas breves: os *Amusements historiques* de Castre d’Auvigny (1735), retomando a história de Inês de Castro; as *Anecdotes espagnoles et portugaises* do Abade Bertoux (1773), etc. Destacando-se deste conjunto de mediocridades, embora partindo do mesmo género literário, temos o episódio do Príncipe português (Infante D. Manuel) que inspira belas páginas ao Abade Prévost nas suas *Mémoires d’un homme de qualité* (1745).

Na altura em que parece surgir uma “componente” portuguesa, aliás vaga, na produção romanesca francesa, o Abade de Vertot publica em 1689 um pequeno volume que terá um sucesso de *best seller* no século seguinte: *Histoire de la Conjuration de Portugal*. A obra é concebida ao gosto dos historiadores moralistas do “Grand Siècle”, como a célebre *Conjuration de Venise* de César de Saint-Réal. Em 1711, a obra de Vertot muda de título e torna-se *Les Révolutions du Portugal*, continuando a ser a fonte histórica e literária mais citada quando se quer referir a “Revolução” de 1640. Tendo sido um feliz acontecimento para Portugal, esta “revolução” acaba por passar por muitas “desgraças” nas letras francesas. Dir-se-ia mesmo que há uma fatalidade propriamente histórica a pesar sobre a inspiração “portuguesa” em geral na literatura francesa, inspiração de que estamos a tentar compreender a natureza, os aspectos básicos e a função. Vejamos.

O jovem Marmontel pensou que o melhor que tinha a fazer para alcançar a fama era escrever uma tragédia histórica sobre o tema da “revolução” em Portugal: projecto abortado. Um obscuro proletário das letras, meio louco, irmão do grande La Chalotais, Caradeuc de Kéranroy, publica em 1753 uma tragédia grandiloquente, intitulada *Les Lusitains*. Tem a infeliz ideia de mandar a peça de teatro a Voltaire, o qual lha devolve aconselhando-o a tirar o *n* de “*Fin de la tragédie*”!... Um outro letrado de província, Teissier de Marguerittes, tenta com uma tragédia intitulada *La Révolution de Portugal* ganhar um lugar na Academia de Bordéus: esforço vão... E que dizer da verborreica comédia histórica neo-clássica intitulada *Pinto ou la journée d'une Conspiration* (ano VII-

1799), de Népomucène Lemercier que encerra o século de maneira bem medíocre? Mas a lista não termina aqui.

Deixemos de lado a *Inês de Castro* de Vítor Hugo, peça (pecado) de juventude. Vindo aumentar o número dos projectos abortados, cite-se de Alfred de Vigny *La Main de l'Infante*, peça na qual se pretende evocar os amores reais de Camões.

Estas pretensões relativas a Camões ou a outros personagens históricos têm pouco ou mesmo nenhum interesse, quer se trate de teatro quer se trate de romance, continuando a história de Portugal a atrair espíritos pouco inspirados ou que cultivam um exotismo fácil. Citem-se alguns exemplos. 1804: *Isabelle de Portugal*, comédia histórica de Etienne e P. de Kock. 1815: *Le troubadour portugais*, melodrama de P. de Kock. 1823: *La Reine de Portugal*, tragédia de Firmin Didot; *Pierre de Portugal*, tragédia de Lucien Arnaut. 1829: *Camoens*, drama histórico de Martin-Deslandes. 1838: *Dom Sébastien*, tragédia de P. Foucher. 1843: *Dom Sébastien*, ópera de Donizetti, letra de Eugène Scribe, sem dúvida uma das “melhores” produções citadas (com *L'Africaine*, do mesmo Scribe e música de Meyerbeer, em 1864). 1850: *Dom Martin de Freytas*, novela de Alexandre Dumas. 1854: *Dom Sébastien ou les mystères de la bataille d'Alcaçar*, de V. de Heaulne. 1855: *Le Duc d'Almeida*, romance de Jacques Arago. 1869: *Les fanfarons du Roi*, folhetim do célebre Paul Féval que pretende transportar-nos para a corte do rei D. Afonso VI. 1872: *Le Camoens*, drama histórico de V. Perdoux, etc., etc. A lista não é apenas fastidiosa, é também, pela sua amplitude, cruel para os nomes citados, os quais, em geral, caíram no mais profundo esquecimento.

Assim, compreende-se a razão por que privilegiamos como ponto de referência na produção dramática, a quase dois séculos de distância, a *Inês* de La Motte e também, recentemente, a de Montherlant. Mas ainda quanto a esses dois autores, surgem polémicas relativas às fontes possíveis ou prováveis das suas obras. Isto porque tudo indica que as suas *Inês* portuguesas devem muito a uma fonte espanhola: a peça de teatro *Reinar después de morir* de Velez de Guevara. A filiação parece evidente em 1723, numa época em que Camões é ainda desconhecido em França. Ela justifica-se também quanto a Montherlant, dadas as suas leituras e as “orientações” espanholas da sua obra.

Depois da descoberta de *Os Lusíadas*, graças às traduções de 1735 e de 1776 (devidas a La Harpe e Vaquette d’Hermilly), numerosos autores vão tentar, em traduções aproximativas, em traduções poéticas, os dois episódios que, depois de Voltaire e do seu *Essai sur la poésie épique*, os franceses privilegiam: o episódio de Inês de Castro e o do gigante Adamastor. A fortuna de Camões em França foi já objecto de vários estudos. Nós próprios propusemos um (ainda no prelo) à Academia das Ciências de Lisboa. Citar os nomes dos poetas influenciados por Camões seria bastante fastidioso e sobrecarregaria inutilmente este ensaio. Destaque-se apenas, depois de Cournand, já citado, os nomes de Parseval de Grandmaison, de Baour-Lormian, de Raynouard, de Boucharlat, de Madame de Genlis.

Ajudando a difusão da história de D. Inês, *Os Lusíadas* (nas suas numerosas traduções ao longo do século XIX) reforçam a ideia de uma obra-prima “farol”, única, símbolo duma nação, ideia cara à época romântica. Já o século XVIII conhecera melhor o nome de Camões que

o seu poema épico e também o título desse poema sistematicamente deturpado, sendo traduzido (por aproximação a *Henriade* ou a *Franciade*) por “*La*” *Lusiade*. A *Encyclopédie* evoca, de passagem, o aparecimento dum “mito” Camões: “On connaît sa vie et ses malheurs”... Conhecimento repleto de erros, repetindo-se sobretudo o erro (de que Voltaire é responsável) relativo à experiência de Camões, ao afirmar-se que o itinerário marítimo por ele referido nos *Lusiadas* reflecte o seu testemunho directo. Por outro lado, a vida dramática de Camões é evocada com precisão num artigo importante de Madame de Stael publicado na *Biographie Universelle* de Michaud (1812).

Coincidência notável: foi em 1912 — exactamente um século depois — que se inaugurou em Paris (em Passy) um busto do poeta, graças à acção da Société d’Etudes Portugaises e muito especialmente de Maxime Formont e de Xavier de Carvalho. Foi precisamente nessa altura que se impuseram os elementos dispersos dum mito camoniano: o do poeta incompreendido, morrendo pobre e abandonado. Camões junta-se assim, não só a Dante, a Shakespeare, a Cervantes e a Goethe, mas também aos génios malditos, como Tasso.

Foi Chateaubriand quem, no século XIX, mais contribuiu para a criação do mito camoniano, e fê-lo duma maneira pessoal que merece a nossa atenção. Chateaubriand descobre a originalidade dos *Lusiadas* tardiamente. Em *Le Génie du Christianisme*, Chateaubriand ainda fala apenas de “*La*” *Lusiade* e parece estranhamente prisioneiro das ideias de Voltaire, ou pelo menos dos seus sucessores (em especial La Harpe). Foi em 1822 que Chateaubriand, então em Londres, descobriu Camões, graças à acção do Conde de Marcellus. Esta descoberta

esteve na origem de diversas passagens de *Mémoires d'Outre-Tombe*. Mas foi na altura da conclusão da sua obra, em 1841, que surgiu a “verdadeira” sombra de Camões. “Quelles orageuses et belles vies que celles de Dante, de Tasse, de Camoens, d’Ercilla, de Cervantès!” (Livro XLIV). A epopeia, monumento literário feito da carne e do sangue do poeta, é bem a imagem que está sempre presente no espírito de Chateaubriand, o qual associa assim as suas memórias, verdadeira epopeia em prosa, aos grandes textos da humanidade e identifica a sua vida, igualmente “belle” e “orageuse” com as dos grandes poetas testemunhas da concição humana. Quando, mais adiante, Chateaubriand confessa: “Je me suis assis à la table des rois pour retomber dans l’indigence” associa numa mesma meditação admirativa e dolorosa o exemplo bíblico aos de Tasso e de Camões. Até à última frase desta “*Récapitulation de ma vie*” há uma identificação implícita do poeta — nadador solitário — com aquele que salvou a sua obra de um naufrágio, nadando corajosamente para terra, nadando, escreve Chateaubriand, “avec espérance vers une rive inconnue”.

Prestígio da epopeia, do mito vivo que é o poeta épico, fascinação pelo homem que, graças ao seu Verbo, é o guia de gerações vindouras, apelo à glória, ainda que marcada pela desgraças apelo também do mar eterno, obsessão da grande obra — monumento que desafia os séculos — e obsessão igualmente intensa da vida errante, da aventura, do desenraizamento: todos estes elementos se conjugam para explicar na prosa de Chateaubriand como a história de Camões toma não só as dimensões de um mito — uma história exemplar — mas reveste também o aspecto de um mito *pessoal* que serve de justificação literária para o escritor e para o homem tornado modelo

ético. Resta saber se Chateaubriand não representa, para a sua própria geração e para outras que se lhe seguiram imediatamente, as esperanças mortas e os sonhos e as obsessões de varias gerações de poetas e de leitores: nesse caso, o mito de Camões teria servido para a formação da imaginação romântica e pode ter tido por função, não apenas para Chateaubriand, a de transpor, para a França romântica e pós-romântica, a de Luis Filipe ou da III República, esse sonho heróico que lhe escapava, mas que podia ser identificado, de maneira efémera, com a vida fulgurante de poetas que, como Camões, tinham empunhado com igual mestria a espada e a pena.

O mito, a imagem mítica que tentávamos identificar surge-nos agora, furtivamente. Esse mito não só se tornou literatura (através dum género literário específico, as memórias) mas também trouxe consigo uma vida, vinda do “além-túmulo” (“l’Outre-Tombe” de Chateaubriand). Teremos agora de abandonar essas alturas de grandiloquência romântica e ir à procura de textos menos ambiciosos mas igualmente característicos.

Já citámos um grande número de peças de teatro em que a quantidade substitui a qualidade. O mesmo acontece quanto ao romance. No século XVIII, que é também o século do romance, Portugal serve episodicamente de quadro a aventuras delirantes, a sombrias catástrofes de que os padres e os monges são, obviamente, os responsáveis. Lembremo-nos, por exemplo, do episódio português no *Candide* de Voltaire, episódio muito pouco honroso para Lisboa e em geral para a civilização lusitana, desaparecendo nos ares com o fumo das fogueiras da Inquisição. Um episódio muito semelhante encontra-se em *Le cosmopolite* de Fougere de Monthron (1751).

De facto, a tradição da viagem que acaba mal, da escala por Lisboa ainda dominada pela Inquisição, é um velho “tópico” da literatura meia-romanesca, meia-filosófica. Já em 1710, Tyssot de Patot, em *Voyages et aventures de Jean Massé*, leva o seu herói a passar por maus bocados, primeiro em Goa, depois em Lisboa, devido à Inquisição. Charles-Gabriel Porée, em *Histoire de Don Ranucio d’Alêtes* (1736) cria um Don Vulpes (admirável simbolismo!), tenebroso manobrador da Inquisição, e faz circular entre Espanha e Portugal uma pobre vítima romanesca: “Ce n’était que fuir une inquisition pour tomber dans une autre”. A fórmula é exemplar! Quanto a Robert Lesuire em *L’aventurier français* (1788), utiliza um tapete voador para as viagens dos seus personagens. Ao sobrevoar Espanha, estes personagens hesitam em descer, com medo da Inquisição, e limitam-se a ir à procura de provisões, rapidamente, voltando para a segurança do tapete voador. Mas ao sobrevoarem Portugal têm a infeliz ideia de parar em Lisboa, precisamente na altura em que um esplêndido auto-de-fé está a ser preparado para queimar alguns desgraçados acusados de feitiçaria. O patriarca e o Grande Inquisidor querem aproveitar para queimar também os nossos aventureiros. Estes conseguem escapar no último minuto, e a conclusão da aventura ibérica não se faz esperar: “Nous avions été honorés partout, excepté sur cette malheureuse péninsule”...

A acusação é grosseira? Sem dúvida, mas faz efeito e torna-se proverbial. Dir-se-ia que todo o espaço ibérico está votado à diatribe e à condenação filosófica. “Filosófica” é, aliás, uma expressão excessiva relativamente a textos do princípio do século ou a textos demasiado ligeiros. Olivier, com a sua *Illustre malheureuse*, a

Condessa Janissante (1722), leva o leitor de Barcelona a Coimbra, acumulando as queixas e as críticas contra a religião católica e a civilização ibérica. Lesage, nas suas *Aventures du Chevalier de Beauchesne* (1732) entrega-se ao género da farsa em grande estilo. A bordo dum navio, há uma cena de discussão violenta entre um português e um espanhol: o primeiro corta o bigode ao segundo. Parte-se para o Rio de Janeiro, depois da passagem um tanto sangrenta de Duguay-Trouin. Os marinheiros apoderam-se dum carmelita português. Contam-se anedotas sobre a vida agitada dos carmelitas; os marinheiros acabam por tratá-lo “como se ele fosse o amante de Heloísa” e a cena termina em grande galhofa, etc. O mesmo não se passa noutros romances, como, por exemplo, o fastidioso (e pretensamente divertido) *Voyage d’Innigo de Biervillas*, do Abade Saunier de Beaumont (o livro traz a indicação de ter sido impresso em Goa, em 1736!).

O *couplet* filosófico ajusta-se perfeitamente ao estilo sentimental e mesmo choramingas do final do século. De Goa, passemos à Madeira com *Makin, anecdote anglaise*, de François-Marie de Baculard d’Arnaud, que ficou a dever a sua carreira à protecção dos “filósofos” antes de cortar relações com Voltaire. Foi à *Histoire des Voyages* do Abade de Prévost que Arnaud foi buscar o argumento da sua história: a lenda da descoberta da Madeira por um casal de apaixonados. O texto de Arnaud sabe tirar partido das belezas da ilha, traçando assim o quadro ideal para um idílio amoroso (saberia ele que Camões evocara a Madeira como lugar da predilecção de Vénus?).

Mas toda a evocação serve, afinal, como introdução à brutal conclusão histórica: os malefícios da colonização:

“Ce fut longtemps après que les aventuriers portugais découvrirent cet heureux séjour; la contagion de l’Europe l’eut bientôt infecté; les colons dégénérés prirent les vices élégants et la corruption érudite des nations policées; ils devinrent enfin des hommes ordinaires et il ne resta plus parmi eux que le vain souvenir de leur fondateur”.

Consequentemente, a Madeira foi, de facto, um mero pretexto para este romancista “sensível”, admirador de Rousseau. Através duma utopia histórico-sentimental, faz-se a crítica da civilização, dos seus malefícios... e estes malefícios são portugueses...

Temos de esperar cerca de dois séculos para voltar a encontrar a Madeira, agora num contexto discretamente sentimental que não exclui passagens descritivas: é o *Vivre à Madère*, de Jacques Chardonne. Mas temos de reconhecer que esse apaixonado por Portugal que é Chardonne não está aqui muito inspirado e que a Madeira, afinal, o inspira muito menos do que a sua Charente natal (*Le bonheur de Barbezieux*).

O exemplo da Madeira leva-nos a pôr uma questão: há uma geografia romanesca elaborada em França, a partir de materiais fornecidos por Portugal? A questão não vai longe. É verdade que desde o século XVII os franceses falam da Madeira (e da sua lenda). Em 1671 é publicada em tradução francesa a *Relação histórica da Ilha da Madeira* de Francisco Alcoforado. O clima de utopia, de espaço de bem-aventurança surge igualmente num texto de Voiture, o qual, ao saber que a ilha corre o perigo de deixar de ser portuguesa, admite tudo menos que ela seja espanhola, e escreve:

“Imaginez-vous, je vous supplie, le plaisir d’avoir un royaume de sucre, et si nous ne pourrions pas vivre là avec toute sorte de douceur”.

Esta *douceur* não estará muito longe da *douceur* evocada por Chardonne...

Todavia, a pesquisa sobre os outros espaços portugueses possíveis acaba por ser decepcionante. Sabe-se, por exemplo, que Goa é para o Século das Luzes sinónimo de Inquisição. Teremos de esperar pelo século XX para que o Extremo-Oriente inspire, embora fugidamente, alguns romancistas: Joseph Kessel escreve sobre *Hong Kong et Macau* (1957). Macau será “imortalizada” pelo romance simplista de Maurice Dekobra: *Macau, enfer du jeu*.

E quanto às colónias portuguesas em África? Poderemos apenas citar um título: *Le “Padrão”* (1938) de André Armandy. Talvez alguns especialistas possam acrescentar outros títulos à lista, mas manter-se-á como facto incontestável: a quase inexistência de espaços portugueses, digamos, “exóticos”.

Voltemos, portanto, ao Portugal continental, e principalmente a Lisboa, para ver que imagens são propostas pelo romanesco francês do nosso século.

Uma dezena de textos, ao longo de meio século, compõe um último *corpus* que, em princípio, não devemos pôr de parte mas que, no entanto, é muito desigual a nível de uma rigorosa valorização estética. Muitas dessas obras foram editadas em colecções ditas “populares”, o que significa, portanto, que são facilmente acessíveis, o que também facilmente dispensa essas famosas *imagens* que temos até aqui tentado isolar e compreender.

Apresentemos primeiro uma lista cronológica, a qual ajudará a dominar essa massa romanesca, 1930: *Le Chef* de Claude Farrère. 1952: *Le Prêtre Jean* de Pierre Benoît. 1958: *Le prisonnier de Cintra* de Paul Morand; 1967: *Un parfum de jasmin* de Michel Déon; *Tout l'amour du monde* (e, do mesmo autor, em 1978, *Mes Arches de Noé*). 1968: *Les Amants du Tage* de Joseph Kessel. 1972: *La mort blanche* de Pierre Kyria. 1975: *Les vampires de l'Alfama* de Pierre Kast. 1977: *Le Cinquième Empire* de Dominique de Roux. 1982: *Ervamoira* de Suzanne Chantal. A esta lista deveremos acrescentar ainda duas passagens de *Les mandarins* (1954) e *La force des choses* (1963) de Simone de Beauvoir; enfim, de François Pisani, *Torre Bela* (1978), texto sobre uma cooperativa agrícola do Ribatejo.

Três destes textos são novelas, das quais duas muito breves: *Les amants du Tage* de Kessel constitui um pequeno romance; *Le prisonnier de Cintra* e *Dona Maria* (na colectânea *Une odeur de jasmin* de Michel Déon) são duas narrativas curtas explorando o insólito, o excepcional. Paul Morand inventa, com *Le prisonnier de Cintra*, um nobre português que decide tornar-se cosmonauta: este português seria assim o herdeiro, no século XX, do Infante D. Henrique (o qual foi, aliás, várias vezes comparado aos pioneiros do espaço). *Dona Maria* conta a história duma velhinha respeitável e rica que, na realidade, é um homem.

Cinco (digamos seis) desses textos podem considerar-se derivantes do romance histórico ou do texto histórico-político, o que é proporcionalmente enorme. No entanto, apesar do seu carácter “histórico”, os romances de Claude Farrère e de Pierre Benoit são tão fantasistas como surpreendentes: uma revolução colectivista falhada é o tema de *Le chef*; uma descendente ignorada de D.

Sebastião tenta subir ao trono de Portugal na altura em que se instaura a ditadura de Sidónio Pais, tal é o tema, laborioso e movimentado, da obra de Pierre Benoit. *Le Cinquième Empire*, oscilando entre o romance e o ensaio, é uma reflexão sobre o pós-25 de Abril que utiliza frequentemente o paradoxo e a polémica. *Ervamoira* é uma “saga” que conta a história duma família portuguesa desde inícios do século XIX, no Porto. Quanto aos textos de Simone de Beauvoir, são ataques violentos contra o regime de Salazar, de que ela teve conhecimento directo quando esteve em Portugal com a sua irmã Helena. O marido desta, Lionel de Roulet, foi entre outras coisas, redactor da revista *Afínidades* (de 1942 a 1946).

Decidimos associar *Les amants du Tage* a *La mort blanche* por razões puramente literárias, o que situa estas duas obras um tanto à parte no conjunto das obras citadas. De facto, ambas elaboram (*La mort blanche*, é, aliás, um “verdadeiro” romance) uma fina análise psicológica e fazem de Lisboa o centro dum drama humano e intimista. Por isso, estes dois textos parecem-nos corresponder a tentativas romanescas originais, conferindo a Lisboa uma indiscutível dimensão trágica.

O facto merece tanto mais relevo quanto é certo que a maior parte dos textos citados, incluindo os romanescos, fazem de Lisboa (ou dos seus arredores) mero quadro exterior da história contada. A partir duma intriga político-amorosa, Claude Farrère apresenta, frequentemente, verdadeiras fichas técnicas, descritivas da capital portuguesa. O romance inicia-se com uma imagem panorâmica de Lisboa vista do alto do “Castello” (escrito à italiana). Pierre Benoit é, como habitualmente, mais discreto nas suas evocações, mas é também *faussement artiste* nos pormenores: o céu de Lisboa não é “azul”

mas sim “*céruléen*” (por necessidade “poética”, claro). Lisboa surge, assim, como mero *décor* a pretexto do qual se faz o inventário mais ou menos desenvolvido, das belezas da cidade.

O mesmo não acontece com Kessel e sobretudo com Kyria, que fazem de Lisboa não um quadro exterior, mas sim um elemento activo do drama romanesco que narram, um em ritmo acelerado, (Kessel), o outro com uma lentidão opressiva (Kyria). Como Kessel escolheu as dimensões da novela, as pausas descritivas são sempre mais controladas. Algumas frases bastam para dar a atmosfera da cidade-porto. Cidade fascinante, cidade dupla, dado que é simultaneamente uma saída possível para o drama dos amantes (o porto corresponde à sua ideia fixa: partir) e uma cidade “do fim do mundo” na qual os dois amantes correm o risco de cair na armadilha e de se perder definitivamente.

Por seu turno, Pierre Kyria joga com outro elemento, o calor de Lisboa, a vida “asfixiada”, vivida *au ralenti* criando assim uma atmosfera de angústia. Mas utiliza igualmente um subterfúgio interessante no tratamento literário dum espaço estrangeiro. A acção passa-se em Lisboa, em parte na York House, mas Pierre Kyria sobrepôs ao quadro lisboeta o do Grande Hotel do Buçaco, explorando a decoração insólita, inquietante, desse hotel pseudo-barroco.

Pierre Kast, com *Les vampires de l'Alfama*, constrói um *décor* tipicamente lisboeta, acrescentando-lhe ornamentos históricos: estamos em plena ditadura pombalina e a Inquisição ainda mantém o seu reinado de terror. Mas o *pastiche* do chamado *roman noir* predomina, mediocrememente. Afinal, não é propriamente uma atmosfera de angústia que Kast elabora, mas sim uma atmosfera de

convencional *suspense*, com sólidos elementos romanescos de grande efeito e a dose necessária de erotismo igualmente convencional.

Paul Morand e Michel Déon — este apaixonado, como Jacques Chardonne, por Portugal e também entusiasmado com Salazar — dão-nos pequenos quadros descritivos onde predominam as belezas rituais e variadas da flora de Sintra. Neste plano, não se verifica nenhum progresso, nenhuma originalidade em relação ao verdadeiro catálogo botânico que Claude Farrère já apresentara ao longo de quase duzentas páginas. Noutros textos, a escrita de Michel Déon é mais leve, mais impressionista: evocação das belezas da Nazaré, dum passeio ao castelo de S. Jorge na companhia de Vitorino Nemésio e de Luís Forjaz Trigueiros, a evocação igualmente do espectáculo de rua de Lisboa, “avec son odeur forte de marée et de poissons, ses *fados* désespérés et frémissants de plaisir...”; ou ainda a evocação de um dia passado na Ericeira:

“... nous mangions des langoustines et buvions le vin charmant de Carvoeira dans un petit bistrot d’où l’on peut voir, à cette pointe extrême de l’Europe, les plus somptueux couchers de soleil de l’Occident”.

Porquê estes instantâneos, estes momentos de júbilo associados à terra portuguesa? Será uma preferência política? Sem dúvida, pois Michel Déon confessa-a abertamente. Uma secreta concordância, que explicaria e justificaria a escolha unilateral dum espaço, não já político e geográfico, mas sim interior, um espaço afectivo? Sem dúvida também. E talvez, mais profundamente, um dom inexplicável da terra e do mar portugueses, aquilo que o

escritor francês resume da seguinte maneira em *Mes Arches de Noë*. “tout ce qui combat doucement la mort et nous fait oublier qu’elle est inévitable”.

Lisboa, que fascina estes romancistas, leva-nos quase sempre a cair no convencional: vistas panorâmicas, facilmente descritas do alto duma colina, ou ainda os contrastes entre a parte alta e a parte baixa da cidade. O lisboeta está quase sempre ausente do romance. Quando muito, evocam-se massas incharacterísticas: a multidão urbana. Uma multidão, que, no entanto, interessa a alguns escritores, como, por exemplo, Dominique de Roux, o qual elabora, de maneira parcial, uma psicologia *sur mesure* do povo português. A sua obsessão do comunismo, leva-o a comparar o homem português com o homem dos países de Leste, num paralelo puramente subjectivo que só tem valor demonstrativo para um escritor que como ele se pretende politólogo.

Na facção oposta, Simone de Beauvoir dá o espectáculo da rua e, em geral, da cidade uma imagem deprimente, contrastando, aliás, com a paisagem:

“Et pourtant, comme ils étaient beaux! el poudroient doré des mimosas, les sages paradis primitifs que répétaient à l’infini les orangers aux têtes rondes, les délires de pierre de Batalba, le duo majestueux des escaliers qui montaient entrelacés vers une église blanche et noire, les rues de Beja où trainaient les cris anciens d’une nonne en mal d’amour. Dans le Sud à l’odeur d’Afrique, des petits ânes tournaient en rond pour arracher un peu d’eau au sol aride; on apercevait de loin en loin, au milieu des agaves bleus qui poignardaient la terre rouge, la fausse fraîcheur d’une maison lisse et blanche comme le lait. Ils remontèrent vers le nord par des routes où les pierres

semblaient avoir volé aux fleurs leurs couleurs les plus violentes: des violets, des rouges, des ocres; et puis les couleurs redevinrent des fleurs parmi les douces collines du Minho”.

Em *Les mandarins* apresenta Simone de Beauvoir um raro exemplo (uma verdadeira excepção) de expressão da dualidade portuguesa e dos problemas sócio-políticos que ela implica: há a paisagem, mas há também os habitantes e os seus dramas. Estamos longe dos efeitos “artísticos” de Paul Morand. O quotidiano já não é aqui utilizado como espectáculo facilmente descrito em pormenor (a comida, o fado, os pregões, etc.): torna-se objecto duma interrogação implicando evidentemente uma opção política que comanda o texto, embora ela não seja imediatamente visível; implicando também uma experiência directa, que Simone de Beauvoir retoma nas primeiras páginas de *La force des choses*: “*Nous regardions le soir s’allumer les phares tandis que l’océan mangeait lentement le soleil incandescent; j’accueillais joyeusement la beauté des paysages et des pierres*”.

Mas o escritor memorialista não se esquece das crianças “scrofuleux” da “crasse humide”; torna-se-lhe impossível ignorar “les mendiants, les enfants couverts de gourme, les filles de paysans aux pieds nus, les femmes courbées sous le fardeau”. Mais uma vez, a beleza (o mito da beleza de Portugal como paisagem) é aqui posto em questão, justapondo-se-lhe o seu contrário: paisagem oposta a povo, da mesma maneira que beleza a fealdade, opulência a miséria. Um Portugal problemático, meio sonho, meio pesadelo, é assim objecto de meditação, propiciando uma inevitável tomada de consciência.

“Depuis que j’étais à Lisbonne, mes pensées prenaient un tour romanesque qui me surprenait, tant j’avais mis d’instinctive bonne volonté, par le passé, à n’être qu’un esprit logique, tourné vers le concret. Dans les couloirs où j’aimais à errer tard le soir, il fallait que j’invente toute une vie secrète, souterraine, des rapports compliqués entre les êtres, des rites étrangers, derrière l’aspect innocent et cosu des lourdes portes de chêne qui fermaient les chambres. Tout avait l’air de dormir et j’imaginai des veilles tourmentées, quelque part, à travers les bâtiments où le silence s’était répandu comme un gaz subtil”.

Através desta confissão feita pelo narrador de *La mort blanche* de Pierre Kyria no início do romance, eis que reaparece (na verdade, já nos tínhamos esquecido dele!) esse “romanesco” irremediavelmente ligado a Lisboa, ao espaço português. Reconheçamos que mudou grandemente desde o tempo do Príncipe de Ligne. Mas a palavra e o seu cortejo de efeitos subsistem: loucura, irracional, mistério, complicações... Não falamos de complicações por acaso: o protagonista de *La mort blanche* é, de facto, bem contra vontade, levado na corrente duma história “romanesca” que, afinal, põe em questão o romanesco, dado que esse romanesco complicado, misterioso, é apenas o lento caminhar para a descoberta dum segredo simples — a morte.

Bem vistas as coisas, é talvez este estranho percurso de amor louco e de morte oculta que dá um sentido profundo ao espaço que acabámos de percorrer.

V / UMA HISTÓRIA EM IMAGENS

Este breve ensaio começou com a evocação dum mapa imaginário no qual tentámos localizar Portugal “visto” pelos franceses. E é com *imagens* que ele vai concluir: imagens mentais que se cristalizaram ao longo dos séculos, ao acaso dos acontecimentos históricos, formando no conjunto um álbum várias vezes secular. Neste álbum, cada geração de franceses acrescentou ou eliminou factos, elementos diversos da cultura portuguesa, nomes e figuras, alguns estereótipos e alguns mitos, forjados ao acaso da história. Não a história de Portugal nem a da França, mas uma história comum, frequentemente fragmentária, distante: a das relações franco-portuguesas.

Na primeira página desse álbum surge um rosto difuso, como uma fotografia desfocada. Dir-se-ia que é a sobreposição de dois rostos. No entanto, eis que alguns pormenores nos permitem identificar um homem sem idade. Parece imberbe, com um bigode que apenas desponta, um olhar sonhador por detrás de um véu que cai do alto dum espécie de chapéu grande e negro. Dir-se-ia que esse véu faz parte dum grande navio que mal se descortina no horizonte. Mas eis que se nos

depara de súbito um outro rosto, o dum homem de barba, com um olhar igualmente sonhador, mas este homem tem apenas um olho. O chapéu de aba larga do primeiro homem desapareceu, sendo substituído por uma coroa de folhas de louro à volta da fronte ampla. É difícil distinguir outros traços do seu rosto, mas vemos ainda que este homem enverga uma magnífica couraça e uma espécie de camisa branca com um gola alta plissada à volta do pescoço.

Se voltarmos a primeira página desse álbum, deparamos com outra imagem, igualmente desconcertante. É-nos difícil reconhecer a paisagem de ruínas, as ruínas duma grande cidade, um amontoado de pedras. Mas o ser humano que surge em primeiro plano atrai o nosso olhar. Ainda aí, dir-se-ia que dois corpos se confundem. Reconhece-se uma veste longa e de cor negra, uma mão empunhando um espécie de vara grande que se cruza, ao alto, com outra mais pequena. Mas a vara deve ter sido agitada, pois aparece desfocada, como que oculta por uma espécie de fumo. E eis que de súbito vemos o rosto com mais nitidez. É um rosto que surpreende: não o imaginávamos com aquelas vestes. Dir-se-ia que as vestes são de outra pessoa. Na cabeça, o homem tem uma enorme peruca branca. É o único pormenor nítido, à parte o olhar, que é duro, firme, decidido.

Continuando a folhear o álbum, chegamos à última página. E nessa surge um rosto que, ao contrário dos outros, é nítido. Trata-se dum homem já duma certa idade, a avaliar pelos cabelos brancos, muito bem penteados. A risca do cabelo parece prolongar-se até ao nariz, proeminente. O olhar é acerado, agudo. O corpo vê-se mal, perdendo-se na obscuridade, vestido de preto,

destacando-se duas mãos, com punhos de camisa impecavelmente engomados. Mas o rosto, que chamara primeiro a nossa atenção, não é de facto o mais surpreendente nessa figura. O que mais impressiona é o tom geral preto, com reflexos brilhantes aqui e ali. E eis que dessa massa confusa se destacam ainda umas pernas, altas e magras, nuas, surgindo, do meio de calças que foram dobradas para cima, e as pernas saltam no meio das ondas... De facto, as mãos brancas e os punhos de camisa engomados pertenciam a um outro corpo, feito de milhares e milhares de pernas que se vê a saírem do mar, a caminhar na areia, depois a caminhar pelas ruas, a subir escadas, vigas, a correr dum lado para outro na lama dos *chantiers*...

E eis que de súbito reconhecemos enfim este homem de múltiplos rostos e de inúmeras pernas, formado ao longo dos séculos, estereotipado, tornado estátua, pura alegoria, formado e deformado pela imaginação dos franceses: é o homem português.

Se já a terra portuguesa é de difícil acesso para um francês, tornando-se árdua a tarefa da sua definição devido à falta de conhecimentos de que o francês dispõe, o homem português é ainda de mais difícil definição. Como já vimos, da Idade Média ao século XVIII, e mesmo depois, o *homo lusitanus* distingue-se mal do *homo hispanicus*. Foi sobretudo no século XVIII, sem dúvida, que a indiferenciação entre portugueses e espanhóis se intensificou no espírito dos letrados franceses. A filosofia iluminista é a explicação imediata para esta confusão, pois quer portugueses quer espanhóis representam igualmente o mais baixo nível da humanidade (precisamente porque, a seu ver, a religião católica é inumana). Helvétius, um

dos mentores dessa tendência filosófica, é formal: “Les grands talents et les grandes vertus sont presque inconnus en Espagne, en Portugal et partout où la puissance spirituelle est la plus redoutée”.

(*De L’Homme*)

Alguns decénios antes, Montesquieu, na *Très humble remontrance aux Inquisiteurs d’Espagne et de Portugal* (in *De l’Esprit des Lois*, livro XXV, capítulo XIII), não era menos categórico: “Si quelqu’un dans la postérité ose jamais dire que dans le siècle où nous vivons, les peuples d’Europe étaient policés, on vous citera pour prouver qu’ils étaient barbares et l’idée que l’on aura de vous sera telle qu’elle flétrira votre siècle et portera la haine sur tous vos contemporains”.

Quanto ao Abade Raynal (ajudado por Diderot), engloba numa mesma reprovação as crueldades dos espanhóis e dos portugueses nos respectivos impérios, verificando nos dois casos uma irreversível decadência: “Le théâtre de leur gloire, de leur opulence est devenu celui de leur ruine et de leur opprobre”. (*Histoire philosophique*, I, XVIII).

Por tudo isto, não nos deve surpreender o facto de a opinião pública francesa, durante muito tempo, ter confundido colonização portuguesa e colonização espanhola, na sua origem como no seu desenvolvimento concreto. Nada de mais significativo, a este respeito, do que a interpretação absurda de *Os Lusíadas* na altura em que a obra de Camões surge, timidamente, em França.

Como se sabe, a introdução dos *Lusíadas* em França é, aliás, devida à Espanha (ainda e sempre a Espanha). Mas deixemos de lado o *Don Quixote* (II parte, capítulo 58), onde se cita Camões, o que despertou a curiosidade dos

leitores franceses a partir de 1618, data da sua primeira tradução. Deixemos de lado também uma antologia — nunca citada até agora quando se estuda a irradiação de Camões em França —, *Apollon ou l'Oracle de la poésie italienne et espagnole* (1644), do hispanista Bense-Depuis, onde se cita Camões a propósito (ou melhor, a despropósito) dum soneto de... Lope de Vega! Detenhamo-nos, antes, na obra de Rapin, um dos mestres de Voltaire. Foi Rapin quem em 1674 apresentou, pela primeira vez, uma análise sucinta da obra de Camões. O padre jesuíta deve ter lido a *Bibliotheca Hispana* de Nicolau António (1672) ou o artigo do *Dictionario* de Moréri que também fala de Camões. Mas é evidente que ele tem outras fontes, mal compreendidas ou mal exploradas. De facto, Rapin, depois de ter criticado asperamente o estilo e a composição do poema, é levado a falar mais precisamente da obra — mas não cita o título! E Rapin evoca então, numa perífrase, “la conquête des Indes par les Portugais”, estabelecendo logo a seguir um paralelo (pouco honroso para o poeta português) entre Camões e Gôngora (*Réflexions sur la poétique*). A confusão é, se assim se pode dizer, esclarecedora: ... não se fala de navegação, mas sim de conquista (palavras que para o francês têm uma conotação imediata com os espanhóis); e a própria palavra “Indes” pode induzir em erro, pois o leitor poderá pensar em “Índias ocidentais” ou em “Índias orientais”.

Em suma: a ideia de um povo português *conquistador* entrou frequentemente em competição com a ideia de um povo *navegador*.

No delicioso *Dictionnaire des idées reçues*, Flaubert, denunciando os *clichés* que deturpam as ideias dos seus

contemporâneos, cita a palavra “navigateur” e acrescenta: “toujours hardi”! Os franceses levaram tempo, de facto, a admitir que os portugueses tinham espírito de conquista e que eram “valentes”.

É significativo o facto de a Idade Média portuguesa — à parte a famosa Borgonha, cara aos especialistas — ser praticamente ignorada pela cultura francesa. E temos mais uma vez o predomínio da Espanha: o célebre Cid confiscou tudo; e a “Reconquista” continua a ser essencialmente espanhola, tendo contribuído para essa assimilação redutora a publicidade das Cruzadas feita ao longo de quarenta anos pela ditadura franquista.

Seria inútil procurar o lugar que ocupam na cultura francesa um Egas Moniz ou um Nuno Álvares Pereira. Só na época romântica se manifestou um interesse passageiro, e mesmo assim foi da parte de especialistas: Ferdinand Denis e as suas *Chroniques chevaleresques* (1839) ou Mougins de Roquefort e a sua *Histoire chevaleresque du Portugal* (1862) ou ainda o *Romanço* do Conde de Puymaigre (1881).

Consequentemente, quer para os franceses do século XVI quer para os do século XX, a história de Portugal começa com as grandes expedições marítimas e/ou coloniais. Desde meados do século XVI, a documentação francesa sobre Portugal está como que monopolizada pelas viagens e pelas histórias de navegação. Expedições que são, por vezes, evocadas de maneira polémica, dado que a política francesa — ou pelo menos certas iniciativas políticas da França no domínio colonial — chocaram com o poderio português. É a altura de citar numerosos viajantes franceses que tiveram uma posição extremamente crítica: Thévet, Villegaignon, Jean de Léry, Pyrard de Laval, frequentemente reeditado na época

(1611, 1619, 1679). Uma violenta diatribe contra os portugueses é lançada por Jean Mocquet em *Voyages en Afrique, Asie, Indes orientales et occidentales* (1617). A “Garde du cabinet des singularités du Roi” vela pelos seus interesses e não perdoa à acção colonizadora dos portugueses no ultramar. Menos polémica, a *Histoire des Indes*, de J.P. Maffée (traduzida do italiano e do latim, 1603, 1665) será ainda utilizada no século seguinte pelo Padre Lafitau na volumosa *Histoire des découvertes et conquêtes des Portugais dans le Nouveau Monde* (1733) que é uma defesa subtil da colonização e sobretudo da evangelização. No entanto, esta obra dificilmente contrabalança sínteses extremamente críticas para com os portugueses: o *Essai sur les moeurs de Voltaire*, a *Histoire des Voyages* (série da autoria do Abade Prévost), a *Encyclopédie*, a *Histoire des deux Indes* do Abade Raynal, etc.

Esta óptica muda um pouco no século XIX, quando colonização e burguesia francesa se reconciliam. A escola e a igreja católica propiciam a publicação de numerosos livros para a juventude em que os “hardis navigateurs” vão de par com oficiais heróicos e missionários devotados. Assim, podemos citar mais dum livro editado pela *bien pensante* Maison Mame, de Tours, ou por Barbou, de Limoges, livros nos quais Vasco da Gama, Fernão Mendes Pinto e outros são apresentados em toda a sua glória. O próprio Portugal parece então recuperar a heroicidade dos seus longínquos antepassados, pois, em África, Serpa Pinto tenta igualar os feitos gloriosos dos primeiros descobridores. Sabe-se que Valery Larbaud ficou impressionado com a leitura da expedição de Serpa Pinto, e como ele muitos outros estudantes de liceu em França.

Neste século XIX que parece reabilitar a gesta portuguesa, destaca-se um pequeno texto, ainda mal conhecido. É seguramente um dos grandes hinos à glória dos portugueses. Em todo o caso, é o mais eloquente, dado que se contém numa frase de 20 linhas, segundo a edição que utilizámos. Esta longa frase é de Arthur Gobineau, que a escreveu na altura duma escala em Mascate, quando o escritor-diplomata partira em missão para a Pérsia. Estes elogios à “gesta” portuguesa não são, aliás, os únicos testemunhos favoráveis deixados pelo escritor. No romance *Les Pléiades* (1874) uma subtil utilização de duas citações dos *Lusíadas* elucida sobre uma das histórias de amor que compõem o livro.

Mas vejamos como Gobineau se tornou o cantor das glórias dos portugueses em *Trois mois en Asie* (1859):

“J’admire assurément les grandes oeuvres de la Hollande, de l’Angleterre, et de la France en Asie. Mais quoi? Ces trois empires ont été et sont encore des plus puissants que le soleil ait vus. Leurs ressources en hommes, en argent, en crédit, les rendent propres à tout exécuter, et il n’est pas de service auquel leur force matérielle ne se prête. Mais le Portugal, qui n’a jamais été même en état de payer les appointements de ses gouverneurs, de ses amiraux, de ses officiers ni de ses soldats, le Portugal, pour qui c’était un effort douloureux que d’équiper un navire et de l’expédier dans l’Inde, fut ce même Portugal qui, après avoir découvert lui-même sa route vers le pays de ses exploits, conquit l’Afrique orientale jusque bien loin dans l’intérieur des terres, jusqu’à Gondar, et non seulement la conquit, mais y sema des monuments en grand nombre dont les ruines se soutiennent encore; fonda des établissements le long de la

côte d'Arabie, comme Aden et Mascate, ou des villes superbes comme Ormuz, dans le golfe Persique, et Goa, sur la côte de Malabar; s'établit dans les îles de la mer des Indes et se mêla à la politique de la Chine, où il bâtit Macao, et, ce qui est plus surprenant peut-être, imprima sa trace si profondément partout où il passa, qu'on la retrouve sans peine aujourd'hui, non seulement par les monuments, par les villes qui subsistent, mais par un population encore influente qui se dit portugaise et qui a répandu au loin la foi catholique. J'avoue que de tels résultats, comparés aux moyens, me semblent un des plus grands spectacles de l'histoire, et que le Portugal, montre mieux ce que peut le génie humain que les plus brillants exploits d'Athènes et de Carthage: car si ces cités on été grandes dans leurs faits malgré leur petitesse, elles étaient riches, et le Portugal n'a jamais eu que la cape et l'épée pour servir son génie”.

Apesar de estarmos em Mascate, a caminho da Índia, eis um texto que está longe de Goa, das fogueiras da Inquisição tal como Dellon as evocara em *Relation d'un voyage des Indes orientales* (1685), texto dedicado a Bossuet, bem como na *Relation de l'Inquisition de Goa* (1688). Obviamente não podemos considerar Gobineau um espírito “progressista” e o seu panegírico do povo português tem muito a ver com as suas ideias sobre a “desigualdade das raças”, tema que lhe é caro. Mas é provável que este exemplo de eloquência fosse partilhado por uma boa parte da burguesia francesa do século XIX, fascinada pela expansão colonial. O século XX e o processo de descolonização suscitarão, como veremos, outras atitudes ideológicas.

Em pleno Século das Luzes, surge uma figura que, em alguns anos, vai atingir as dimensões dum mito: o Marquês de Pombal. Esta “promoção” deve-se em França, essencialmente, aos filósofos e aos Enciclopedistas. Ela é, sem dúvida, benéfica para Portugal na medida em que permite, durante algum tempo, que Portugal se torne notado, libertando-se da fumarada das fogueiras da Inquisição. Mas devemos também reconhecer que, afinal, a glória de Pombal serve a uma certa ideia da Europa concebida pelos letrados e pelos filósofos parisienses.

É uma ideia muito francocentrista, obviamente. Parte do conceito de “Grand Siècle” de Luis XIV, exaltado por Voltaire. Adapta-se bem à tese um tanto subserviente do Marquês de Carracioli exposta na obra intitulada *Paris le modèle des nations étrangères ou l'Europe française* (1777). Coincide também com o tema de reflexão proposto em 1784 pela Academia de Berlim que fez com que o francês Rivarol ganhasse o primeiro prémio: “De l’universalité de la langue française”. A “ideia europeia” dos filósofos explica-se, mais uma vez, pelos ideais — os sonhos — que se projectam em toda a Europa. A presença do Marquês de Pombal assegura uma Europa *éclairée*, uma nova era para a humanidade. Lisboa vem juntar-se a Madrid, a Parma, a Viena, a Berlim, a S. Petersburgo, aos principados alemães, a Londres e talvez também a Paris. O entusiasmo de Voltaire é grande quando a 5 de Maio de 1769, escreve o seguinte ao Príncipe de ligno: “On substitue déjà, presque partout, la religion au fanatisme. Les bûchers de l’Inquisition sont éteints en Espagne et Portugal. Les prêtres apprennent enfin qu’ils doivent prier Dieu pour

les laics et non pas les tyranniser. On n'aurait jamais osé imaginer cette révolution il y a cinquante ans”.

Esta “revolução” começou a manifestar-se depois do tremor de terra de 1755 e do esforço de facto espectacular para reconstruir a cidade e, como preconizava o Marquês de Pombal, “enterrar os mortos e cuidar dos vivos”. O segundo passo em frente a caminho dessa “revolução” filosófica foi dado em 1759, quando do atentado falhado contra D. José, seguido da punição dos culpados: o ajuste de contas com a Companhia de Jesus. Estes acontecimentos surpreendem a Europa política e intelectual. E as reformas administrativas e políticas empreendidas pelo Marquês de Pombal espantam. O parlamentar La Chalotais, inimigo feroz dos Jesuítas, escrevendo à pressa um *Essai d'éducation nationale ou plan d'études pour la jeunesse* (tencionando libertá-la das garras dos jesuítas), escreve em 1763: “Peut-être que le Portugal qui réforme entièrement ses études avancera beaucoup plus que nous, à proportion, si nous ne songeons pas sérieusement à réformer les nôtres”.

Quem diria que Portugal podia ser considerado um modelo, um *leader*, como se diz hoje, das reformas a emprender em França! O ponto mais elevado da fortuna francesa do Marquês de Pombal, situa-se nos anos 1760-70. É a época em que os jesuítas serão proibidos de ensinar ou expulsos de Portugal, de França, depois de Espanha em menos de dez anos. Como em França a decisão parece arrastar-se (estamos então no Verão de 1762), encoraja-se o rei e os seus ministros através de uma canção de propaganda, canção hábil porque faz uma amálgama oportuna: “Vengez-vous, grand prince, il est temps: Chassez la race impie! Vengez Lisbonne, Henri le Grand, l'Amérique et l'Asie!”

Assim, Malagrida, Ravailac (o qual foi, segundo se pensa, apoiado pela Companhia de Jesus) e sobretudo os crimes praticados nas duas Índias são atribuídos aos jesuítas. E nesta luta contra os jesuítas, o Marquês de Pombal tinha dado o exemplo.

Um eclesiástico francês decide mesmo, prestar homenagem ao Marquês de Pombal. Note-se que este eclesiástico tivera questões violentas com os jesuítas de Pont-à-Mousson, na Lorena. Trata-se de frade Norbert de Bar-le-Duc, um franciscano. Esta sua atitude provoca novas questões, desta vez com os franciscanos, e o frade Norbert acaba por partir para Portugal, ficando ao serviço do Marquês de Pombal. Volta a França em 1763 e morre em 1769. Entretanto, publica, com o pseudónimo de Abade Platel, uma impressionante colecção de *Mémoires historiques (7 volumes)*, amplo requisitório contra os jesuítas. O abade Platel é categórico: a Companhia de Jesus tem como único objectivo o de “établir le royaume de Satan sur les ruines du catholicisme”.

O apologista anti-jesuítico de Pombal tem os seus continuadores, mesmo após a queda do Marquês. Por exemplo, Cormatin-Desoteux, autor de *L'administration de S. J. de Carvalho* (1786), obra que terá continuação, impressa em Paris, ano VI, sob o título *Voyage du ci-devant Duc du Châtelet au Portugal*. Forma-se também uma outra tendência, oposta ao “mito” Pombal, de que será principal representante o Abade Gattel, tradutor das *Mémoires de S. J. de Carvalho* (1784).

O século XIX herdou uma imagem contraditória do Marquês de Pombal. Por um lado, ele era uma espécie de tirano *éclairé*, mas por outro lado fora ele quem reconstruíra e modernizara Lisboa. Preconceito, portanto, favorável. A imagem, estereotipada, a do “grand

bâtitseur”, foi suficientemente forte para inspirar um advogado, Jules Lan, num exercício, não propriamente jurídico, mas ideológico bastante complicado: *Parallèle entre le Marquis de Pombal et le Baron Haussmann* (1869). Paralelo entre dois grandes “construtores”... sendo o segundo também um grande demolidor.

Coube ao século XX analisar mais seriamente a acção civilizadora, não só do Marquês de Pombal, mas também de todo um sistema de governo: foi o que fez José-Augusto França em *Une ville des Lumières: la Lisbonne de Pombal* (1965) e Suzanne Chantal em *La vie quotidienne à Lisbonne après le tremblement de terre* (1962).

A imagem um tanto mítica do Marquês de Pombal, antes ou depois de cair em desgraça, acabou por não melhorar grandemente o conhecimento que os franceses tinham de Portugal e da sua cultura. Vimos já que Camões só muito lentamente foi aceite e conhecido, graças sobretudo a duas traduções e a uma citação meio-crítica, a de Voltaire, que foi repetida à saciedade ao longo do Século das Luzes. Camões ficou sobretudo como símbolo duma nação: o grande poeta dos portugueses. Para os franceses, os episódios de Inês de Castro e do Adamastor bastaram para fazer um juízo crítico do poema. Quanto ao episódio da Ilha dos Amores, foi fortemente criticado por Voltaire, que o considerou uma “fantasia” sem justificação que “ne peut être excusée en aucun pays du monde”. Em contrapartida, a história de Inês de Castro foi elogiada por Voltaire: “C’est à mon gré le plus beau morceau de Camoens (*sic*). Il y a peu d’endroits dans Virgile plus attendrissants et mieux écrits”. O episódio de Adamastor foi igualmente bem recebido por Voltaire, mas certos letrados, que no entanto respeitavam o mestre, não

hesitaram em fazer reservas. Por exemplo, Marmontel, um dos oráculos do *bon goût* francês, em *Eléments de littérature* (1787), é severo para Camões e para o seu Adamastor, comparando esta passagem dos *Lusíadas* à da profecia do Tejo de Luis de Léon. Este “comparativista” aprendiz, que não sabíamos estar tão interessado pela cultura ibérica (exceptuando os incas...), dá a preferência ao poeta espanhol: “Dans le poète espagnol, plus ancien que le Portugais, c’est le génie d’un fleuve qui prédit la descente des Maures et la désolation de l’Espagne; dans le Portugais, c’est le génie protecteur des tempêtes et gardien de la mer des Indes qui s’élève pour défendre le passage aux Européens. L’image est agrandie, mais l’idée est la même et la première gloire en est à l’inventeur”.

Pobre Camões! pobre Portugal, sempre reduzido a um papel secundário, vindo sempre depois de Espanha, como que para dar razão a Voltaire: “Tel brille au second rang qui s’éclipse au premier”... O “second rang” é ocupado por Portugal durante todo o século XIX. É inútil perguntar aos franceses, como já vimos, qual é a situação política em Portugal. Responderia, antecipando-se algumas dezenas de anos ao Claudel de *Soulier de Satin*:

“La scène de ce drame est le monde et plus spécialement l’Espagne à la fin du XVI^{ème} siècle, à moins que ce ne soit le commencement du XVII^{ème} siècle.”

Estranho destino este, de dois reinos peninsulares que continuam a existir, para os franceses, numa época longínqua, tão longínqua que precede o “Grand Siècle” francês...

Há, evidentemente, o esforço feito por alguns letrados. Edgar Quinet traça um quadro encorajador das letras

portuguesas em meados do século e a obra de Garrett não lhe passou despercebida. O mesmo aconteceu com Maxime Formont, o qual, em artigos bem documentados, apresenta “o dramaturgo português Visconde de Almeida Garrett” (*Revue Hebdomadaire*, Agosto de 1898) e também o movimento poético da época em Portugal (*Revue du Siècle*, 1892). Antero de Quental é para ele “un poète philosophe à la façon de M. Sully Prudhomme”, juízo que deveria, em princípio, ser muito elogioso para o poeta português... Nota que *Frei Luís de Sousa* foi reconhecido por Edgar Quinet como “le type de la tragédie moderne en Europe”. A *Revue Blanche* (Janeiro-Abril de 1899) fez-se eco das manifestações organizadas pela colónia portuguesa em Paris, na presença de Catulle Mendès e de Jules Clarétie, para festejar o primeiro centenário de Garrett. Mas, de facto, quem poderá compreender a importância destas obras e destas iniciativas, dada a escassez de traduções e dada sobretudo a falta duma base, duma “bagagem” cultural que permita avaliar os autores analisados e integrá-los num património cultural em que já existem um Tolstoi, um Ibsen, um d’Annunzio?

Poder-se-á ao menos dizer que os portugueses que vêm a França são devidamente apreciados? Eugénio de Castro tem algum sucesso e o banquete em sua honra, realizado em 1896, parece anunciar uma nova era nas relações literárias luso-francesas. Mas evitemos precipitações, evitemos interpretar esta manifestação através de alguns “intermediários”, evidentemente favoráveis. E atentemos, de preferência, na seguinte passagem de *Le Portugal géographique* (1900):

“Lors du banquet qui fut offert en 1896 à Eugénio de Castro par cette jeunesse et auquel applaudit tout la presse

parisienne, la séculaire Gazette de France, promenant au bout d'une perche son sourire fané, vaticinait de son trépied (n.º 17 juin): "Décidément le vent souffle vers le Midi. M. de Vogüë, qui découvre les Russes, vient de découvrir les Italiens. Les Portugais sont nos idoles de demain. Ils seront plus gais... Peut-être le seront-ils moins, car presque tous, n'en déplaise à l'écho docile d'un stupide refrain d'opérette, sont terriblement pessimistes."

Eis que surge assim um novo componente do “génio” português: o pessimismo. Numa perspectiva de longa duração, poder-se-ia objectar dizendo que já nos séculos XVII e XVIII alguns viajantes não deixaram de assinalar a tristeza dos portugueses (e também da Espanha)... por causa da Inquisição! No entanto, o “pessimismo” português é um elemento novo, sem dúvida. Justifica-se literalmente a partir do célebre “saudosismo”. A explosão modernista do *Portugal Futurista*, contactos directos com a viagem e estada dos Delaunay em Portugal, não alteram esta interpretação, a qual, aliás, convém muito à “leitura” francesa de Portugal: uma civilização decadente, um povo apático (grande no passado, mas apático no presente), e — milagre! — um país de eterna juventude, um Éden... A paisagem portuguesa funciona então como estranho alibi de que se serve a ignorância francesa: em Portugal, não há nada para *saber*, há apenas coisas para *ver*. É isso mesmo o que nos diz Jane Dieulafoy no grande anfiteatro da Sorbonne, num belo dia de 1912. A passagem é longa, mas vale a pena citá-la *in extenso*. Trata-se, aliás, apenas do princípio da conferência:

“Tout au bord de l’Océan saphirique, sous un ciel d’un bleu profond, s’allonge le jardin des fées heureuses, le beau

pays de Portugal. Au flanc des montagnes couronnées d'azur, se pressent les chênes puissants, les pins sombres, élancés, superbes. Des eucalyptus géants couverts de fleurs mauves ou blanches enfoncent leurs racines jusque dans les sables laissés par la mer un jour de colère. Et comme pour calmer la fureur des vagues, comme pour les séduire, la nature a couvert les grèves d'un tapis de verdure où l'écume vient mêler sa toison immaculée aux fleurs non moins pures dont elle se pare.

Puis, entre les forêts silencieuses, s'étendent des pâturages d'un vert éblouissant où mugissent les boeufs de Barrona, le front paré de cornes immenses, où bêlent les troupeaux innombrables du Minho et de la Beira, où hennissent des poneys à l'encolure courte, aux reins forts, qui semblent originaires d'Ecosse. Des vignes étendent à perte de vue leurs pampres et leur feuillage finement découpé; de ci de là, oasis dans l'oasis qu'est le pays, des bois de palmiers, des orchidées parasites, des buissons de fleurs tropicales gardent leur virginité.

Sur les murs blancs des maisons villageoises, de l'humble fenêtre des chaumières, de la terrasse enfumée des gares dévalent en cascades les fleurs pâles des géraniums. La clématite tend ses grappes mauves vers la main du passant; jusque dans les cimetières, des roses fleuries au sommet de tiges très hautes balancent leurs parfums comme celui des encensoirs et vêtent les monuments funéraires d'une robe de pétales qui semble tissée pour fêter la vie, la joie et le bonheur.

Des fleurs, encore des fleurs, toujours des fleurs! Un ange de lumière a sans doute moissonné tous les rameaux odorants que produit l'univers pour les jeter comme une jonchée céleste sur le pays béni. Tel m'apparut le Portugal;

telle fut l'impression produite dans mon esprit par son incomparable beauté.”

É caso para perguntar se o Portugal de Madame Dieulafoy é habitado! Perdendo-se entre os ornamentos bíblicos e a opulência natural, o homem português foi esquecido pela conferencista. Neste paraíso, erram algumas sombras do passado heróico: o Infante Dom Henrique, D. Inês de Castro, etc. Nada depois do tremor de terra de Lisboa. Dir-se-ia que a história de Portugal tinha acabado.

Trata-se, como é óbvio, duma ignorância tipicamente “Belle Époque”, compensada por um exotismo que elimina completamente o homem e a cultura portugueses. Mas saltemos algumas décadas e vejamos como Robert Kemp (que não tarda a entrar para a Academia Francesa) prefacia uma história, aliás bastante breve, da literatura portuguesa de João Ameal (Paris, 1949). É com muita honestidade — um pouco como H. Lavedan, citado no primeiro capítulo — que R. Kemp reconhece que... não sabe nada (como todo o francês que se preza) das letras portuguesas.

Com isto tudo, eis chegado o momento em que a história de Portugal se torna próxima, precisa, premente. Opressiva, mesmo para um francês que partiu à procura de imagens pelos seus compatriotas. Não é propriamente a proximidade da história — que nesse caso se chama *política* — que perturba a investigação. É, isso sim, subitamente, a massa de nomes franceses que se apressam em acompanhar, comentar, aprovar quase meio século de ditadura em Portugal.

João Medina, numa obra que merecia ser traduzida para francês, intitulada *Salazar em França* (1977), observa o

seguinte: “Os livros franceses à glória de Salazar são quase incontáveis, sendo aliás raros aqueles que ousam contestar ou apenas tentar uma apreciação independente da figura, da obra e do regime salazarista.” Apesar do carácter “incalculável” da produção pró-salazarista em França, João Medina empreendeu uma recensão escrupulosa: a lista que apresenta no seu livro revela um período importante, durante o qual um certo “pensamento” francês foi procurar a Portugal o que não encontrava (ou já não encontrava) em França. E note-se que, mesmo assim, João Medina, limitando-se a citar as obras principais, não refere algumas considerações esclarecedoras... Por exemplo, Pierre Benoit (40 romances em 40 anos!), respondendo ao famoso questionário de Marcel Proust (qual é a sua cor preferida? qual é a entidade preferida no homem e na mulher?, etc.), responde da seguinte maneira à pergunta “qual é o homem de Estado que mais admira?”, isto nos anos 50, sem hesitar, pura e simplesmente: “Salazar”. Mais ainda: já em 1978, Michel Déon em *Mes Arches de Noë* confessa que Salazar fora “le seul homme politique dont la vie, la pensée et l’oeuvre m’inspiraient du respect”.

Tentemos compreender como é que todo um grupo de intelectuais franceses (de direita, de extrema-direita, da “Action Française”, no que diz respeito aos nomes citados) pôde construir, ao longo dos anos, este verdadeiro mito político, para retomar o título da obra de R. Vialle (*Le mythe salazariste*, 1945).

No primeiro decénio, de 1930 a 1940, três factores se conjugam: o forte avanço da direita na cena política francesa, à semelhança do que aconteceu noutros países (existência dum poder intelectual situado à direita, com jornais, revistas um “maurrasismo” difuso, etc.) e a

obsessão do comunismo internacional; depois, a excelente propaganda organizada em Portugal por António Ferro; enfim, a ideia segundo a qual um regime forte, como o regime que se instalara em Portugal, era benéfico para a economia: Portugal estava numa situação financeira desafogada, motivo de admiração para muitos escritores franceses (que vêem uma situação contrária em França). Esta opinião será defendida durante muito tempo: é um elemento constante do salazarismo visto de França, de Jacques de Lacretelle a Pierre Debray, ou seja, de 1938 a 1964.

O regime de Vichy — e aqueles que partilharam as suas opções políticas — favoreceu grandemente a difusão duma imagem positiva do regime português: a ideia do chefe, dum homem inteiramente devotado ao seu povo, o “don de soi” exaltado pelo Marechal Pétain, foram assim perpetuados pelo “leader” português: é essa a posição dum Henri Massis, duma Christine Garnier, de Pierre Gaxotte, de Thierry Maulnier, aos quais se juntam alguns católicos integralistas (Gustave Thibon) e monárquicos da “Action Française”. Um tanto afastados, embora gravitando na órbita de Vichy, encontram-se Paul Morand, Jacques Chardonne e Michel Déon, este defensor de Maurras.

Por volta dos anos 60, o salazarismo beneficiou em França do apoio da extrema-direita, ou melhor, dos extremistas de direita. As razões políticas eram evidentes. Mas havia uma outra dimensão dessa atitude: a França começara o processo de descolonização — e a Espanha não podia cristalizar uma ideia colonial. Restava, portanto, Portugal, país que, após a perda da Argélia e dos territórios africanos, era o único a manter

um império aparentemente intacto, o único que podia “defender o Ocidente”.

Eis, resumidamente expostas, as linhas mestras deste mito político que se desenvolvia em França a partir duma indiferença e duma ignorância gerais e que teve o apoio, durante longos anos, de inúmeros políticos e intelectuais. A Guerra de Espanha era demasiado violenta, demasiado sangrenta, não podendo servir de exemplo. Em contrapartida, a “revolução na paz”, a consabida *douceur* do povo português, eram elementos ideais para se formar e se difundir a imagem dum país feliz, pacífico que continuava uma ação histórica de outras eras. Ao exotismo literário vinha juntar-se o exotismo político absoluto.

Como é que, durante esse meio século, evoluiu o conhecimento da literatura portuguesa em França? Fascinado pela leitura de *A Capital*, Valery Larbaud escreve a Manuel Gahisto, a 20 de Abril de 1930:

“Eça entrera sûrement, fatalement, dans la littérature européenne et les lettres françaises devront tôt ou tard le connaître et l’apprécier. Mais il vaudrait mieux plus tôt que plus tard.”

Em 1942, é publicada a tradução francesa de *A Relíquia*, da autoria de Georges Raeders, com prefácio de Valery Larbaud. Quanto a *Os Maias*, foi traduzido até agora três vezes, sempre por Paul Teyssier, a quem se deve numerosos estudos sobre a língua e a cultura portuguesas. Primeiramente, o romance foi publicado em 1956 com o título *Une famille portugaise*; depois, foi reeditado em 1971 pela Fundação Calouste Gulbenkian; e, muito recentemente, pela Société des Editions

Portugaises, que promete outras traduções para um futuro próximo.

Os Lusíadas foram traduzidos duas vezes por Roger Bismut, sendo a tradução de 1980 comemorativa do quarto centenário da morte do poeta, reedição aumentada com numerosas notas e publicada por Les Belles Lettres. Quase na mesma altura, Roger Bismut descobria uma tradução inédita de *Os Lusíadas* datando do final do século XVIII, acrescentando assim um elo que faltava entre a tradução de 1776 e a de Millié de 1825 (cf. a revista *Colóquio*, n.º 65, Janeiro de 1982). Ainda no mesmo ano — faustoso aniversário — Bernard d’Astorg, com o ensaio *Les noces orientales*, escrevia belas páginas sobre a inspiração oriental, erótica e heróica n’*Os Lusíadas*. Desde 1964 que o público francês dispunha da edição cómoda da Seghers (coleção “Ecrivains d’hier et d’aujourd’hui”) com uma introdução de Jacques Fressard.

Também na Seghers (coleção “Poètes d’aujourd’hui”) Armand Guibert publicou um *Fernando Pessoa* (1960). Outras traduções do mesmo escritor foram editadas em Lausana (Eibel, 1978), com o título *Visage avec masques* enquanto que José Augusto Seabra publicava nas Editions Champ Libre (1973) a tradução de manifestos poéticos e de outros textos de Pessoa, acompanhados de um estudo de conjunto. Por seu turno, Rita Lopes defendia na Sorbonne, em 1975, uma tese de doutoramento de Estado sobre *Fernando Pessoa et le drame symboliste*. O orientador desta admirável tese, Étiennele, prefaciou, dois anos depois, a obra, publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, em Paris. Nesse prefácio, Etiennele escreve:

“[...] en dépit d’Armand Guibert, que de traductions nous font encore défaut! Que l’un des trois ou quatre grands poètes de ce siècle [...] soit méconnu à Paris, cela ne peut étonner que ceux qui ne savent pas combien sont insuffisantes chez nous les études lusitaniennes. Souhaitons mieux: espérons que le Portugal nouveau, délivré de l’étouffoir salazarien, séduira nos étudiants et fera lire Pessoa [...].”

A partir de 1971, o público francês dispôs duma boa antologia da poesia portuguesa, *Anthologie de la poésie portugaise — du XII^{ème} au XX^{ème} siècle*, publicada pela Gallimard e da autoria de Isabel Meyrelles. Aí se descobrem grandes poetas portugueses contemporâneos desconhecidos em França (excepto de alguns especialistas), como é o caso de David Mourão-Ferreira. Alguns escritores significativos da novelística portuguesa contemporânea foram também traduzidos: Agustina Bessa Luís, Virgílio Ferreira, José Cardoso Pires, Fernando Namora, Almeida Faria, Urbano Tavares Rodrigues, Álvaro Guerra. Em 1974, o leitor francês descobria as “Três Marias” com *Nouvelles Lettres Portugaises* (Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa.)

Em 1982, a obstinação e o talento de Claude Cayron davam os seus frutos: tradutora de Miguel Torga (*Bichos*, título em francês *Arche*, edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1980), ela conseguiu impor à crítica parisiense o grande escritor português ao traduzir algumas páginas do *Diário*. O *Journal* de Torga foi quase unanimemente bem recebido pela crítica, exceptuando-se Dominique Fernandez (que seria Prémio Goncourt desse ano), o qual disse num artigo de *L’Express* (28 de Maio de

1982) que não aprovava as apreciações de Torga sobre alguns “monstros sagrados” das letras francesas. Em contrapartida, Bernard Franck sugeria o Nobel para Torga, escritor que ele comparava a Camus.

Esta descoberta, este movimento de interesse vieram recompensar muitos esforços e corrigir muitos silêncios. Desde há uma dezena de anos que o Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian em Paris se esforçava por difundir, através de conferências, exposições, traduções, a cultura portuguesa. Quanto aos silêncios, poder-se-ia evocar aquele que surpreendentemente foi feito à volta da tradução de *A Sibila* de Agustina Bessa Luís (*La Sybille*, Gallimard, 1982). Alguns meses antes, a *intelligentsia* parisiense saudava com muito respeito o filme *Francisca* de Manoel de Oliveira, não reparando sequer que o argumento, da autoria da própria Agustina Bessa Luís, fora extraído do seu romance *Fanny Owen*.

Se se pode falar, muito recentemente, duma verdadeira descoberta, descoberta feita não propriamente pelos franceses mas pelos parisienses e mais exactamente pelo mundo da crítica, teremos de citar o cinema português. Distribuídos sobretudo em dois estúdios parisienses, os filmes de Manoel de Oliveira, bem como os de Paulo Rocha, conquistaram um público de cinéfilos. Um ciclo de cinema português no Centro Cultural Georges Pompidou (Beaubourg) seguiu-se e foi muito apreciado. Por outro lado, acaba de ser publicado por Jean-Loup Passek o primeiro livro em francês consagrado ao cinema português (Ed. L'Equerre, 1983). Com os filmes poéticos de Manoel de Oliveira, considerados pela crítica “très littéraires”, o domínio artístico português, ainda mal conhecido em França, ganha uma nova dimensão.

Quanto à pintura, apenas alguns especialistas parisienses conhecem o nome duma grande pintora de origem portuguesa, presença discreta mas deslumbrante: Vieira da Silva.

Descoberta do cinema português, um escritor português, Miguel Torga, que estimula a reflexão, outros indícios de transformação que se anunciam: a publicação próxima dum número especial da revista *Europe* sobre Portugal, número organizado por Pierre Rivas, além de outras traduções de escritores portugueses previstas. E ainda a homenagem prestada pelo Presidente Mitterrand a Camões, em cuja estátua ele depôs uma coroa de flores quando da sua recente visita a Portugal.

Será que se está a escrever uma nova página das relações culturais franco-portuguesas?

CONCLUSÃO

Para se responder pela afirmativa à pergunta que acabámos de fazer, não bastará que os indícios de transformação de que falámos ou que as iniciativas que evocámos se multipliquem. Será necessário também que uns e outras mudem de sentido e de alcance.

De facto, traduções em maior quantidade não bastam num mundo que já não vive fascinado pela escrita. Se temos de falar de literatura, falemos então duma verdadeira política do livro a nível de intercâmbio entre os dois países: política do livro relativamente a Portugal, que tem cada vez mais dificuldades em comprar livros franceses, cada vez mais caros; relativamente à França, que necessita de traduções portuguesas numa colecção de grande tiragem e de grande divulgação, acessível e também barata. Todavia, sejamos realistas: não estamos a sugerir que deveria haver um exemplar de *Os Lusíadas*, em francês e em livro de bolso, em todos os lares franceses. Propomos, isso sim, que alguns romancistas e alguns poetas portugueses tenham uma melhor difusão, uma maior promoção em França.

E como promoção, decerto que não há melhor meio que a televisão. O que nos leva a pensar em co-produções

que fossem boas para os dois países: para quando *Os Maias* em série televisiva nos canais da televisão francesa, uma série que nos libertasse das “sagas” e dos *serials* de Além-Atlântico? Seria uma vantagem não só para a cultura, mas também para aquilo a que se chama “inteligência” (já que não se quer falar de “moral”). Para quando também programas realizados em Portugal e difundidos em França sobre cidades, museus, vida quotidiana dos portugueses? Que melhor iniciação haveria, que melhor convite a futuras viagens?

Seria também necessário haver uma política da língua. Haver uma melhor difusão na escola da língua portuguesa, sobretudo se pensarmos nos milhões de seres humanos que em breve, graças às antigas colónias portuguesas de África, falarão por todo o mundo a língua portuguesa. Ainda nesse domínio, haverá um esforço a fazer por parte da França, através de iniciativas ministeriais há muito aguardadas.

Quem sabe? Talvez as relações franco-portuguesas possam evoluir graças a “aproximações” que farão de Portugal uma terra menos “longínqua”, sobretudo depois da entrada de Portugal no grupo europeu, essa Europa de que de facto já faz parte pela sua geografia, pela sua cultura, pela sua vocação secular. Esperemos também que essa integração permita a Portugal manter uma presença “complementar”, um direito à “diferença”, para evitar que seja vítima do mito moderno — mito e realidade — da uniformidade, em nome dum único modelo económico e cultural.

Como vemos, não faltam elementos para escrever um novo livro sobre as relações franco-portuguesas. Caberá a outro francês (ou a um português), dentro de algumas dezenas de anos, completar o álbum que propusemos,

apresentar outras conclusões, elaborar outras imagens. Desejamos que sejam numerosas e plenas as páginas desse livro escrito por esse futuro investigador, peregrino do terceiro milênio.

BIBLIOGRAFIA

I. Bibliografia Geral

- BERNARDES Branco, M. — *Portugal e os estrangeiros*, Lisboa, 1894-1895, 5 v.
Bulletin des Etudes Portugaises (1931-1981) (*passim*).
COUTINHO, Bernardo Xavier — *Bibliographie franco-portugaise*, Porto, 1939.
FRANCISQUE-MICHEL, R. — *Les Portugais en France, les Français en Portugal*, Paris, Guillard Aillaud, 1882.
FOULCHÉ-DELBOSC, R. — *Bibliographie des voyages en Espagne et Portugal*, *Revue hispanique*, 1896.
MACHADO, Álvaro Manuel e D. H. Pageaux — *Literatura Portuguesa, literatura comparada e teoria da literatura*, Lisboa, Ed. 70, 1982.

II. Bibliografia crítica

Abreviaturas: ACCP Arquivos do Centro Cultural Português, Paris; BEP Bulletin d'Etudes Portugaises; FCG Fundação Calouste Gulbenkian

- AMAN, Jacques — *Une description de Lisbonne à l'occasion de la visite d'une escadre française en juin 1755*, BEP, XXVI, 1965.
- AQUARONE, J. B. — *Chateaubriand admirateur de Camoens, Mélanges offerts à G. Le Gentil*, Chartres, Paris, 1949.
Charles Magnin (1793-1863) considérations autour de deux traductions françaises des Lusiades, BEP, 1957.
L'Abbé Raynal et le Portugal, TILAS (Université de Strasbourg), Strasbourg, 1972.
- AZEVEDO, Rafael Ávila de — *Um capítulo das relações culturais entre a França e Portugal (1815-1822)*, BEP, XXXII, 1971.
O culto de Camões em França no primeiro quartel do século XIX, ACCP, IV, 1971.
Le Chevalier de Brito: um português "parisiense", ACCP, XV, 1980.
- BATAILLON, Marcel — *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Paris, FCG, 1974.
- BERNARD-MAITRE, H. — *Un grand serviteur du Portugal en France: Diogo de Gouveia l'Ancien et le collège Sainte Barbe de Paris*, BEP, XV, 1951.
- BISMUT, Roger — *Camões en France*, ACCP, XVI, 1981.
- BOISVERT, Georges — *Emmanuel du Chillou officier français au service de Dom Miguel d'après une correspondance inédite (1833-35)*, BEP, XXX, 1969.
- BOURDON, Léon — *Notes dominicales de L. F. de Tollenare prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil (1816-1818)*, (éd. crit.), Paris, FCG, 1971, 3 vol.
- BRETAGNE (LA) LE PORTUGAL, LE BRÉSIL, *Échanges et rapports, Actes du Cinquantenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du Portugais (Université de Haute-Bretagne)*, Paris, 1973-1977, 2 v.

- CAVEREL, Philippe de — *Ambassade en Espagne et en Portugal de R. P. J. Sarrazin abbé de St. Waast (1582) notice par A. Parenty*, Arras, 1858.
- CIDADE, Hernâni — *D. Raphael Bluteau: initiation du Portugal à l'esprit du siècle des Lumières. Revue de Littérature comparée*, jan. mar. de 1938.
- COCHERIL, Dom Maur — *Peregrinatio Hispanica de Fr. Cl. de Bronseval (1531-33) (éd. crit.)*, Paris, FCG, 1970, 2 v.
- CORNIL, Suzanne — *Inês de Castro: contribution à l'étude du développement littéraire d'un thème dans les littératures romanes*, Bruxelles, 1952.
- DAINVILLE, Père F. de — *Les découvertes portugaises à travers les cahiers d'écoliers parisiens de la fin du XVI^{ème} siècle, V^{ème} Colloque international d'Histoire Maritime*, Lisbonne, 1960, Paris, SEVPEN, 1966.
- DAVID-PEYRE, Yvonne — *L'immigration française au Portugal pendant le Moyen-Age, Les Langues Néo-Latines*, 68, 1974, n.º 210.
- DEROU, Jean — *Les relations franco-portugaises à l'époque de la 1^{ère} République libérale (1910-1926)*, Doctorat de III^{ème} cycle, dactyl., Univ. de Paris I, 1979.
- DOUBLET, Arlette — *Catalogue du fonds ancien espagnol et portugais de la Bibliothèque Municipale de Rouen (1479-1700)*, Paris, Ed. Hispanoamericanas, 1970.
- FERREIRA LIMA, H. de Campos — *Uma poetisa francesa em Portugal: Pauline de Flaugergues*, Coimbra, 1923.
- FRANÇA, José Augusto — *Une ville des Lumières: la Lisbonne de Pombal*, Paris, 1965.
- FRÈCHES, Claude-Henri — *Voltaire, Malagrida et Pombal*, ACCP, I, 1969.
Le personnage d'Inês de Castro chez Ferreira, Velez de Guevara et Montherlant, ACCP, III, 1971.

- GALLUT, Anne — *Lisbonne et le Portugal de J. Pourcet de Fondeyne: de la caricature au fantastique*, BEP, XXXI, 1970.
Le Morgado de Matens éditeur des Lusíades, Paris, Lisbonne, Klincksieck et Bertrand, 1970.
- GUIBERT, Armand — *Naissance et progrès de la gloire de F. Pessoa dans le monde francophone*, *Actas do I Congresso internacional de Estudos Pessoaanos*, Porto (1978), Porto, Brasília Ed., 1979.
- GUINARD, Paul — *Artistes français au Portugal: Taylor, Dauzais, Blanchard*, BEP, XXI, 1959.
- HAZARD, Paul — *Esquisse d'une histoire tragique du Portugal devant l'opinion publique du XVIII^{ème} siècle*, *Revue de Littérature Comparée*, Jan-Mars 1938.
- HEUR, J. M. d' — *Troubadours d'oc et troubadours galiciens-portugais: Recherches sur quelques échanges dans la littérature de l'Europe du Moyen Age*, Paris, FGG, 1973.
- HORWARD, Donald D. — *The french campaign in Portugal (1810-11). An account by Jean Jacques Pelet*, Minneapolis, Univ. of Minnesota Press, 1973.
- KANN, Roger — *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal (1786-88): le Marquis de Bombelles* (éd. crit.), Paris, FCG, 1979.
- LARBAUD, Valery — *Catálogo da Exposição V. L., Fundação Calouste Gulbenkian*, Lisboa, 1973-1974.
- LE GENTIL, Georges — *Camoens*, Paris, La Renaissance du Livre, 1924.
Almeida Garrett, un grand romantique portugais, Paris, La Renaissance du livre, 1926.
Camões e a literatura francesa, Biblos, Coimbra, 1928.
Les Français au Portugal, BEP, I, 1931.
La littérature portugaise, Paris, A. Colin, 1935 (reed. 1951)
Nicolas de Grouchy traducteur de Castanbeda, BEP, IV, 1937.

- LEROY, Béatrice — *Espagnols et Portugais dans les Chroniques de Froissart*, Revue de Pau et du Béarn, 1975, n.º 3.
- MACHADO, Álvaro Manuel — *La difficulté d'être portugais*, in "La quinzaine Littéraire", n.º 73, 16-31 Maio de 1969.
- MARTINS, António Coimbra — *O Padre Prévost e as suas "Memórias do Príncipe de Portugal"*, Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, XXII, 2.^a série, 1956.
L'Histoire du Marquis de Rosambert par l'Abbé Prévost: mémoires ou roman?, Annales de la Faculté des Lettres d'Aix en Provence, XXXIV, 1960.
- MASSA, Jean-Michel — *La présence des humanistes portugais en France, L'Humanisme français au début de la Renaissance de Pétrarque à Descartes*, Paris, J. Vrin, 1973.
Philéas Lebesgue lusophile, ACCP, III, 1971.
- MATHOREZ, J. — *Notes sur l'histoire de la colonie portugaise de Nantes*, Bulletin Hispanique, XV, 1913.
- MATOS, Luís de — *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, 1950.
- MATTOSO, José — *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an 1000 à 1200*, Louvain, Presses Universitaires, 1968.
- MEDINA, João — *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977.
- ORNELLAS, Barbara — *L'hommage de Lisbonne à Robert et Sonia Delaunay, Vingtième siècle*, nouvelle série, 1972, n.º 39.
- PAGEAUX, D. H. — *Un Lorrain à Lisbonne: Notes sur l'Abbé Garnier (1722-1804)*, Colóquio, Junho de 1968.
L'escalpe à Madère du Père laval (1720), ACCP, II, 1970.
Madère et l'opinion philosophique française au XVIII^{ème} siècle, Colóquio, Abril de 1970.
Images du Portugal dans les lettres françaises (1700-1755), Paris, FCG, 1971.

- Inês de Portugal, ópera de J. Duchesne (1864)*, ACCP, III, 1971.
- L'Espagne devant la conscience française au XIII^{ème} siècle*, Thèse de Doctorat d'Etat, dactyl., Sorbonne Nouvelle, 1975, 2 v.
- Les Français de la Belle Époque en péninsule ibérique: voyages, images, idées*, ACCP (Homenagem a M. Bataillon), X, 1976.
- Camoens en France (1618-1980)*, Academia das Ciências de Lisboa (no prelo)
- PELORSON, Jean-Marc — *Le Docteur Carlos García et la colonie hispano-portugaise de Paris (1613-1619)*, *Bulletin Hispanique*, LXXI, 1969.
- PRIOULT, A. — *Balzac et le Portugal*, *Revue de Littérature Comparée*, avril-juin, 1939.
- QUINT, Anne-Marie — *A propos de la traduction française de l'“Imagem da Vida Cristã”*, de Frei Heitor Pinto, BEP, 1974-75.
- RAMOS, Vitor — *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850) Repertório geral dos títulos publicados e ensaio crítico*, Paris, FCG, 1972.
- REVAH, I. S. — *Le Cardinal de Richelieu et la Restauration du Portugal*, Lisboa, 1950.
- REVUE DE LITTÉRATURE COMPARÉE, Janeiro-Março de 1938 (nombre especial sobre Portugal)
- RIVAS, Pierre — *Le Portugal et le Brésil: marches et centre chez Larbaud*, in *Valery Larbaud et la littérature de son temps*, Paris, Klincksieck, 1978.
- Le Portugal et Mistral in Hommage au Professeur Aquarone*, Paris, FCG, 1981.
- Phileas Lebesgue et l'âme portugaise*, Nova Renascença, primavera de 1981.

- RODRIGUES, António Gonçalves — *O Protestante lusitano: estudo biográfico e crítico sobre o Cavaleiro de Oliveira*, Coimbra, 1950.
- RUDEL, Christian — *La liberté couleur d'oeillet*, Paris, Fayard, 1980.
- SAMARAN, Charles — *Vasco de Lucena à la Cour de Bourgogne*, BEP, 1938.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *Les Portugais à l'Université de Montpellier XII-XVII^{ème} siècle*, Paris, FCG, 1971.
Relações históricas entre Portugal e França (1430-1481), Paris, FCG, 1975.
- SITO ALBA, Manuel — *Montherlant et l'Espagne: les sources hispaniques de "la Reine Morte"*, Paris, Klincksieck, 1978.
- TERRA, J. F. da Silva — *Les exils de Garrett en France*, BEP, 1967-68.
- TEYSSIER, Paul — *Histoire de la langue portugaise*, Paris, coll. "Que sais-je?", n.º 1864.
Un problème d'histoire littéraire luso-espagnole: la genèse de l'épisode macabre dans le mythe d'Inês de Castro, in *Mélanges offerts à Ch-V. Aubrun*, Paris, éd. Hispanoamericanas, 1975, t. II.
- VILHENA, Maria da Conceição — *Les correspondants portugais de Mistral*, Marseille, 1979, n.º 116.
Voltaire et la culture portugaise (Exposição), Paris, FCG, 1969.
- WEELLEN, Guy — *Los Delaunay en España y Portugal*, Goya, 1962, n.º 48.